



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

KATIA ANDRESSA PERUZI

**O TELEJORNALISMO E A PAUTA INDÍGENA:  
O DESAFIO DAS ROTINAS PRODUTIVAS E DA  
INTERCULTURALIDADE**

---

Londrina  
2025

KATIA ANDRESSA PERUZI

**O TELEJORNALISMO E A PAUTA INDÍGENA:  
O DESAFIO DAS ROTINAS PRODUTIVAS E DA  
INTERCULTURALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mônica Panis Kaseker.

Londrina  
2025

Peruzi, Katia Andressa.

O telejornalismo e a pauta Indígena : o desafio das rotinas produtivas e da interculturalidade / Katia Andressa Peruzi. - Londrina, 2025.  
150 f. : il.

Orientador: Mônica Panis Kaseker.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Telejornalismo - Tese. 2. Povos Indígenas - Tese. 3. Repórteres - Tese. 4. Competência Cultural - Tese. I. Kaseker, Mônica Panis. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

KATIA ANDRESSA PERUZI

**O TELEJORNALISMO E A PAUTA INDÍGENA:  
O DESAFIO DAS ROTINAS PRODUTIVAS E DA  
INTERCULTURALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Panis  
Kaseker  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Márcia Neme Buzalaf  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Marcielly Cristina Moresco  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Carla Bento Guedes  
Lusófona University (Lisbon, Portugal)

Londrina, 10 de outubro de 2025.

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi um desafio. Por isso, agradeço primeiramente a Deus por me dar força, saúde e discernimento que me sustentaram durante este processo.

Agradeço também à minha orientadora, Mônica, por todo o aprendizado, pela paciência, pelos ensinamentos valiosos e por me mostrar novos caminhos e perspectivas. O que aprendi nesses dois anos levarei comigo, com o compromisso de compartilhar esses aprendizados, buscando sempre contribuir para um jornalismo mais diverso, justo e representativo.

À minha mãe, Rosângela, que foi a primeira a acreditar em mim e a me incentivar a seguir os estudos. Foi ela quem me ensinou, pelo exemplo e pelas palavras, que a educação é uma das maiores heranças que podemos levar pela vida. Com seu apoio incondicional, nunca deixou de me lembrar que eu era capaz.

Ao meu marido, Emerson, pelo amor, paciência, incentivo, apoio em todos os momentos, especialmente nos dias mais cansativos, e por comemorar comigo cada conquista.

À minha colega de trabalho, chefe e amiga, Angela Ota, que além de compartilhar os ensinamentos preciosos da sua própria pesquisa, me motivou a persistir mesmo nas fases mais desafiadoras.

Agradeço também às minhas amigas e amigos, pela escuta, pelas conversas e pelas palavras que tantas vezes trouxeram ânimo e leveza. Todos vocês estiveram ao meu lado e, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível, meu muito obrigada.

Antes de continuar, gostaria de fazer um reconhecimento que considero fundamental, especialmente diante da temática desta pesquisa.

Reconheço que estamos em território originalmente habitado por Povos Indígenas, que por milhares de anos ocuparam, cuidaram e deram sentido a esta terra, muito antes da formação do Estado brasileiro. Este espaço de saber, hoje estruturado sob os moldes ocidentais, deve também se abrir aos saberes ancestrais e plurais desses Povos.

Presto meu respeito a todas as etnias originárias do Brasil, em especial aos Kaingang, Guarani e Xetá que habitaram e habitam a região de Londrina. Honro os conhecimentos, cosmovisões e modos de vida que, por tanto tempo, foram

silenciados e excluídos dos espaços acadêmicos.

Neste momento, reforço o compromisso ético desta pesquisa com a escuta, com o diálogo intercultural e com a valorização das vozes Indígenas na comunicação e no jornalismo. Que este trabalho possa, mesmo que modestamente, contribuir para um jornalismo mais sensível, justo e respeitoso com os Povos Originários, e para uma universidade mais aberta à diversidade de saberes que compõem este país.

Declaro minha gratidão aos Povos que vieram antes de nós, e que continuam, com coragem e resistência, construindo outras formas possíveis de existir e de comunicar no Brasil.

Não há nenhuma diferença entre a importância, o valor e o significado da ciência dos brancos e das ciências Indígenas.

Gersem Baniwa

No território Indígena, o silêncio é sabedoria milenar. Aprendemos com os mais velhos a ouvir, mais que falar.

Márcia Kambeba

## RESUMO

PERUZI, Katia Andressa. **O telejornalismo e a pauta Indígena: o desafio das rotinas produtivas e da interculturalidade.** 2025. 150 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Nos últimos anos, experienciamos, de forma inédita no Brasil, o maior protagonismo Indígena em cargos políticos e em produções artístico-culturais. Esta dissertação problematiza o tratamento da temática Indígena pelo telejornalismo diário, à medida em que este se vê desafiado pela maior interlocução com fontes Indígenas. A fundamentação teórica apoia-se em autores que criticam a prática jornalística, como Moraes (2022) e Guedes (2024), e em intelectuais Indígenas, como Luciano Baniwa (2006), Munduruku (2010) e McCue (2022), articulando a perspectiva decolonial como eixo central de análise. A pesquisa ouviu seis repórteres da Rede Globo e afiliadas do Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, dentre eles, Indígenas e não Indígenas. Optou-se por escolher, dentre as várias funções no telejornalismo, os repórteres, por terem um contato direto e pessoal com entrevistados Indígenas. O objetivo foi identificar barreiras, facilitadores e estratégias adotadas pelos jornalistas na construção dessas coberturas. Os resultados apontam que a competência cultural dos repórteres não Indígenas é, em grande parte, construída pela experiência acumulada no dia a dia, sem formação adequada ou suporte institucional. Quanto maior a proximidade com comunidades e lideranças Indígenas, maior o nível de compreensão e sensibilidade demonstrado nas entrevistas. Entre as principais barreiras, destacam-se as rotinas produtivas rígidas, marcadas pela pressão do tempo e da dificuldade de criar vínculos - elemento essencial na comunicação intercultural. Constatou-se também que práticas arraigadas na cultura jornalística, como a simplificação das falas e a busca pela chamada “neutralidade”, limitam a pluralidade de perspectivas e dificultam a escuta efetiva das vozes Indígenas. A falta de reflexão dos jornalistas é agravada pelas rotinas produtivas do telejornalismo, que tem sua cultura e modo de operar, sendo que os jornalistas seguem padrões e sistemas que são difíceis de serem alterados. A agilidade e velocidade exigidas pelas emissoras de televisão não permitem que haja flexibilização das rotinas produtivas. Apesar disso, foram identificados caminhos de transformação: ampliar a presença de jornalistas Indígenas nas redações; repensar as etapas de produção, incorporando tempos e modos de fala próprios das comunidades; promover formação intercultural nas universidades e treinamentos contínuos nas empresas de comunicação. A pesquisa conclui que superar a visão ocidentalista e adotar práticas decoloniais no telejornalismo não é apenas uma necessidade ética, mas também uma oportunidade de qualificar a cobertura, tornando-a mais plural e representativa.

**Palavras-chave:** telejornalismo; Povos Indígenas; repórteres; competência cultural; decolonialidade.

## ABSTRACT

PERUZI, Katia Andressa. **Indigenous issues in television journalism: the challenge of productive routines and interculturality.** 2025. 150 p. Dissertation (Master's in Communication) – Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2025.

In recent years, Brazil has witnessed, in an unprecedented way, a growing Indigenous presence in political positions and artistic-cultural productions. This dissertation examines how daily television journalism addresses Indigenous issues, especially as it faces the challenge of increased interaction with Indigenous sources. The theoretical framework draws on authors who critically reflect on journalistic practice, such as Moraes (2022) and Guedes (2024), as well as Indigenous intellectuals such as Luciano Baniwa (2006), Munduruku (2010), and McCue (2022), using the decolonial perspective as the central analytical axis. The research interviewed six reporters from Rede Globo and its affiliates in the South, Midwest, and Southeast of Brazil, including both Indigenous and non-Indigenous professionals. Reporters were chosen among the various roles in television journalism because of their direct, personal contact with Indigenous interviewees. The aim was to identify barriers, facilitators, and strategies adopted by journalists in producing such coverage. Findings indicate that the cultural competence of non-Indigenous reporters is largely developed through day-to-day experience, without adequate training or institutional support. The greater the proximity to Indigenous communities and leaders, the higher the level of understanding and sensitivity demonstrated in interviews. Among the main barriers are rigid newsroom routines, marked by time pressure and the difficulty of building trust — an essential element in intercultural communication. It was also found that entrenched practices in journalistic culture, such as simplifying speech and the pursuit of so-called “neutrality,” limit the plurality of perspectives and hinder effective listening to Indigenous voices. Journalists’ lack of reflection is further aggravated by the operational culture of television journalism, in which professionals follow patterns and systems that are resistant to change. The speed and agility required by television broadcasters leave little room for flexibility in production routines. Despite these challenges, the study identified possible paths for transformation: increasing the presence of Indigenous journalists in newsrooms; rethinking production stages to incorporate the temporalities and speech styles of Indigenous communities; and promoting intercultural training both in universities and through ongoing professional development within media organizations. The research concludes that overcoming the Western-centric perspective and adopting decolonial practices in television journalism is not only an ethical imperative but also an opportunity to improve the quality of coverage, making it more plural and representative.

**Key-words:** television journalism; Indigenous Peoples; reporters; cultural competence; decoloniality.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Jesuítas catequizando Indígenas .....	23
<b>Figura 2</b>	– Marcha pela Demarcação de Terras em Brasília .....	25
<b>Figura 3</b>	– Fachada do Museu das Culturas Indígenas, São Paulo .....	26
<b>Figura 4</b>	– Ailton Krenak durante discurso na UFMG .....	32
<b>Figura 5</b>	– Ailton Krenak em entrevista ao Jornal Nacional .....	48
<b>Figura 6</b>	– Sonia Guajajara em entrevista ao Fantástico.....	49
<b>Figura 7</b>	– Joenia Wapichana em entrevista ao Jornal da Globo .....	50
<b>Figura 8</b>	– Capa do podcast Papo de Parente, com Célia Xakriabá e Tukumã Pataxó .....	51
<b>Figura 9</b>	– Daniel Munduruku em entrevista ao Domingão com Huck.....	52
<b>Figura 10</b>	– Primeiro episódio do podcast POD'YSANI', apresentado por Ysani Kalapalo .....	53
<b>Figura 11</b>	– Rony Parecis em entrevista ao jornal da TV Centro América Tangará da Serra, filiada da Globo em Mato Grosso .....	54
<b>Figura 12</b>	– Postagens sobre as buscas da Univaja .....	57
<b>Figura 13</b>	– Página do “Vídeo nas Aldeias” no Youtube.....	58
<b>Figura 14</b>	– Página da “Rede Wayuri” .....	59

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Interculturalidade entre jornalistas e Indígenas .....	121
<b>Tabela 2</b> – Dicas para cobertura envolvendo Povos Indígenas .....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrinjor	Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas
ATL	Acampamento Terra Livre
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COP27	27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCI	Museu das Culturas Indígenas
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RPC	Rede Paranaense de Televisão
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Univaja	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
VNA	Vídeo Nas Aldeias

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>POVOS ORIGINÁRIOS</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>Eurocentrismo e os povos indígenas</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>Decolonizando pensamentos</b> .....	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>Estereótipos, povos indígenas e mídia</b> .....	<b>32</b>
<b>2.4</b>	<b>Competência cultural</b> .....	<b>36</b>
<b>2.5</b>	<b>A Busca por repórteres</b> .....	<b>38</b>
<b>3</b>	<b>SUJEITOS COMUNICACIONAIS</b> .....	<b>45</b>
<b>3.1</b>	<b>Personalidades indígenas</b> .....	<b>47</b>
<b>3.2</b>	<b>Indígenas na rede</b> .....	<b>54</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Redes sociais nas lutas indígenas</b> .....	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>A CULTURA DO TELEJORNALISMO E AS CULTURAS INDÍGENAS</b> .....	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>O Tempo e a fala indígena</b> .....	<b>69</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Atenção ao tempo</b> .....	<b>73</b>
<b>4.1.2</b>	<b>A construção da confiança</b> .....	<b>75</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Aprendizados da cobertura</b> .....	<b>78</b>
<b>4.2</b>	<b>A interculturalidade</b> .....	<b>81</b>
<b>4.3</b>	<b>Objetividade e subjetividade no jornalismo</b> .....	<b>84</b>
<b>4.4</b>	<b>Telejornalismo e povos indígenas</b> .....	<b>87</b>
<b>4.4.1</b>	<b>Fontes</b> .....	<b>93</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Vocabulários</b> .....	<b>96</b>
<b>4.4</b>	<b>O olhar do repórter</b> .....	<b>101</b>
<b>5</b>	<b>REPENSAR</b> .....	<b>110</b>
<b>5.1</b>	<b>Formação na Universidade</b> .....	<b>115</b>
<b>5.2</b>	<b>Mudanças em curso</b> .....	<b>121</b>
<b>5.3</b>	<b>Desafios da interculturalidade</b> .....	<b>123</b>

<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>147</b>
	<b>ANEXO A – Roteiro de perguntas para jornalistas não Indígenas</b> <b>.....</b>	<b>148</b>
	<b>ANEXO B – Roteiro de perguntas para jornalistas Indígenas.....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Pelo preconceito que impede  
Nosso povo de crescer  
No olhar da estranheza não posso permitir  
Que may-tini venha minha alma ferir.*

**Márcia Kambeba**

Sou filha de agricultor e de professora. Meu pai vem de uma família descendente de italianos e tradicionalmente agricultores. Os avós maternos da minha mãe vieram da, na época, Tchecoslováquia fugindo da Segunda Guerra Mundial, e os paternos também da Itália. Ela é filha de pais que foram agricultores, morou no sítio e trabalhou na roça durante toda a sua infância. Mesmo tendo muito anseio pelos estudos, apenas conseguiu concluir o ensino médio quando adolescente. Depois de casada, foi dona de casa por muitos anos, até conseguir “autorização” e independência para fazer a primeira faculdade. Ela sempre foi uma grande incentivadora aos meus estudos.

Eu nasci e morei no mesmo sítio, em Cambé-Pr, por 26 anos e, praticamente, toda minha formação foi permeada pelo olhar de agricultores. Em todas as etapas estudei em escolas públicas e, aos 21 anos, ingressei na faculdade de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. A partir deste momento que eu comecei a ter contato com pessoas que não faziam parte do círculo, ou mesmo da bolha, em que vivia. Percebi, então, como minhas visões e percepções eram carregadas de preconceitos. Mas acredito que ainda não foi neste momento em que eu tive a virada de chave na minha vida. Durante os quatro anos da graduação eu me dediquei estritamente a trabalhar e fazer estágios, sendo que, neste período, não dediquei tempo para pesquisar além do que me era determinado na faculdade.

Aos 24 anos, no meu terceiro ano da faculdade, comecei a trabalhar na Rede Paranaense de Televisão (RPC), em Londrina, afiliada da Rede Globo no Paraná. Passei por diversas funções, até chegar a atual que é editora. Iniciei, em 2019, como assistente de operações no jornalismo, função em que operava o teleprompter e fazia serviços administrativos, passei a editora de imagens, fazia artes e editava imagens, e depois, já formada, fiquei um período na produção dos telejornais. Este período de seis meses em que passei a ter a responsabilidade de pautar os telejornais da principal praça do interior do estado foi o mais desafiador e

deu a largada na minha carreira como jornalista.

Em meio a tantos desafios, e com as inquietações que vinham me acompanhando desde a faculdade, comecei a perceber a falta que me fez não ter dedicado espaço da minha vida para pesquisas e assuntos além da minha realidade. Depois de um tempo, já na função de editora, com o incentivo de colegas do trabalho, decidi me dedicar e resolvi, então, entrar no mestrado. Ao meu ver, a necessidade de dar este passo ficou ainda mais evidente na edição, porque me deparo diversas vezes por dia com a necessidade de ter que tomar decisões sobre o que entra de fato no jornal, qual fala de entrevistado, por exemplo, seria selecionada para ser vista pelo telespectador, e em alguns momentos fui alertada sobre estereótipos sendo reforçados.

Sou uma mulher branca e nunca tive proximidade com os Povos Indígenas, pelo contrário, minha educação foi permeada, desde a familiar até a escolar, por visões estabelecidas hegemonicamente e, portanto, preconceituosas. No Brasil, há uma naturalização do olhar colonialista que ensina, por exemplo, que o país foi “descoberto”. Para ser sincera, eu não sei qual o motivo que me trouxe a pesquisar e colaborar com a causa dos Povos Indígenas. Mas sei que este desejo me acompanhava desde a faculdade, minha primeira intenção havia sido fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso nessa área, mas, por motivos que não vem ao caso, não foi possível. Pesquisei em meu TCC sobre como as mulheres contribuíram para que Londrina se tornasse a cidade que é hoje, não me distanciando do objetivo de escutar quem, por muitas vezes, é ignorado. Esta vontade se reacendeu com o incentivo de uma colega de trabalho, a Angela Ota, que pesquisou, recentemente, sobre Povos Indígenas como sujeitos comunicacionais na televisão. Percebi, então, que é possível alinhar a pesquisa com a minha profissão. E, hoje, quanto mais me envolvo, mais percebo o quão necessário é ter pesquisas nesta área e, principalmente, profissionais atuantes no mercado de trabalho que param para refletir sobre o que fazem diariamente. Precisamos tomar consciência de que, na nossa profissão, podemos influenciar negativamente milhares de pessoas com as imagens estereotipadas dos Povos Originários e perpetuar essas visões colonialistas. E o primeiro passo seria decolonizar meu próprio olhar para essa temática. Como pesquisadora e jornalista não Indígena, utilizei o estudo do mestrado como parte deste trabalho pessoal e profissional, embora muitas vezes o processo de decolonizar meus modos de ser, saber e fazer foi, necessariamente, desconfortável.

Compreender a trajetória Indígena é de extrema importância para os jornalistas que, nos últimos anos, têm sido desafiados pela maior interlocução com Indígenas, a partir de sua presença, de forma inédita no Brasil, em cargos políticos e sendo protagonistas em diversas áreas, como em produções artístico-culturais. Na política, por exemplo, Sônia Guajajara se tornou a primeira ministra Indígena brasileira e Joênia Wapichana, a primeira presidenta da Funai. Já na cultura, Ailton Krenak foi o primeiro Indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e Daniel Munduruku passou a ser consultor Indígena de telenovela da Rede Globo. Trata-se de um novo momento, que inaugura a maior presença Indígena na mídia como fontes jornalísticas e isso reflete também no trabalho dos profissionais que atuam no telejornalismo. Sendo assim, temos<sup>1</sup> como objetivo geral nesta pesquisa refletir sobre como os jornalistas de televisão interagem com as pautas e os sujeitos Indígenas. Como objetivos específicos buscamos compreender como a competência cultural dos jornalistas não Indígenas é delineada, como isso interfere nas abordagens, como esses profissionais percebem a interculturalidade e as diferentes concepções sobre como estabelecer a comunicação. E também delinear quais são as barreiras estruturais e sistêmicas que restringem as possibilidades de jornalistas não Indígenas compreenderem as formas Indígenas de saber, fazer, pensar e sentir.

Nesta pesquisa, partimos da hipótese de que o jornalismo hegemônico, nas suas rotinas produtivas, tem seus padrões e sistemas de produção arraigados. Além disso, tem sua cultura e modo de operar ligados ao imediatismo e, ao tratar a temática Indígena, não flexibiliza suas rotinas e formas de operar. Outra hipótese é de que os jornalistas de televisão não têm, mesmo os mais experientes e habilidosos, preparo para lidar com as diferenças culturais devido ao próprio contexto brasileiro de apagamento e desvalorização histórica da presença Indígena. A metodologia utilizada envolve revisão bibliográfica, priorizando autores Indígenas, decoloniais e críticos do telejornalismo, além de observações assistemáticas da representação midiática dos Povos Indígenas e entrevistas com jornalistas que atuam como repórteres.

Para entender como jornalistas que trabalham em televisão se relacionam com a temática Indígena, ouvimos seis repórteres, da Rede Globo no

---

<sup>1</sup> Optamos por usar a primeira pessoa do plural pois consideramos que o trabalho é fruto de uma proposta coletiva de uma pesquisa decolonial e atende a linha de pesquisa Decolonialidades na Comunicação.

sudeste e afiliadas do sul e centro-oeste. Optamos por escolher jornalistas que trabalham na Rede Globo e afiliadas por esta emissora ser líder na audiência e, desta forma, ter maior abrangência quantitativa de público. Também se optou por escolher, dentre as várias funções no telejornalismo, repórteres, por eles terem um contato direto e pessoal com os Indígenas. E, dentre os repórteres, a escolha se iniciou pelos que trabalham há mais tempo com o jornalismo televisivo, para buscar um recorte temporal maior de experiência com essa temática. A pesquisa buscou também ouvir pessoas que já tenham trabalhado ao menos uma vez em coberturas envolvendo os Povos Indígenas, mas no decorrer da pesquisa nos deparamos com pessoas que nunca haviam trabalhado ou que haviam atuado tão pouco que não se sentiram confortáveis para falar, o que também gerou uma informação importante. A delimitação nos estados do sul do país se dá pela proximidade cultural e geográfica de onde atuo. Optamos também por inserir neste recorte um estado do centro-oeste, por ter maior população Indígena, diferentemente da região sul. E também um estado do sudeste pela maior probabilidade dos repórteres terem contato com fontes Indígenas que ocupam cargos oficiais.

Nas entrevistas foram abordadas questões relacionadas à experiência de trabalho, sentidos, expectativas e necessidades observadas pelos/as profissionais, sem que eles sejam identificados na pesquisa. Sendo também uma pessoa não Indígena, busco nessas interlocuções superar minhas próprias limitações de competência cultural em um processo de decolonização. As entrevistas foram realizadas de forma online, por meio do aplicativo Zoom e Teams, com a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina<sup>2</sup>. Cada entrevista teve sua própria dinâmica, ou seja, houve uma ligeira variação no tempo – duraram de 30 minutos a 1 hora. A conversa foi gravada por meio de vídeo, áudio e notas manuscritas, mediante a autorização dos participantes, sendo os dados decupados em forma de texto e analisados em uma perspectiva decolonial.

A seleção dos entrevistados foi realizada a partir de indicações de outros jornalistas de televisão, já que trabalho em uma dessas afiliadas e tenho contato com outros profissionais. No convite, ficou claro aos participantes da pesquisa que eles não serão identificados e que será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência. Os seis jornalistas também falaram, sem

---

<sup>2</sup> Número do Parecer: 6.782.559

serem identificados na pesquisa, sobre o seu trabalho em coberturas jornalísticas que envolveram os Povos Indígenas. Com isso, a pesquisa pretende contribuir para o setor do jornalismo televisivo para entender quais são os pontos de tensionamento do jornalismo no trato das questões Indígenas.

Para a realização das entrevistas, utilizo como base as recomendações de George Gaskell (2002) sobre a realização de entrevistas semiestruturadas com um único respondente, tornando assim uma entrevista em profundidade. Então, houve um roteiro como base para todas as entrevistas, mas o entrevistado pôde fluir nas respostas, bem como surgiram novas perguntas no decorrer da conversa. Para respaldar a análise dos dados obtidos, as entrevistas foram transcritas e seu conteúdo analisado seguindo as categorizações de análise de conteúdo, sendo utilizadas as transcrições das entrevistas no decorrer da pesquisa, o que “nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compara-los entre comunidades” (BAUER, 2002, p. 192).

As falas dos repórteres, portanto, foram distribuídas ao longo da dissertação, e não em um capítulo específico, pois entendemos que desta forma a contribuição para a pesquisa ficou mais didática. Durante as entrevistas, pedimos para os repórteres indicarem uma reportagem que tenham feito sobre a temática, a intenção com isto foi entender como é direcionado o olhar do jornalista. Portanto, as reportagens foram também observadas como documentos e suas informações eventualmente mencionadas, não necessariamente tendo sido objeto de análise de conteúdo.

No capítulo *Povos Originários* tratamos como eles resistiram por séculos de opressão e repressão no Brasil e mostramos as consequências do genocídio, a escravização e a visão colonialista que construiu e propagou preconceitos e estereótipos sobre estes povos. Também pontuamos como o eurocentrismo e o imperialismo impactaram diretamente no desenvolvimento dos Indígenas, pois impuseram uma opressão que silenciou vozes e impediu que vivessem de forma autônoma, além de ter marginalizado suas formas de saber e suas práticas culturais (SPIVAK, 2010). Analisamos como estes modos de ver refletem também na mídia e em como eles são representados. Destacamos ainda a importância da visão decolonial como luta e resistência dos povos subalternizados (WALSH, 2005) e do contracolonialismo para desestabilizar as estruturas coloniais

ainda presentes em várias formas de opressão (SANTOS, 2023).

No capítulo *Sujeitos Comunicacionais* observamos que a interação entre os jornalistas e os Povos Indígenas têm se firmado nas últimas décadas, com a promulgação da Constituição de 1988, pois, até então, Indígenas eram submetidos ao regime de tutela, uma legislação que o Estado utilizava para subordinar os Indígenas e que teve início com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1916. Mostramos que a tutela refletiu, durante todos estes anos, na produção jornalística, porque os Indígenas não eram entrevistados e nem vistos como fontes, o diálogo era mediado pelo Estado, propiciando o distanciamento entre jornalistas e Indígenas (OTA, 2024). A partir da Constituição de 1988 e do movimento Indígena, muitas lideranças estão desafiando a interlocução entre Indígenas e jornalistas, a partir da presença em cargos políticos e sendo protagonistas em diversas áreas, como em produções artístico-culturais. Além disso, destacamos que a ampliação no uso da internet e a maior presença dos Indígenas na rede fizeram com que a mídia hegemônica fosse obrigada a transformar seu olhar sobre a população Indígena. Neste ponto, discutimos o conceito de etnomídias e mostramos como elas tem um papel fundamental para os Indígenas e não Indígenas.

Na segunda parte desta pesquisa há o enfoque maior na relação entre o telejornalismo e os Povos Indígenas. No capítulo *A Cultura do Telejornalismo e as Culturas Indígenas* buscamos entender como se dá a interculturalidade entre os profissionais e os Indígenas. Nesse sentido, abordamos a cultura jornalística na produção de notícias, fazendo uma revisão teórica sobre o chamado *newsmaking*, ou seja, o processo de produção que considera os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia utilizados pelos jornalistas. Ainda abordamos as questões relacionadas a objetividade e a subjetividade. Também abordamos os critérios de seleção de fontes jornalísticas e, por fim, chegamos aos vocabulários utilizados. Ao final deste capítulo, buscamos entender características culturais dos Povos Indígenas em relação à concepção do tempo e as formas de interação com os não Indígenas.

Por fim, no quinto capítulo buscamos refletir sobre como transpor tantos obstáculos culturais e sistêmicos na cobertura telejornalística das temáticas Indígenas, em busca de imaginar formas de interação que rompam com a reprodução de preconceitos e estereótipos. Neste capítulo também é destacado que, nos últimos anos, há uma mudança positiva no tratamento desta temática por parte da mídia hegemônica, e muito disso se deve ao protagonismo alcançado pelos Povos

Indígenas através de suas lutas e de sua presença nas etnomídias e na universidade. Este protagonismo exige novas maneiras e novas formas de abordar a temática.

## 2 POVOS ORIGINÁRIOS

*No toque de todos os tambores  
na força de todos os arcos  
no sangue derramado que ainda colore  
essa terra que é nossa.  
Nossa dança guerreira tem começo  
mas não tem fim!*

**Márcia Kambeba**

Antes de discutir como os jornalistas estão tratando e como devem tratar a temática indígena, entendemos a importância de voltar ao tempo e trazer uma breve contextualização sobre os Povos Indígenas no Brasil. Além disso, é importante discorrer sobre como o ocidentalismo e o imperialismo impactaram no desenvolvimento e na retratação destes povos. Neste capítulo, ressaltamos a luta e resistência dos povos subalternizados e a importância das visões decoloniais e contracoloniais para desestabilizar as estruturas ainda presentes em várias formas de opressão. A partir disso, discutimos como os estereótipos gerados pelo colonialismo nos afetam e em especial os Povos Originários, refletindo em como a mídia os representa.

Os Povos Indígenas resistem há mais de 500 anos no Brasil. O genocídio fez com que a população estimada de 5 milhões de pessoas, em 1500, chegasse a pouco mais de 300 mil Indígenas em 1998<sup>3</sup>. Porém, as incansáveis lutas desses povos resultaram na retomada do crescimento da população. Em 2010, foram constatados pelo Censo quase 897 mil Indígenas, e, em 2022, essa população passou para aproximadamente 1,7 milhões de pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>. Neste caso, é importante pontuar que houve uma mudança na metodologia no recenseamento, incluindo, por exemplo, a pergunta ‘você se considera Indígena?’ para fora das comunidades Indígenas. Mesmo assim, é inegável que esses Povos resistiram a séculos de opressão e repressão e representam uma parcela significativa da população brasileira que ainda tende a aumentar.

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>. Acesso: 18/10/2024.

<sup>4</sup> Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso: 14/09/2024.

Os Povos Indígenas eram considerados “não humanos” e, por isso, foram caçados e mortos como animais, e outros que eram “parcialmente humanos”, portanto, foram arrebanhados e postos para trabalhar como escravos, é o que relata a pesquisadora e Indígena Linda Tuhiwai Smith (2018) que escreveu sobre a realidade da Nova Zelândia, mas podemos aplicar para o contexto do Brasil. Os europeus “cavaram uma vala devastadora, deixando uma ferida permanente nas sociedades e comunidades ocupadas, cujas terras foram nomeadas e reivindicadas pelo império” (SMITH, 2018, p. 33).

No Brasil, o ímpeto pela dominação e expansão de territórios, bem como os interesses econômicos e sociais, foram utilizados como justificativa para as atitudes dos colonizadores (CORREIA, MAIA, 2021).

A história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos Povos Originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 17)

O racismo estrutural moldou o “homem pleno” à imagem europeia, relegando Indígenas e negros à subalternidade, como explica o sociólogo e jornalista brasileiro Muniz Sodré (2012). Em obras literárias da época da colonização, por exemplo, ficava explícito que os Indígenas viviam de forma livre e eram abordados, até mesmo por Padre José de Anchieta<sup>5</sup>, como objetos de ação catequética (BARRETO, 2016, p.10).

### **Figura 1 – Jesuítas catequizando Indígenas**

---

<sup>5</sup> Padre jesuíta espanhol que ingressou na Companhia de Jesus no Reino de Portugal e embarcou com destino ao Brasil, para catequizar os Povos Indígenas, em 1553.



Fonte: HISTEDBR/UNICAMP, 2025.

Esta cena é de uma catequese realizada por jesuítas em aldeia, mostrando missionários em diálogo com Indígenas em um espaço coletivo. A imagem evidencia a prática da evangelização como tentativa de controle cultural, convertendo modos de vida indígenas em nome da "civilização" cristã, em linha com os discursos de Anchieta e outros missionários.

Essa narrativa ainda reverbera em preconceitos, de modo que “até hoje discursos como ‘os Indígenas têm terras demais’ [...] contribuem para aumentar a desinformação acerca de como vivem os Povos Tradicionais no país” (GUILHERME, LACERDA, 2024, p. 105).

Discursos oficiais e midiáticos perpetuaram imagens do “índio selvagem”, como analisou Nankupé Tupinanmbá Fulkaxó (2019). A pesquisadora e Indígena Aline Rochedo Pachamama (2015) denuncia que essas violências permanecem: “invasão de territórios, assassinatos, apropriação de conhecimento cultural [...] exigência de um perfil de ‘índio’ que traduz uma imagem cristalizada no século XVI” (p. 12).

Ao longo da história, a exclusão e a aculturação moldaram o imaginário nacional, como expõe o professor e pesquisador Indígena Gersem Luciano Baniwa (2006). Pacheco de Oliveira e Freire (2006) pontua que também houve uma valorização da mestiçagem e do branqueamento, que ganharam “status” de ideologia oficial do país, pois os Indígenas foram situados entre os brasileiros “pardos”, pelos censos de 1900, 1920, 1940, 1950 e 1980.

Até hoje a sociedade não Indígena questiona, constantemente, a identidade étnica dos Povos Indígenas do Brasil (CORREIA, MAIA, 2021). Os estereótipos criados, o racismo estrutural e este congelamento das culturas Indígenas, da pessoa “nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha”, fizeram com que os não Indígenas entendessem apenas este como o “autêntico” ou “de verdade” (FREIRE, 2016, p.13). Quem também questiona isso é Samara Pataxó em uma entrevista concedida ao Jornal Nacional.

Você aprende inglês, espanhol, francês, você não deixa de ser brasileiro, porque você aprendeu uma outra língua ou porque você está morando em alguma outra cidade durante um tempo, decidiu mudar de país. Esse ponto que muita gente usa para deslegitimar ou para dizer que somos Indígenas de mentira. (PATAXÓ, 2022)

Populações Indígenas sofrem as consequências de viver em uma sociedade nega sua identidade cultural, “se por um lado manter-se Indígena é condição fundamental para o reconhecimento étnico, [...] aprender a conviver com a sociedade em igual condição é considerado um abandono de identidade”, como aborda o escritor Indígena brasileiro Daniel Munduruku (2010, p. 67).

Apesar de séculos de silenciamento, “é a partir deles que começamos a construir a história e os traços do nosso país” (ACOSTA; CRUZ, 2019, p. 3) e essas concepções vão sendo desmontadas (ALMEIDA, 2012).

No palco da história, os Indígenas vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. (ALMEIDA, 2012, p. 22)

Povos Indígenas de muitas etnias vivem um processo de ressurgimento (CORREIA, MAIA, 2021), sendo que Indígenas, historiadores e antropólogos estão os conduzindo “da invisibilidade ao protagonismo histórico” (ALMEIDA, 2012, p. 36).

**Figura 2** – Marcha pela Demarcação de Terras em Brasília (2022)



Fonte: APIB, 2022.

Como mostra a figura 2, Indígenas de diversas etnias marcham em defesa dos seus territórios, durante mobilização nacional organizada pela APIB contra a tese do Marco Temporal, evidenciando o atual processo de ressurgimento político-cultural dos Povos Indígenas. A mobilização coletiva simboliza a recuperação de identidades étnicas, o resgate de saberes ancestrais e sua inserção ativa no espaço público e midiático.

A visibilização da diferença cultural, pode ajudar a fortalecer a alteridade, podendo levar a consciência de cada um colocar-se no lugar do outro e a aproximar-se sensivelmente da diferença (SODRÉ, 2012). A criação de espaços institucionais como o Museu das Culturas Indígenas (MCI), em São Paulo, além de outros espalhados pelo Brasil, evidencia o avanço no processo de ressurgimento e afirmação das identidades étnicas dos Povos Originários.

**Figura 3** – Fachada do Museu das Culturas Indígenas em São Paulo



**Fonte:** Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, 2022.

Mais do que um espaço expositivo, o MCI representa uma conquista política e simbólica, pois é gerido com protagonismo Indígena e voltado à valorização de saberes, cosmologias e expressões culturais que historicamente foram silenciadas ou deturpadas. A presença física e a visibilidade urbana do museu, localizada em um dos principais centros urbanos do país, contribuem para deslocar o olhar colonizador que por séculos relegou esses Povos à invisibilidade.

Assim, reconhecer que os Povos Indígenas ajudaram — e seguem ajudando — a construir o Brasil é um passo para superar estereótipos e abrir caminhos para narrativas mais plurais. Diante deste movimento de resistência, ressurgimento e de luta por direitos, é importante refletir sobre como as visões eurocêntricas impactaram a vida e as representações dos Povos Originários.

## 2.1 EUROCENTRISMO E OS POVOS INDÍGENAS

Dado este panorama sobre a questão das identidades étnicas dos Povos Indígenas brasileiros, buscamos entender como o eurocentrismo e o imperialismo impactaram os Povos Originários. Edward Said (2011), que escreve sobre os povos do Oriente, mas seus pensamentos nos ajudam a compreender também o contexto dos Povos Originários do Brasil, diz que no final do século XIX, o europeu tinha o propósito de subordinar e vitimizar o nativo, havia o prazer de usar o poder para observar, governar, controlar e tirar proveito de territórios e povos distantes, surgiram, então, as viagens de descobertas.

O desenvolvimento do subalternizado<sup>6</sup> - definidos como grupos sociais subjugados, como mulheres, trabalhadores e minorias dentro das sociedades colonizadas, ou seja, compreende-se aqui os Povos Indígenas - foi profundamente complicado e prejudicado pelo imperialismo, pois estas estruturas afetaram a capacidade desses grupos sociais se expressarem e agirem de maneira autônoma, como discorre a filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010). O colonialismo não apenas invadiu e explorou economicamente as sociedades, mas também destruiu ou marginalizou suas formas de saber, seus sistemas de governo e suas práticas culturais. Ao impor uma ideologia eurocêntrica e reconfigurar as identidades locais, o imperialismo não só apagou as histórias e culturas dos povos colonizados, mas também impediu que eles vissem como sujeitos plenos, capazes de agir de acordo com suas próprias necessidades e valores (SPIVAK, 2010).

O Indígena, especialmente em um contexto colonizado, não pode "falar" porque as formas de expressão e os canais de comunicação estão estruturados de maneira a não dar voz a ele (SPIVAK, 2010). Quando o subalternizado tenta se expressar, suas vozes são distorcidas ou ignoradas, e toda tentativa de "falar por eles" os transforma em objetos de conhecimento — perpetuando a dominação em vez de rompê-la. O subalternizado, portanto, não é apenas submisso ou passivo, ele é invisível ou deslegitimado nas narrativas construídas pelos imperialistas. Qualquer tentativa de falar em nome dos subalternizados, sejam as elites ou os intelectuais, inevitavelmente os transformam em objetos de conhecimento e não em sujeitos ativos de sua própria história (SPIVAK, 2010).

Smith (2018) complementa essa crítica, apontando que o imperialismo deve ser visto também sob a ótica dos colonizados. Ela propõe quatro interpretações: o imperialismo como cronologia de conquista, como exploração direta dos Povos Indígenas, como espírito de expansão da "europeidade" e, por fim, como fenômeno a ser lido pela ótica dos colonizados. Esta última é essencial: "há uma necessidade de descolonizar nossas mentes, recobrar nosso ser, reivindicar um espaço onde possamos desenvolver um sentido de humanidade autêntica" (SMITH, 2018, p. 35-36). Para a autora, o colonialismo não acabou — suas instituições e

---

<sup>6</sup> Gayatri Spivak utiliza o termo 'subalternos', mas nós priorizamos, neste contexto, o termo 'subalternizado'. Entendemos que 'subalterno' é a condição de estar em uma posição de subordinação ou marginalidade. Já 'subalternizado' refere-se ao processo de imposição dessa subordinação, ou seja, ser subalternizado implica que um grupo não apenas ocupa uma posição subordinada, mas que essa posição é imposta, resultado de um processo histórico de dominação, exploração e desumanização.

legados permanecem: “há evidências contundentes de que, na realidade, isso não ocorreu” (SMITH, 2018, p. 117).

Essa persistência é o que Aníbal Quijano (2005, 2007) chama de colonialidade: a estrutura de poder forjada no colonialismo, que subsiste mesmo após a independência formal dos países. Enquanto o colonialismo é um modelo histórico de exploração direta, a colonialidade é a sua continuidade enraizada na intersubjetividade e nas hierarquias raciais.

O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2005, p. 93)

É importante destacar também o pensamento da socióloga Cida Bento (2022), que explica haver um pacto invisível entre as pessoas brancas, pois ao não se questionarem e não se posicionarem contra as desigualdades raciais, perpetuam um sistema que as favorece. Esse pacto está relacionado à naturalização da desigualdade e ao silenciamento sobre as questões raciais. As políticas públicas, a mídia e as instituições culturais brasileiras têm reforçado a ideia de branquitude como padrão, deixando marginalizados os sujeitos negros e Indígenas (BENTO, 2022). Portanto, é preciso desconstruir esse racismo estrutural e construir um novo pacto social, onde as desigualdades raciais sejam efetivamente combatidas (BENTO, 2022).

É imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial. (BENTO, 2022, p. 41)

Para que isso seja possível, as pessoas brancas precisam repensar as próprias posições dentro de uma sociedade desigual e engajar em um processo de transformação social (BENTO, 2022). Ou seja, é imprescindível a urgente tomada de consciência sobre este pacto da branquitude.

## 2.2 DECOLONIZANDO PENSAMENTOS

Sabendo da necessidade de ver o imperialismo e o colonialismo pela

ótica dos colonizados, fica evidente que o projeto eurocêntrico fizesse emergir formas de resistência cultural e política, pois a reação ao domínio ocidental culminou em um movimento de decolonização<sup>7</sup> em todo o Terceiro Mundo (SAID, 2011). É possível contar uma história da pesquisa ocidental através dos olhos colonizados e “essas contra-histórias são poderosas formas de resistência, repetidas e compartilhadas em diversas comunidades Indígenas” (SMITH, 2018, p. 12).

Smith (2018) aponta duas linhas centrais do discurso crítico Indígena: uma ligada à autenticidade, a um tempo anterior à colonização, em que os Povos Indígenas viviam sob sua própria autoridade; e outra, que analisa como se deu o processo colonial e suas consequências no presente. Ambas se interligam, pois a decolonização<sup>8</sup> envolve revisitar tanto o passado pré-colonial quanto o período de colonização, articulando-os para construir um presente e um futuro de autonomia (SMITH, 2018).

O imperialismo tem sido redesenhado, e suas formas econômicas, culturais e científicas consideradas do século XIX e primeiras décadas do século XX têm sido reformuladas, mas o fio condutor dos discursos anticoloniais tem sido a luta por afirmação e reclamação da humanidade, a reivindicação de “direitos” humanos e da capacidade de criar história, conhecimento e sociedade, e parte dessa pedagogia de descolonização é “entender o passado” e oferecer histórias alternativas (SMITH, 2018).

O conceito de decolonialidade, proposto por Aníbal Quijano, parte da crítica à colonialidade do poder — uma estrutura que se mantém mesmo após o fim do colonialismo formal, perpetuando desigualdades econômicas, políticas, epistêmicas e, especialmente, raciais.

Um dos eixos fundamentais deste padrão de poder é a classificação social da população mundial baseada na ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeou as dimensões mais importantes do poder mundial. (QUIJANO, 2005, p. 93)

---

<sup>7</sup> Preferimos utilizar o termo decolonização, ao invés de descolonização, utilizada por Said. Thais Luzia Colaço e Eloise da Silveira Petter Damázio (2021) se apoiam em Walsh (2009, p. 15-16) para pontuar que o termo “decolonial”, suprimindo o “s” marca uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido clássico. Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua.

<sup>8</sup> Mudamos para decolonização pelo mesmo motivo anterior.

Para o autor, a invenção da ideia de raça foi um dos principais mecanismos utilizados pelos colonizadores para justificar e organizar a dominação sobre os povos colonizados. A raça, nesse contexto, é um instrumento ideológico que hierarquiza os sujeitos com base em construções sociais de inferioridade e superioridade. A decolonialidade, portanto, propõe uma ruptura desse padrão de poder.

María Lugones amplia o conceito de colonialidade do poder, elaborado por Aníbal Quijano, ao evidenciar que a imposição colonial não se deu apenas por meio da raça, mas também por meio da construção ocidental e patriarcal de gênero. Para ela, a modernidade colonial impôs uma lógica binária, heteronormativa e hierárquica de gênero, apagando formas diversas de organização social e sexual existentes entre os Povos Originários e africanos antes da colonização. “A colonialidade do poder introduziu o sistema moderno de gênero como parte da imposição da dominação colonial, transformando radicalmente os modos de vida e de organização social dos povos colonizados” (LUGONES, 2008, p. 1). Dessa forma, a colonialidade do poder está intrinsecamente ligada à colonialidade de gênero.

A decolonialidade se afirma, portanto, como luta e horizonte de esperança. Catherine Walsh (2005; 2013), que nasceu nos Estados Unidos e mora atualmente no Equador, formula o termo ‘*pedagogias decoloniales*’, entendidas como práticas insurgentes nascidas em contextos de luta, que “fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com” (WALSH, 2013, p. 19).

A decolonialidade é “um horizonte de esperança” para restaurar a humanidade perdida em razão da colonialidade persistente (TORRICO VILLANUEVA, 2022, p.117).

A decolonialidade é tanto o horizonte de compreensão crítica da realidade social desde a história concreta dos povos subordinados ao domínio colonial e neocolonial como o desafio epistemológico e político liberador que se desprende de tal visão. Pensar decolonialmente significa, então, tornar inteligível o mundo social (e o comunicacional em seu cerne) tomando como base a condição de subalternidade, mas autoconsciente, rebelde e propositiva. (TORRICO VILLANUEVA, 2018, p. 74)

A decolonização de mentes, corpos e instituições é importante para que os Povos Originários passem a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, que

tenham seus valores e culturas respeitados e garantidos, e a resistência ocorre a partir da contestação e necessidade de protagonizar narrativas e externalizar outros saberes (ESTEVEVES, CAL, 2023).

Kaiowá (2023) aponta que a História e Antropologia estão deixando de enxergá-los como seres passivos, mas notando que eles participaram e são protagonistas da História.

É necessário decolonizar a atual conjuntura e isso significa compreender a dimensão colonial ocidental a que os indígenas brasileiros foram submetidos nos últimos 521 anos. [...] Não existe borracha histórica. O Decolonizar indígena é o devir dos povos originários em que pensamos no futuro pós-colonização e escrevemos uma nova história com a tinta vermelha de garantir direitos. (KAIOWÁ, 2023, p. 148)

Além da decolonialismo, surge o contracolonialismo, conceito central para o quilombola brasileiro e filósofo Antônio Bispo dos Santos (2023), conhecido como Nêgo Bispo, que propõe não apenas resistir ao colonialismo, mas negá-lo ativamente, desestabilizando suas estruturas políticas, econômicas e culturais.

Se você foi colonizado e isso te incomoda, você vai precisar lutar para se descolonizar e descolonizar os seus. Isso é a função da decolonialidade. Eu sou quilombola, eu não fui colonizado. Porque, se eu tivesse sido colonizado, eu seria um negro incluído na sociedade brasileira. Então, no meu caso, eu tenho que contracolonizar – contrariar o colonialismo. (SANTOS, 2023)

Sua estratégia é uma “guerra das denominações”, que enfraquece palavras coloniais e revaloriza palavras ancestrais, deslocando o poder do discurso (SANTOS, 2023). Quem concorda com esta atitude é Ailton Krenak, líder Indígena, filósofo, escritor brasileiro e Imortal da Academia Brasileira de Letras. Ele denuncia o risco de repetir fórmulas “decoloniais” sem romper de fato o pensamento colonial:

Ora, a gente não tem de fazer uma crítica ‘decolonial’, a gente tem de fazer uma crítica contracolonial. A gente tem é de denunciar e detonar o pensamento colonial como uma coisa que se perpetua inclusive a partir da nossa própria maneira de produzir conhecimento. Muitas vezes, pensamos que estamos produzindo novas epistemologias, mas elas estão eivadas de pensamento colonial, cheias de vícios. Então a gente tem de pensar bem e avaliar se quando estamos reproduzindo Deleuze ou não sei mais quem, nós estamos mesmo sendo decoloniais ou se estamos sendo apenas ‘uns bobões’. Certo? [...] Então acalmem-se, pensem e não fiquem repetindo refrão. Refrões

são reproduzidos para nos tornar dóceis. Apenas pensem, porque a única maneira de confrontar o pensamento colonial é se opondo a ele no cotidiano, em sua maneira de viver, comer, andar, dançar, falar, pensar. Se você imita a fala do dono, você não se liberta. (KRENAK, 2024)

**Figura 4** – Ailton Krenak durante discurso na UFMG



**Fonte:** Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

Entendemos a importância de não só os Indígenas se apoiarem no contracolonialismo, mas de todos que compactuam com os mesmos pensamentos. Afinal, é possível e preciso questionar e combater as formas de opressão que ainda carregam vestígios do período colonial para enfraquecer o colonialismo e desestabilizar as estruturas coloniais ainda presentes em várias formas de opressão.

### 2.3 ESTEREÓTIPOS, POVOS INDÍGENAS E MÍDIA

Com os movimentos de decolonização e contracolonialismo, tornou-se cada vez mais urgente questionar os estereótipos gerados pelo colonialismo e ainda reproduzidos na mídia. Esses estereótipos se tornaram uma ferramenta de controle simbólico, como destacam Hall (2016) e Amossy (2014), ao fixar modelos

pré-construídos e classificatórios que estabelecem fronteiras entre o que se considera normal e aceitável e aquilo que se julga diferente e, portanto, inferior ou exótico. A estereotipagem, segundo Hall (2016), é um instrumento de violência simbólica, pois reforça o poder de quem representa e silencia os representados.

Os estereótipos, como observa o sociólogo e escritor canadense Erving Goffman (1982), operam como um estigma que desqualifica e desumaniza grupos ao reduzi-los a uma característica única. Assim, o Indígena estereotipado perde espaço como sujeito pleno, sendo tratado como objeto de discurso. Em uma sociedade em que certa cultura é colocada como normativa, é criada uma hierarquia entre elas, desvalorizando a particularidade de cada manifestação cultural e impondo um sistema de controle para submeter as culturas vistas como inferiores a um processo de conformação (MOURA, CARRERA, 2024, p. 77).

Em *O Perigo da História Única*, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) argumenta que quando as histórias de um grupo de pessoas são contadas apenas a partir de uma única perspectiva, elas reduzem essa cultura ou identidade a um conjunto de estereótipos. O preconceito surge quando os estereótipos são internalizados e as diferenças são rejeitadas (ESTEVES, CAL, 2023, p. 74).

Essa classificação envolve uma identidade Indígena genérica e estereotipada, como pessoas com corpo seminu, com pinturas corporais, arco, flecha e cocar, sendo que, o que não se aproxima deste estereótipo corre o risco de não serem identificados como Indígenas, por parte dos não Indígenas (BONIN, KIRCHOF, RIPOLL, 2018).

Os colonizadores são identificados na literatura imperial como “heróis”, já para a literatura Indígena, não são admirados e suas realizações não são descobertas maravilhosas, definitivamente (SMITH, 2018). Galassi, Kaseker e Ribeiro (2022) analisaram a representação dos Indígenas desde as primeiras adaptações da literatura para o cinema, até as telenovelas brasileiras e observaram que a visão colonialista reproduz estereótipos e preconceitos até a atualidade. Nessa perspectiva hegemônica, os autores identificaram que os Indígenas aparecem em diferentes discursos e narrativas como atrasados, bárbaros, bons selvagens, exóticos, integrados/aculturados, não humanos, preguiçosos, sensuais e invasores. Outro problema muito frequente é a representação dos Indígenas de forma genérica, desconsiderando a riqueza e complexidade presentes entre os 266 povos existentes no Brasil (IBGE, 2024).

É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo e que na relação do país consigo mesmo é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. (BRASIL, 1997, p. 22)

Desvalorizada e apresentada de forma distorcida, a imagem dos Povos Originários na mídia ainda é carregada por um olhar etnocêntrico que favorece o fortalecimento dos preconceitos (FREITAS, FUMAGALLI, 2018), ainda que, recentemente, há um movimento de preocupação com a forma com que são retratados.

Mudar as representações sociais preconceituosas que estão em circulação é uma tarefa difícil de ser feita, pois “é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário” (CABRAL, 2013, p. 80). Não é possível “esvaziar-se” e “isentar-se” de preconceitos e estereótipos, deve haver uma reflexão sobre como “uma perspectiva anterior, fundadora, que nos ensinou, por exemplo, que a voz de uma indígena traz uma experiência particular, enquanto a do homem branco é científica, racional e universal” (MORAES, 2022, p. 62). Ao tentar “esvaziar-se” de preconceitos só posterga cada vez mais a reflexão do que deixamos de encarar, até mesmo como sociedade.

Para Fulkaxó (2019), a falta de conhecimento sobre os Povos Originários e suas culturas “ainda gera um preconceito e constitui uma representação social do indígena distanciada e ausente (quase inexistente) na cultura midiática” (FULCAXÓ, 2019, p. 57). Em uma entrevista cedida à autora Andrielle Guilherme (2022), para sua tese de doutorado, Kambeba diz que:

A forma como a gente é colocado (na mídia) é estereotipada; a sexualização dos nossos corpos; a forma como pensam o território e nós no território [...]. A gente não quer enfrentamento com ninguém, a gente quer o que é nosso por direito; a luta dos Indígenas no território não é só porque ele quer viver ali; ele está lutando por uma natureza em pé, uma natureza viva, uma floresta viva. E uma floresta viva, ela pode contribuir com o mundo. Não só com quem está vivendo debaixo dela. Então, a mídia precisa entender isso. E entender isso é levar os povos para falar, é ir até os povos e ouvir o que eles têm para dizer, porque eles sabem falar. Eles têm boca, eles têm língua, eles têm

ideias e inteligência para poder falar sem precisar de um interlocutor, sem precisar de alguém que o tutele, sem precisar de nada. (KAMBEBA, 2022)

A imprensa hegemônica, por muitas vezes, desqualifica o modo de ser e de viver dos Povos Indígenas (URQUIZA, 2015, p. 6), sendo representados por meio de discursos populares, predominando o senso comum e ocupando a “posição de fonte passiva na imprensa” (MELO, 2005, p. 181), sendo que, na maioria das vezes que entram em pauta, aparecem em temas como a violência (MELO, 2005). A disseminação de reportagens tendenciosas pode levar à manutenção do imaginário colonial e da intolerância étnica, que alimentam conflitos e acentuam as desigualdades (FULKAXÓ, 2019). A diversidade dos Povos Indígenas no Brasil não é representada pelas mídias hegemônicas, que constroem e reproduzem visões estereotipadas e genéricas e as trata, muitas vezes, com preconceitos e sem escutar essas vozes (KASEKER, OTA, 2023. p. 13).

Muitos brasileiros têm segurança para falar sobre os povos Indígenas, mesmo nunca tendo contato direto com eles (PIMENTEL, 2012).

Para as pessoas que já tiveram algum tipo de contato com grupos Indígenas ou que têm conhecimento mais aprofundado da historicidade deles, há o reconhecimento da condição de cidadania, no sentido de direitos sociais adquiridos – o que, de certa forma, atribui-lhes uma condição de igualdade de direitos e, ao mesmo tempo, demonstra respeito à diversidade cultural. (CORREIA, MAIA, 2021, p. 12)

Com base nisso, é possível afirmar que os estereótipos são desmistificados a partir da aproximação, do reconhecimento e do respeito à diferença (CORREIA, MAIA, 2021). Essa aproximação, que deve acontecer também no campo da comunicação, pois a mídia precisa se abrir ao diálogo direto com os Povos Indígenas, superando a distância e visões estereotipadas.

Como forma de romper com este ciclo que gera invisibilidade e propaga estereótipos na mídia hegemônica, buscamos compreender como o conceito de Competência Cultural pode auxiliar os jornalistas neste processo. Este que, utilizado como um conjunto de habilidades diferentes e necessárias, pode possibilitar que jornalistas não Indígenas aprimorem suas práticas jornalísticas e seu relacionamento com os Povos Indígenas.

## 2.4 COMPETÊNCIA CULTURAL

A competência cultural, no jornalismo, se refere a capacidade que os jornalistas têm de interagir de maneira respeitosa e eficaz com pessoas de diferentes culturas, como a Indígena, possibilitando que o profissional reconheça e valorize outras especificidades culturais. A jornalista e pesquisadora portuguesa radicada na Austrália Carla Guedes (2024) analisa como formas Indígenas de conhecer, fazer, pensar e sentir podem melhorar a prática jornalística de profissionais não Indígenas. Seu estudo destaca que a competência cultural não se limita ao aprendizado sobre o “outro”, mas envolve, sobretudo, o conhecimento de si mesmo — um exercício de autorreflexão essencial para que jornalistas enfrentem preconceitos, superem estereótipos e aprimorem suas coberturas.

Para Guedes (2024), a competência cultural deve ser o foco central da formação e da prática de jornalistas não Indígenas, sendo um compromisso ético de produzir narrativas mais inclusivas, respeitosas e seguras para as comunidades. A autora ouviu jornalistas Indígenas e não Indígenas com o objetivo de responder como essas formas Indígenas podem melhorar a competência cultural dos jornalistas para desenvolver um conteúdo melhor a ser usado na cobertura de histórias indígenas. Para isso, os jornalistas devem estar dispostos.

Os jornalistas não Indígenas precisam superar muitos desafios urgentes e necessários para realizar um trabalho culturalmente competente, responsivo, consciente, relevante, seguro, benéfico para a comunidade e confiante em seu campo de jornalismo, como tão bem explicaram em seus depoimentos. Certamente, os jornalistas não Indígenas devem estar dispostos a aumentar as suas competências culturais como parte do seu “dever de casa” (GUEDES, 2024, p. 82, tradução nossa<sup>9</sup>).

Ao mesmo tempo, Guedes (2024) explica que o tema foi citado em todas as entrevistas, o que demonstra que o assunto é notado e está presente na mente dos participantes, incluindo aqueles que não sabem detalhes de que “a Competência Cultural é um conhecimento que inclui o aprendizado não apenas sobre o 'outro', mas também sobre 'si mesmo', e que isso é algo que se pode aprender de

---

<sup>9</sup> [...] non-Indigenous journalists need to overcome many urgent and necessary challenges to do culturally competent, responsive, aware, relevant, safe, beneficial to the community, and confident work in their field of journalism as they so well explained in their testimonies. Surely, non-Indigenous journalists must be willing to increase their cultural skills as part of their 'homework'.

uma maneira muito organizada e sistemática” (GUEDES, 2024, p. 234, tradução nossa<sup>10</sup>). Os jornalistas Indígenas acreditam que é preciso que os profissionais não Indígenas deem mais atenção à Competência Cultural.

A Competência Cultural é o que esses jornalistas sentem que precisa ser o foco central de seus colegas não indígenas em relação à educação e à ação em direção a estratégias e práticas mais inclusivas, respeitadas e consistentes no jornalismo envolvendo os povos indígenas e suas questões. (GUEDES, 2024, p. 257, tradução nossa<sup>11</sup>)

Ainda segundo a pesquisa de Guedes (2024), todos os participantes não Indígenas concluíram que sentiam que precisavam de mais competência cultural para fazer um trabalho melhor, embora Indígenas e não Indígenas concordaram que a situação no Brasil, Austrália e Canadá está melhorando de maneira lenta, mas segura (GUEDES, 2024). E para que isso continue a avançar, os jornalistas não Indígenas precisam da autorreflexão para adquirir a competência cultural, sendo que àquela é inerente à esta (GUEDES, 2024). A autora também pontua que para bons resultados ocorrerem no jornalismo em relação a estes Povos, é preciso competência cultural nos níveis individual, de equipe, organizacional e sistêmico, e que estes níveis devem trabalhar juntos para serem eficazes.

Outras pesquisas complementam essa perspectiva ao indicar que jornalistas culturalmente competentes produzem coberturas mais justas, contextualizadas e alinhadas às realidades das comunidades retratadas e que “o resultado do aumento da competência cultural é a possibilidade de uma cobertura noticiosa mais representativa de comunidades culturalmente diversas” (GARYANTES, 2012, p. 61, tradução nossa<sup>12</sup>). Perso e Hayward (2015) reforçam que competência cultural é a habilidade de interagir e comunicar-se com sensibilidade com pessoas de diferentes origens culturais, enquanto Waller (2012), ao ouvir jornalistas não Indígenas que trabalham como especialistas em reportagens com Indígenas, observa que, mesmo em contextos como o australiano, ainda há um caminho longo a percorrer —

---

<sup>10</sup> the concept of Cultural Competence means precisely, or that Cultural Competence is knowledge that includes learning not only about the 'other' but also about 'oneself', and that is something one can learn in a very organised and systematic way.

<sup>11</sup> Cultural Competence is what these journalists feel needs to be the central focus of their non-Indigenous colleagues regarding education and action towards more inclusive, respectful, and consistent strategies and practices in journalism involving Indigenous Peoples and their issues.

<sup>12</sup> The result of increased cultural competence is the potentially for more representative news coverage of culturally diverse communities.

pois desenvolver essa competência é um aprendizado contínuo, muitas vezes desconfortável, mas necessário.

Para contribuir com estas e outras pesquisas, além de melhorar o entendimento de como se dá a relação entre os jornalistas de televisão e as pautas e sujeitos Indígenas nos últimos anos no Brasil, esta pesquisa ouviu repórteres da região sul, centro-oeste e sudeste. A intenção foi contribuir para o setor do jornalismo televisivo para entender quais são os pontos de tensionamento do jornalismo no trato das questões Indígenas.

## 2.5 A BUSCA POR REPÓRTERES

Conversamos com seis repórteres, da Rede Globo e afiliadas no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Optamos por escolher jornalistas que trabalham na Rede Globo e afiliadas por esta emissora ser líder na audiência e, desta forma, ter maior abrangência quantitativa de público. Dentre as várias funções no telejornalismo, escolhemos os repórteres, pois é interessante para a pesquisa que o entrevistado já tivesse tido contato direto e pessoal com os Indígenas. A pesquisa buscou ouvir pessoas já tenha trabalhado ao menos uma vez em coberturas envolvendo os Povos Indígenas.

A delimitação dos estados do sul do país se dá pela proximidade cultural e geográfica de onde atuou. Optamos também por inserir neste recorte um estado do centro-oeste, por ser um estado vizinho com maior população Indígena, diferentemente da região sul. Em um segundo momento, houve o interesse de entrevistar também um repórter da Rede Globo do sudeste porque havia o entendimento que a possibilidade era maior desta pessoa ter mais contato com fontes Indígenas que assumiram cargos oficiais, como a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e a presidenta da Funai, Joenia Wapichana.

Começamos a seleção dos repórteres buscando por aqueles que trabalham há mais tempo com o jornalismo televisivo, para termos um recorte temporal maior de experiência com essa temática e mais oportunidades de já terem trabalhado com Indígenas. A seleção também foi realizada a partir de indicações de outros jornalistas de televisão. No convite aos jornalistas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência e ficou claro aos participantes da pesquisa que eles não seriam identificados. Para que os profissionais não sejam

identificados, foram usadas as siglas JN11, JN12, JN13, JN14, para os jornalistas não Indígenas, e JI1 e JI2, para os jornalistas Indígenas.

No decorrer da pesquisa e durante a seleção dos jornalistas, nos deparamos com uma repórter, do sul do país, que está na profissão há quase 45 anos e que não se sentiu à vontade em nos dar entrevista pelo pouco contato e pouca experiência com Indígenas, mesmo após insistentes tentativas. Isso gerou uma informação importante, pois mesmo trabalhando há tanto tempo em televisão, fazendo reportagens inclusive em âmbito nacional, pouco teve contato com os Povos Originários. Na última tentativa ela indicou uma repórter da mesma afiliada, mas de outra cidade, que teria a possibilidade de ter tido mais contato com Indígenas pela proximidade com aldeia. Mas, ao falarmos com ela, tivemos a surpresa dela nunca ter ido até a terra Indígena, ter apenas falado com o Cacique por aplicativo de mensagem e entrevistado por videochamada. Cabe salientar que ela está na emissora há quase 15 anos e é formada em jornalismo há mais de 20 anos. Por esse motivo, optamos por entrevistar um repórter mais novo que recentemente fez uma importante cobertura sobre um acordo realizado entre Indígenas e agricultores após anos de conflitos.

Deste estado, portanto, chegamos ao JN11. É um homem branco, de família de cafeicultores e tem por volta de 40 anos. Ele cursou jornalismo em uma universidade privada do Sul do Brasil e está fazendo mestrado para se especializar em jornalismo ambiental.

Eu acho que a vida da gente é meio feita por encantamentos, né? E um tempo, um certo tempo atrás aí, eu fui gravar numa na floresta [...],tava um dia de chuva assim, aí eu gravando uma sonora, e tava a floresta... parece viagem, né? Mas eu sou repórter, repórter gosta de fazer poesia, né? E aí eu tava no no meio daquela floresta, assim, e tava aquela chuva, aquela coisa meio mágica assim. E aí o entrevistado falou assim: "Aí, isso daqui é Mata Atlântica". Falei: "Puxa, vida". E aí aquilo me despertou para o jornalismo ambiental e então faz 7 anos, pelo menos, que eu lido com esses assuntos e aí fui me especializar. (JN11, 2025)

JN11 trabalhou em uma rádio aos 16 anos, antes mesmo de cursar jornalismo. Durante a faculdade fez estágio no jornalismo impresso e como assessor de imprensa. Ele se formou em 2011 e desde então está no telejornalismo. Começou em um programa rural de uma afiliada da Record TV, passou para uma afiliada do SBT e está há 15 anos trabalhando em uma afiliada da Globo.

JN12 também é de um estado do sul do país. É um homem branco,

nascido no Sul do país, formado em jornalismo em uma universidade privada na mesma região no fim da década de 80 e começou a trabalhar em uma afiliada da Globo antes de se formar. No início ele relutou para aceitar a conversar com a gente, pois, durante a sua carreira profissional, pouco entrevistou pessoas Indígenas. Em diversos momentos ele tentava indicar uma jornalista que já havia trabalhado com ele e que, segundo ele, poderia contribuir mais com a pesquisa. Porém o fato de que um repórter que já fez matérias para praticamente todos os jornais nacionais, além dos locais, há quase 40 anos e teve pouco contato com Indígenas também nos traz uma informação importante na pesquisa. Durante a entrevista ele se lembrou de duas reportagens feitas nesta temática, uma foi relacionada a educação e outra a conflito. A última reportagem tem pelo menos 10 anos.

Nesse tempo tive oportunidade de fazer muita coisa. Todos os regionais da Globo eu já participei, já fiz inúmeros Globo Repórter, enfim. E basicamente, se for comparar, eu sou um sabe guepardo e que só sabe correr na planície africana, é basicamente. Eu sou um cara que assim, ó, eu acho que eu sei fazer é fazer reportagem de televisão e não muito mais na vida. Eu sou especializado, acho que sou especializado nisso, não o melhor especialista, mas a minha especialidade é essa [...]. Eu já cruzei por várias gerações de jornalismo, jornalistas e enfim, pelo jeito, eu acho que alguma coisa certa eu tô fazendo. (JN12, 2025)

O terceiro integrante atualmente trabalha na região Sul do país, já trabalhou também na região Norte, nos estados do Pará e Mato Grosso. JN13<sup>13</sup> cursou jornalismo na década de 90, sendo efetivado logo em seguida na região Sul. Porém, no final da década foi convidado a trabalhar no Pará, mas precisou voltar ao Sul do País após ser ameaçado por fazendeiros durante coberturas em terras Indígenas. Ficou por três anos até receber um novo convite para trabalhar no estado do Mato Grosso, aumentando o seu contato com os Povos Originários e se afeiçoando a eles.

E foi incrível a experiência. Foi mais por um desejo pessoal que eu me dirigi pra Amazônia e lá fiz grandes coberturas, importantes, sobre roubo de madeira dentro de comunidades Indígenas, garimpo ilegal, poluição de rios, escassez de alimentos, além da prática também que os *índios* aprenderam com o não-*índio* de cobrar pedágios exorbitantes para passagem de não-*índios* pelas suas terras. Essa relação do *índio/não-índio* acabou de forma bastante negativa contribuindo para que o *índio*, alguns né, adotassem práticas que o

---

<sup>13</sup> Houve um problema com o áudio da entrevista de JN13. As citações colocadas foram feitas por meio de anotações durante a entrevista e mensagens trocadas posteriormente.

que o não-índio utiliza da exigência de valores para determinadas obras dentro da aldeia. Em algumas situações é importante, porque assim eles demonstraram que tem força e consciência dos seus valores. (JNI3, 2025)

JNI3 decidiu voltar para o Sul em 2013, onde permanece trabalhando até hoje em uma afiliada da Rede Globo, e, desde então, não realizou mais nenhuma reportagem envolvendo a temática. Ele acredita que um dos motivos é a distância que está das aldeias.

De certa forma é preocupante isso aí, porque demonstra que não se dá devida atenção para os Povos Originários. De outra parte, tem a questão de orçamento, que sempre há uma abordagem de que são viagens caras. E se decide, então, acompanhar estes assuntos, a cobertura é feita com o repórter mais próximo do local. (JNI3, 2025)

Dos estados da região Centro-Oeste e Sudeste foram entrevistados um jornalista não Indígena e duas Indígenas. Em um primeiro momento não havia a intenção de entrevistar jornalistas Indígenas, mas, a partir de indicações, achamos que contribuiria com a pesquisa entender também como eles veem o assunto. Os estados não foram especificados pela possibilidade de identificar os repórteres, em especial as Indígenas.

JNI4 é um homem branco que, primeiro, se formou em outro curso e depois foi morar fora do país. Só após voltar ao Brasil que decidiu fazer a faculdade de jornalismo, tendo concluído o curso em 2010 em uma universidade privada do Sudeste. Trabalhou em diversas emissoras de TV até que entrou em uma afiliada três anos depois e permanece até hoje. JNI4 conta que tem contato quase que diariamente com os Povos Indígenas e que sente que evoluiu muito como pessoa, tendo mudado a sua visão em relação a estes povos após ter mudado para o centro-oeste.

É um exercício de crescimento pessoal enorme, né? Porque é aquilo, eu sou de uma realidade urbana, né? Eu nunca tinha visto Indígena na vida, entende? Então, você de repente vem para um lugar desse e aí é claro que é um exercício pessoal e é de cada um. Outro repórter, por exemplo, poderia vir olhar e falar: “vamos tocar e vamos fazer”. Isso é uma decisão pessoal, né? Você olhar aquilo e aprender, você olhar para aquela situação e tentar ampliar um pouco os horizontes, né? É um exercício diário, sem dúvida nenhuma. (JNI4, 2025)

A repórter JI1 pediu para não ser identificada como Indígena, mas como uma pessoa que tem uma ancestralidade afro-Indígena, pois é “descendente

dos Povos Originários do Brasil e da África”. Sua ancestralidade, portanto, é da etnia Puri Coroadó.

Por parte de mãe, eu tenho essa conexão indígena, né? Essa ascendência indígena e por parte de pai, eu tenho uma ascendência de origem africana, de escravizados, que vieram para o Brasil, né? Então eu sempre gosto de reforçar esses dois porque eu levo essas identidades comigo e como eu não tive essa vivência direta em aldeia, né, e a minha origem, ela, a minha etnia, ela foi considerada extinta por um tempo em 1700, em meados de 1700. Então, a língua se perdeu, não tem mais aldeia, né? Alguns Indígenas Puris hoje têm reconstruído aldeias, [...] tem buscado recuperar a língua Puri. Mas, como eu não tive essa vivência direta e eu não tenho em mim preservados os costumes do meu povo, então eu prefiro dizer que eu tenho uma ancestralidade indígena do que dizer que eu sou indígena diretamente. Até para eu não tomar uma propriedade de uma vivência que eu, infelizmente, não tive, né? Mas que eu acompanho todos os dias e assim, [...] eu vou na aldeia, eu fui batizada numa aldeia, mas eu, por mais que eu me identifique como indígena, identifique essa cultura em mim, eu prefiro dizer assim para eu não tomar uma propriedade de uma vivência que eu não tive diretamente, sabe? (J11, 2025)

J11 se formou em Comunicação Social - Bacharelado em Jornalismo – em uma universidade federal também no Sudeste em 2012 e desde então começou a trabalhar em TVs, passou por diversas emissoras e funções, até mesmo fora do país. Em um desses locais, próximo ao ano de 2020, J11 teve contato diretamente com os Povos Indígenas, e foi aí que ela se aproximou da cultura indígena.

Eu sabia que eu tinha essa ancestralidade, mas eu não tinha ainda uma conexão direta com a cultura. Então eu só sabia, olha, eu tenho uma origem indígena, tenho alguns hábitos, mas quando eu comecei a ver ali o que eles faziam, eu comecei a me identificar. Então isso trabalhou, na verdade, na forma como eu me vi, foi me transformando também, sabe? Porque eu comecei a ver ali a alimentação, por exemplo, o consumo da mandioca, o biju, né, comer muito peixe, a tradição mesmo da caça, do arco e flecha. Aí eu comecei a pensar, não, mas espera aí. Quando era criança, meu tio me ensinou a fazer arco e flecha. Ele me ensinou a fazer armadilha de caça, né? A pesca mesmo, a mandioca. Não, espera aí, esse prato aqui, vocês comem aqui, eu também como da infância. E eu comecei a conversar sobre isso com a minha mãe, com os meus familiares e resgatar isso. E aí que eu acho que houve essa conexão, essa identificação maior. Então foi uma fase muito importante na minha vida. (J11, 2025)

Diferentemente, J12 é uma mulher da etnia Terena e sempre teve conexão com os Povos Originários, mesmo não tendo nascido em uma aldeia. É formada em jornalismo, na década de 90, e mestre em comunicação por uma

universidade federal do Centro-Oeste. Trabalhou por um período em emissoras de televisão como repórter, apresentadora e diretora de jornalismo, depois fez uma pausa e atuou como professora por mais de 10 anos nos cursos de jornalismo e publicidade e propaganda em uma faculdade particular. JI2 também é formada em Letras Português. Há quase cinco anos JI2 voltou para as redações com um cargo de chefia, mas faz reportagens esporadicamente.

Nós fomos criados no contexto urbano, mas sem perder os laços com a família. Só que assim, a gente foi crescendo, né, no contexto urbano e assim, numa época em que não se falava muito nessa questão de buscar a ancestralidade da gente, né? Assim, não participei muito do movimento, né? Até entrei no jornalismo, não falando muito sobre isso, né? É uma coisa que a gente, a partir dos anos 2000, que essas coisas foram se desenvolvendo, né? Então assim, é uma coisa muito recente que a gente vai buscando, mas hoje me reconheço como uma jornalista Indígena. [Na atual emissora] comecei fazendo reportagens mais especiais relacionadas ao jornalismo Indígena, digamos assim, as temáticas Indígenas, mas agora tô na rua fazendo links, às vezes, né? Dependendo da escala, geralmente de plantão, né? E também outras reportagens com outras temáticas. (JI2, 2025)

Além do contexto pessoal, nas entrevistas foram abordadas questões relacionadas à experiência de trabalho, sentidos, expectativas e necessidades observadas pelos/as profissionais, sem que eles sejam identificados na pesquisa. Sendo também uma pessoa não Indígena, busco nessas interlocuções superar minhas próprias limitações de competência cultural em um processo de decolonização. As entrevistas foram realizadas de forma online, por meio do aplicativo Zoom ou Teams, com a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina<sup>14</sup>. Cada entrevista teve sua própria dinâmica, ou seja, houve uma ligeira variação no tempo – duraram de 30 minutos a 1 hora. A conversa foi gravada por meio de vídeo, áudio e notas manuscritas, mediante a autorização dos participantes, sendo os dados decupados em forma de texto e foram analisados em uma perspectiva decolonial.

Para a realização das entrevistas, utilizo como base as recomendações de George Gaskell sobre a realização de entrevistas semiestruturadas com um único respondente, tornando assim uma entrevista em profundidade. A entrevista qualitativa, segundo o autor (2002, p. 64 e 66), pode ser

---

<sup>14</sup> Número do Parecer: 6.782.559

em forma de conversação continuada e menos estruturada, mesmo assim é preciso de uma preparação e planejamento para a realização das entrevistas, sendo preciso de um tópico guia de uma página que funciona como um lembrete para o entrevistador. Então, houve um roteiro como base para todas as entrevistas, mas os entrevistados puderam fluir nas respostas, bem como surgiram novas perguntas no decorrer da conversa.

Para respaldar a análise dos dados obtidos, as entrevistas foram transcritas e seu conteúdo analisado seguindo as categorizações de análise de conteúdo, uma técnica que “produz interferências de um texto focal para o seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER, 2002, p. 191). Este texto pode ser construído no processo de pesquisa, como transcrições de entrevista. Com isso, é possível analisar o efeito da mídia com base nas variáveis independentes que são fornecidas pela análise de conteúdo, pois “nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compara-los entre comunidades” (BAUER, 2002, p. 192).

A fala dos repórteres foram distribuídas ao longo da dissertação, e não em um capítulo específico, pois entendemos que desta forma a contribuição para a pesquisa ficou mais evidente. Durante as entrevistas, pedimos para os repórteres indicarem uma reportagem que tenham feito sobre a temática, a intenção com isto foi entender como é direcionado o olhar do jornalista. Portanto, as reportagens são observadas com um documento complementar, sem que tenhamos realizado análise de seus conteúdos propriamente.

### 3 SUJEITOS COMUNICACIONAIS

*Em convívio com a sociedade,  
Minha cara de “índia” não se transformou  
Posso ser quem tu és  
Sem perder quem sou*

*Mantenho meu ser indígena  
Na minha identidade  
Falando da importância do meu povo  
Mesmo vivendo na cidade*

**Márcia Kambeba**

O cenário da invisibilidade dos Indígenas está sendo alterado depois de séculos de resistência e de luta, por isso, jornalistas têm sido cada vez mais desafiados e pressionados a darem o devido tratamento aos Povos Indígenas, principalmente a partir do giro decolonial – que segue em andamento. Neste contexto, é importante discutir sobre como os Indígenas passam a ser reconhecidos como sujeitos comunicacionais para entendermos a necessidade da mudança na atuação jornalística e nos processos de produção do telejornalismo. O protagonismo Indígena, materializado em lideranças cada vez mais visíveis, revela a urgência de aprofundar essa temática, pois são essas vozes, presentes também nas redes, que tensionam e forçam a mídia hegemônica a olhar para os Povos Originários de outra forma.

A interação entre Indígenas e jornalistas é algo que está se firmando nas últimas décadas, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988. Essa transição histórica dos Indígenas, da condição de tutelados para cidadãos e, conseqüentemente, sujeitos comunicacionais que devem ser reconhecidos socialmente desta forma, como sujeitos autônomos e donos de sua própria narrativa, foi o tema de pesquisa de Angela Ota (2024), em seu Mestrado. Ela conclui que a tutela refletiu, durante todos estes anos, na produção jornalística, pois os Indígenas não eram entrevistados e nem vistos como fontes, o diálogo era mediado pelo Estado.

Antes da Constituição, os Povos Originários eram submetidos ao regime de tutela, uma legislação que o Estado utilizava para subordinar os indígenas e que teve início com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1916. De acordo com o Código Civil Brasileiro, os Indígenas eram classificados como “incapazes” e, por isso, ficavam “sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos

especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País”<sup>15</sup>. A tutela, que deveria ser proteção, acabou sendo instrumento para reforçar uma suposta incapacidade civil e intelectual, silenciando vozes e ampliando estereótipos (LUCIANO BANIWA, 2006).

Criada durante a Ditadura Militar, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai)<sup>16</sup>, que é uma reformulação do SPI, continuou a tratar o indígena como uma vítima: “sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender, se proteger, se desenvolver e sobreviver” (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 35). Além disso, com a Funai, os Povos Originários não podiam sequer circular entre as aldeias, para tudo dependiam de autorização oficial e eram impedidos de se mobilizarem contra o Estado (OLIVEIRA E FREIRE, 2006). Com a tutela, os Indígenas tiveram a sua capacidade de protagonismo anulada até mesmo em conflitos de terras, como é o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul, apontado por Klein (2008), mas que pode se estender a outras etnias e outros estados.

Luciano Baniwa (2006) ressalta que acompanhou de perto conquistas importantes para os direitos dos Povos Indígenas, destacando a Constituição de 1988 como um marco que “mudou substancialmente o destino dos Povos Indígenas do Brasil” (p. 19). Essa conquista possibilitou, como diz Kaiowá (2023), que os Povos Originários se sentissem livres, autônomos e autoconfiantes — pré-requisitos para a autorrealização. A fala de Ailton Krenak, por exemplo, ao denunciar negligências e cobrar a inclusão dos Povos Originários na Constituição, simboliza essa força de reivindicação (CORREIA; MAIA, 2021).

Hoje, os direitos constitucionais garantem espaços inéditos para a presença Indígena na academia, na política e, sobretudo, como agentes de suas próprias narrativas. Isso exige mudanças profundas na forma como o jornalismo aborda temas e vozes Indígenas, reconhecendo-os como sujeitos comunicacionais que, “através de muitas lutas, cada vez mais conquistam poder de fala e representatividade no telejornalismo” (KASEKER; OTA, 2024, p. 10). No próximo capítulo, destacam-se algumas dessas personalidades Indígenas que se tornaram referências não apenas em suas comunidades, mas também para toda a sociedade brasileira.

---

<sup>15</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm#art6.0](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm#art6.0). Acesso: 02/10/2024.

<sup>16</sup> Em 2023, a Fundação Nacional do Índio passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

### 3.1 PERSONALIDADES INDÍGENAS

Os Povos Indígenas sempre resistiram ao processo de dominação e colonização, mas a partir da década de 1970, a criação de organizações representativas fortaleceu a articulação entre os povos e, destes, com a sociedade nacional e internacional: “a conjunção e a articulação entre tais organizações constituem hoje o chamado movimento indígena organizado” (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 57).

De acordo com a definição mais comum entre as lideranças Indígenas, o Movimento Indígena é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações Indígenas adotam para proteger seus direitos e interesses coletivos, e foi ele o responsável por convencer a sociedade e o Congresso a garantir, na Constituição de 1988, direitos fundamentais aos Povos Originários, como a demarcação de terras e a educação diferenciada (LUCIANO BANIWA, 2006).

O surgimento de organizações Indígenas também possibilitou novas formas de liderança, para além dos caciques e tuxauas, surgiram novas pessoas que passaram a ter funções importantes e coexistem - podendo relacionar isso a “ascensão de lideranças Indígenas carismáticas com projeção regional, nacional e internacional” (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 76).

Angela Ota (2024) destaca que esse protagonismo abriu caminho para que personalidades Indígenas conquistassem espaço na mídia hegemônica. Mário Juruna, primeiro deputado federal Indígena, ganhou notoriedade ao usar um gravador para registrar promessas do homem branco. Cacique Raoni, símbolo da luta pela preservação ambiental, voltou a ser destaque em 2023 ao subir a rampa do Planalto com o presidente eleito, representando todos os Povos Originários. Outros nomes, como Tuíra Kayapó, que protestou contra a usina de Belo Monte, e o caso de Índio Galdino, assassinado em 1997, marcaram a luta por visibilidade.

Ailton Krenak levou sua voz para o telejornalismo ao ser primeiro Indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Autor de livros como "O amanhã não está à venda" e "Ideias para adiar o fim do mundo", Ailton Krenak já teve obras traduzidas em 13 países. As obras, segundo a sua editora, são transcrições de entrevistas, conversas e discursos feitos por ele, valorizando a tradição da oralidade.

Na ocasião, Ailton Krenak foi entrevistado por muitos veículos de

comunicação e praticamente todas as emissoras de televisão. Esteve presente em todos os jornais nacionais da Rede Globo, e também nos jornais local e estadual do estado de Minas Gerais. A plataforma online Globoplay, da mesma emissora, também subiu a íntegra da Posse do Acadêmico Ailton Krenak. No caso do Jornal Nacional, que tem maior audiência do país, o Indígena foi destaque em uma reportagem de mais de sete minutos, o que é considerado, no ambiente televisivo, um espaço maior do que o comum.

**Figura 5** – Ailton Krenak em entrevista ao Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional, 2023.

Nesta linha, outro nome importante é o de Sônia Guajajara, que se tornou a primeira ministra Indígena brasileira. Veículos de comunicação a acompanham frequentemente, como foi o caso do programa Fantástico, que fez uma reportagem especial sobre a rotina dos primeiros meses como ministra e da primeira vez que voltou para a terra indígena Araribóia, onde nasceu, no Maranhão. A reportagem tem quase dez minutos e finaliza com uma fala importante da ministra: “Nós só vamos conseguir uma mudança de consciência para as pessoas entender o papel dos Povos e territórios Indígenas quando a gente realmente mostrar essa força, a força dessa coletividade, que é o princípio de ser indígena (GUAJAJARA, 2023).

**Figura 6** – Sonia Guajajara em entrevista ao Fantástico



Fonte: Fantástico, 2023.

O Ministério dos Povos Indígenas foi criado em janeiro de 2023, depois de cinco séculos, pelo presidente Lula e tem o objetivo de

atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos Povos Indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios Indígenas; bem viver dos Povos Indígenas; proteção dos Povos Indígenas isolados e de recente contato; e acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos Povos Indígenas. (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2023)

Desde que se tornou ministra, Sonia Guajajara tem o objetivo de visitar os 725 territórios Indígenas do país. Ao passar por esses vários locais, Sonia Guajajara tem sido entrevistada por emissoras locais, como as dos estados do Pará, Acre, Bahia, Roraima, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Sabemos que, na maioria das vezes, jornalistas, ao falarem da causa Indígena, buscam fontes oficiais e a Funai (Fundação dos Povos Indígenas) se enquadra nestes critérios. Porém, Joenia Wapichana foi a primeira mulher Indígena a assumir este cargo, no início de 2023. Em meio as entrevistas concedidas por ela, destacamos uma no Jornal da Globo em que falou ao vivo diretamente com a âncora,

Renata Lo Prete. A apresentadora fez uma extensa cabeça - texto lido para anunciar a entrevista - sobre os desafios que Joenia Wapichana enfrentaria e sobre sua trajetória. A entrevista completa tem mais de 5 minutos e 30 segundos.

**Figura 7** – Joenia Wapichana em entrevista ao Jornal da Globo



**Fonte:** Jornal da Globo, 2023.

A Funai foi criada em 5 de dezembro de 1967, com a missão de proteger e promover os direitos dos Povos Indígenas no Brasil (MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, 2020), no entanto, em muitas ocasiões, sob o comando de não Indígenas, a Funai atuou contrariamente a esses princípios, de forma autoritária, não incluindo os Indígenas em tomadas de decisões (LUCIANO BANIWA, 2006). Somente a partir de 1990, algumas das deficiências estruturais do órgão foram minimizadas (OLIVEIRA, 2021). A própria Joenia Wapichana falou em entrevista, ao assumir o cargo, sobre os desafios que seriam encontrados pela frente pela falta da presença Indígena na instituição em anos anteriores.

Assumir a Funai como um órgão indigenista federal que esteve parado há muitos anos é uma missão desafiadora, pois sequer os Povos Indígenas entravam naquele ambiente. Então, pouco se tinha uma realização de sua missão institucional, não se cumpria a obrigação de demarcar e proteger terras Indígenas. (WAPICHANA, 2023)

Na Câmara, Célia Xakriabá, eleita primeira deputada federal Indígena de Minas Gerais em 2022, amplia vozes com protagonismo no telejornalismo e nas redes, tendo apresentado o podcast *Papo de Parente* da plataforma Globoplay, que desconstrói estereótipos e reafirma a diversidade indígena (RIBEIRO, 2022).

**Figura 8** – Capa do *podcast* *Papo de Parente*, com Célia Xakriabá e Tukumã Pataxó



Fonte: Globoplay, 2021.

Em 2024, Célia Xakriabá se tornou a primeira Indígena doutora em Antropologia pela UFMG, reafirmando a potência dos saberes tradicionais, a defesa do território e a valorização da cultura ancestral<sup>17</sup>. Dominique Vessoni (2023), em dissertação na Universidade Estadual de Londrina, analisou o ativismo de Célia no Instagram, mostrando a rede como território de luta e construção social. Para Vessoni (2023), Célia é uma “comunicadora e liderança indígena de exímia eloquência nas redes sociais” (p. 9), capaz de mobilizar afetos e produzir sentidos que despertam a força vital necessária para a luta.

Distanciando do ambiente jornalístico, Daniel Munduruku foi contratado pela TV Globo, em 2023, para ser consultor e integrar o elenco da novela “Terra e Paixão”. O ator, escritor e educador participou do programa ‘Domingão com Hulk’ e falou sobre a importância do papel e de poder se “comunicar um pouco com o

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.celiaxakriaba.com/post/c%C3%A9lia-xakriab%C3%A1-%C3%A9-a-primeira-ind%C3%ADgena-doutora-pela-ufmg-em-antropologia>. Acesso: 13/11/2024.

público, que às vezes não conhece bem a temática Indígena e ainda fica reproduzindo preconceitos e estereótipos” (MUNDURUKU, 2023).

**Figura 9** – Daniel Munduruku em entrevista ao Domingão com Huck



**Fonte:** Domingão com o Huck, 2023.

Além dessas lideranças alinhadas a um pensamento decolonial, outras vozes também emergem em campos mais conservadores. Ysani Kalapalo é descendente das etnias Kalapalo, Nafukuá, Aweti e Matipu, do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. Ela vive na aldeia Tehuhungu e se intitula “Indígena do século 21”. Ela teve mais evidência na mídia quando acompanhou o ex-presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, em 2019. Em seu canal no youtube, atualmente chamado de ‘POD’YSANI’, tem mais de 850 mil<sup>18</sup> seguidores e compartilha a cultura, histórias, hábitos e costumes dos povos do Alto Xingu, além de comentar sobre questões Indígenas no Brasil.

**Figura 10** – Primeiro episódio do podcast POD’YSANI’, apresentado por Ysani Kalapalo

---

<sup>18</sup> Dado obtido em 27/03/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/@YSANI>.



Fonte: POD'YSANI, 2025.

Já o Cacique Rony Parecis vive na Aldeia Wazare e foi candidato a vereador em Campo Novo do Parecis, no Mato Grosso, pelo Partido Liberal (PL). É uma das principais lideranças no estado, também apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro durante seu governo e participou da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), no Egito. Cacique Rony ficou conhecido por liderar um programa de visitas que recebe de turistas de todos os estados da Federação e também do exterior, que vem ao Brasil para conhecer a área Indígena e os aspectos culturais da comunidade. Em 2019 ele iniciou a projeção da aldeia Wazare, que começou a ser construída em 2011.

**Figura 11** – Rony Parecis em entrevista ao jornal da TV Centro América Tangará da Serra, filiada da Globo em Mato Grosso



Fonte: TV Centro América Tangará, 2025.

Com estas e outras lideranças utilizando cada vez mais a internet e as redes sociais para propagar suas vozes, a mídia hegemônica precisou começar a olhar diferente para a população Indígena. Por isso, é importante discorrer sobre a presença destes Povos nas redes sociais.

### 3.2 INDÍGENAS NA REDE

Com a internet acessível em cada vez mais espaços, houve a possibilidade de os Povos Originários poderem usar a própria voz para cobrar que eles fossem representados com maior dignidade. Portanto, eles passaram a ocupar um lugar de protagonismo, criando muitos produtos audiovisuais que trazem visibilidade à cultura e a realidade dos Povos Indígenas.

Um dos principais desafios é romper com a história única e estereotipada, produzindo contranarrativas que mostrem quem são e o que reivindicam (ADICHIE, 2019). As tecnologias transformaram a forma de comunicar, e, com isso, “múltiplas vozes podem ser ouvidas e diferentes perspectivas podem ser exploradas” (SILVA, 2024, p. 22).

A comunicação nativa, sustentada pela autorrepresentação (DEMARCHI; GOMES, 2022), se manifesta na chamada etnomídia, conceito definido

por Renata Machado Tupinambá (2016):

Etnomídia é uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno. Por isso o uso deste prefixo. Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais. A apropriação dos meios de comunicar tornou possível aos povos serem seus próprios interlocutores (TUPINAMBÁ, 2016).

Assim, as etnomídias fortalecem a identidade cultural e demonstram a visibilidade de movimentos Indígenas. Por meio delas, Indígenas têm mantido o público informado sobre suas demandas e propostas, assim como sobre a sua cultura (KASEKER, GALASSI, RIBEIRO, 2022).

Embora a internet prometa uma “democratização” da comunicação, ainda há desigualdades estruturais. Enquanto a grande mídia silencia temas Indígenas, as redes sociais podem furar esse bloqueio, como no caso das mobilizações que forçaram o governo a rever decisões sobre os Kaiowá-Guarani (NEVES; CORRÊA; TOCANTINS, 2013).

Para os ativistas, demarcar o ambiente digital é essencial (ESTEVEES, 2022) e, mesmo sem substituir os meios tradicionais, os canais digitais complementam as dinâmicas sociais (WOLTON, 2007). Porém, é preciso ficar atento ao fato de que, apesar de construir conteúdos e disponibilizá-los, não significa que a participação entre os diferentes sujeitos ocorra da mesma maneira.

Os espaços online têm sido usados de forma estratégica e política pelos Indígenas como forma de potencializar a sua voz, e auxiliado os Povos Indígenas para além da ressonância de suas denúncias, têm disseminado a valorização da cultura Indígenas, com na música, vestimentas e rituais (ALMEIDA, CANAVARRO, GONÇALVES, 2022). É necessário se apropriar desse meio para comunicar e lutar contra a homogeneização, o apagamento e a essencialização da diversidade cultural Indígena (XUCURU, ATL, 2020)<sup>19</sup>.

Produções audiovisuais nas redes funcionam como pontes que ampliam territórios e saberes, aproximando comunidades e contextos culturais globais (KASEKER; GALASSI; RIBEIRO, 2022). Exemplo disso é o programa *Falas da Terra* (2021) e o podcast *Papo de Parente*, ambos da Rede Globo, marcos de protagonismo

---

<sup>19</sup> Fala de Jaqueline Xucuru durante a edição do Acampamento Terra Livre (ATL) 2020.

Indígena em grandes plataformas (KASEKER; VESSONI, 2024).

Com a internet, a convivência com as diferenças estimula o diálogo, tornando a comunicação um exercício de troca e reciprocidade (SODRÉ, 2012). Porém, ao passo que as redes sociais têm dado essa visibilidade para os Povos Originários, eles também estão mais suscetíveis ao racismo, à reprodução de visões colonialistas por parte de sujeitos não Indígenas e à ignorância cultural, abrindo espaço para discursos de ódio e difamação (CHAUÍ, 2017). Duncan McCue (2022) também alerta que a era digital possui uma face sombria, marcada pela intensificação do abuso, do discurso de ódio e da discriminação. Ainda assim, redes sociais, blogs e podcasts têm sido ferramentas importantes para grupos subalternizados desafiarem estereótipo e influenciar outras narrativas (SILVA, 2024; TORQUATO, 2021).

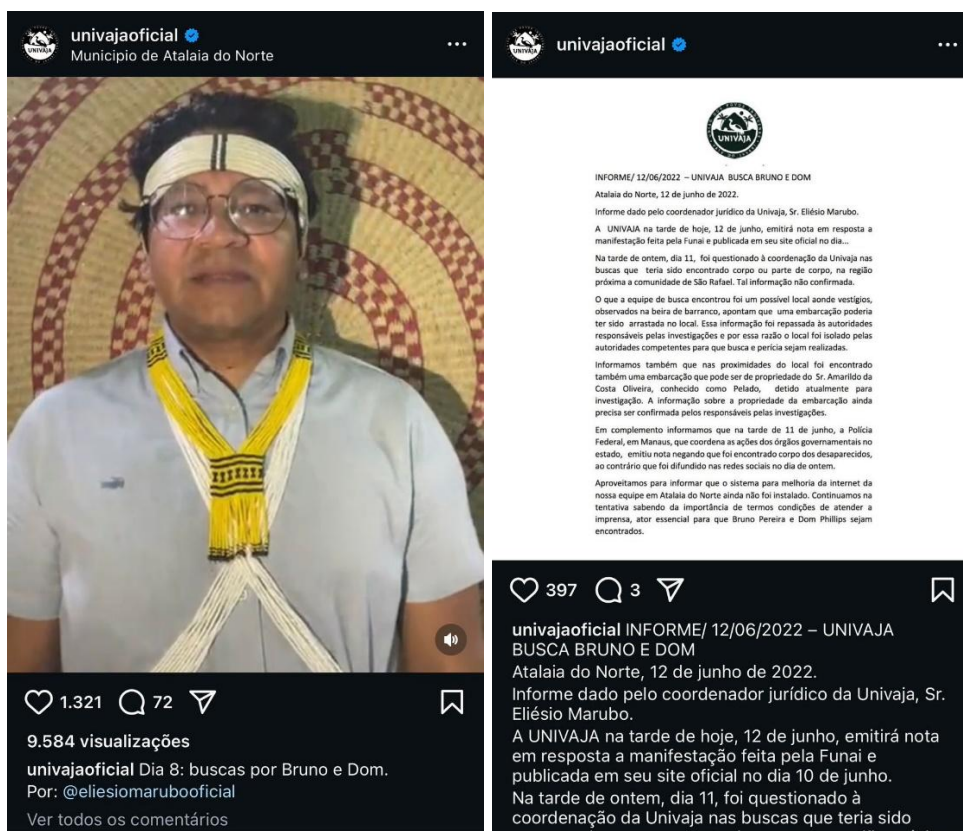
Ou seja, mesmo diante desses desafios, as redes sociais continuam sendo ferramentas estratégicas de resistência, denúncia e afirmação identitária dos Povos Indígenas, que se apropriam dessas plataformas para disputar narrativas e fortalecer suas lutas.

### 3.2.1 Redes Sociais de Lutas Indígenas

Em 2022, durante um dos conflitos no território Vale do Javari — ocasião em que foram assassinados o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips —, JNI3 buscou informações sobre o caso e encontrou o perfil da Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) no Instagram. O próprio Povo Indígena fazia postagens diárias, relatando as ações da comunidade, o acompanhamento e o auxílio nas buscas.

Eles usarem as redes sociais para isso é um grande avanço porque eles têm voz e conseguem se comunicar. Eles passaram a usar as redes sociais para proteger o território. (JNI3, 2025)

### **Figura 12** – Postagens sobre as buscas da Univaja



Fonte: Perfil Univaja no Instagram, 2024.

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, partidários e religiosos, com sede e foro na cidade de Atalaia do Norte, no estado do Amazonas<sup>20</sup>. A fundação foi criada em 2010, mas é importante ressaltar que a atuação do movimento Indígena no Vale do Javari acontece desde os anos 1980. A Univaja tem como finalidade promover a articulação e defender os direitos dos Povos Indígenas do Vale do Javari. Desde 1980, foram alcançadas diversas conquistas importantes, dentre elas, a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari: segunda maior terra Indígena do Brasil.

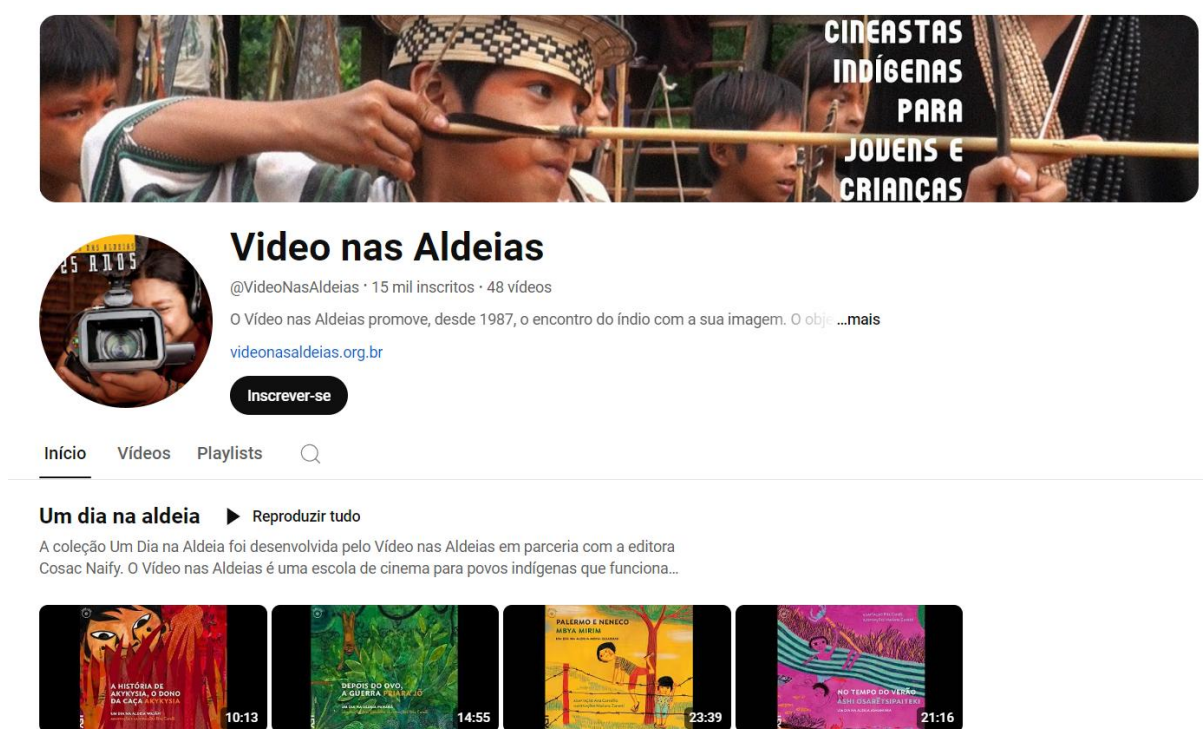
Uma iniciativa importante para a apropriação do audiovisual pelos Povos Indígenas foi o projeto Vídeo Nas Aldeias (VNA), criado em 1986 pelo indigenista Vincent Carelli, com finalidade "apoiar as lutas dos Povos Indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os Povos Indígenas com os quais o VNA trabalha"<sup>21</sup>. A partir de 2000, o projeto se constituiu como um ONG

<sup>20</sup> Disponível em <https://univaja.org/univaja/>. Acesso: 06/11/2024

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>. Acesso 05/10/2024.

independente, e, em sua trajetória, criou um acervo de imagens importante dos Povos Originários. A partir de oficinas de produção audiovisual, o VNA formou dezenas de cineastas Indígenas, para que pudessem retratar a realidade em suas comunidades. Foram produzidos mais de 70 filmes, grande parte premiados nacional e internacionalmente, sendo uma referência.

**Figura 13** – Página do “Vídeo nas Aldeias” no Youtube



Fonte: Vídeo nas Aldeias, 2024.

Outro marco importante de produção Indígena foi a criação da Rádio Yandê, a primeira web rádio Indígena que desenvolve o conceito de etnomídia. Criada há mais de 10 anos, foi idealizada por Anápuaka Muniz Tupinambá, se tornou uma referência na divulgação das culturas Indígenas. Desde 2013, a Rádio Yandê promove a interação entre as pessoas e amplificação das vozes Indígenas, sendo que a programação destaca as “conquistas, desafios e as riquezas culturais das comunidades Indígenas”<sup>22</sup>. Atualmente, a programação combina músicas, entrevistas e debates sobre direitos Indígenas, sendo fundamental na preservação da memória indígena. Em sua página na internet, há, além da rádio, um blog com notícias com os mesmos princípios. A sua página na plataforma Instagram conta com mais de 27 mil

<sup>22</sup> Disponível em <https://radioyande.com/politica-de-privacidade/>. Acesso em: 05/10/2024.

seguidores<sup>23</sup>.

Há também a Rede Wayuri, formada por Comunicadores Indígenas do Rio Negro (AM). “Wayuri quer dizer em nheengatu, uma das quatro línguas Indígenas que falamos em nossa região, trabalho coletivo ou mutirão”<sup>24</sup>. É um coletivo formado por aproximadamente 30 comunicadores das etnias Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka, Piratapuia, Tukano, Wanano, Hup’dah, Yanomami e Yeba Masã. A Rede Wayuri foi criada em 2017, e produz notícias semanais para distribuir para as 750 comunidades Indígenas do Amazonas. É falado sobre política, economia, cultura, educação, saúde, juventude, mulheres, direitos e todo tipo de pauta que faça diferença para a vida das comunidades. Além de seu próprio site, a Rede Wayuri distribui seus conteúdos no Instagram, Facebook, Youtube, Spotify e SoundCloud.

**Figura 14 – Site da “Rede Wayuri”**



Fonte: Rede Wayuri, 2024.

Na mesma linha, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) tem o propósito de fortalecer a união dos Povos Indígenas de diferentes regiões do país, unificar a luta e a pauta de reivindicações do movimento e mobilizar povos e

<sup>23</sup> Dado obtido no dia 05/10/2024.

<sup>24</sup> Disponível em <https://redewayuri.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 06/10/2024.

organizações Indígenas do país contra ameaças aos direitos desses povos. A APIB foi criada em 2005 pelo Acampamento Terra Livre (ATL), uma mobilização nacional que é realizada a partir de 2004, todo ano, para dar visibilidade a situação dos direitos Indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas e reivindicações dos Povos Indígenas<sup>25</sup>.

Assim como esses exemplos, há inúmeras outras iniciativas de comunicadores Indígenas. Atualmente, grande parte dos territórios conta com perfis ou ações comunicativas nas redes sociais, evidenciando a relevância das etnomídias tanto para as comunidades Indígenas quanto para a sociedade envolvente e para as mídias hegemônicas.

---

<sup>25</sup> Disponível em <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 06/10/2024.

#### 4 A CULTURA DO TELEJORNALISMO E AS CULTURAS INDÍGENAS

*"Índio" eu não sou.  
Sou Kambeba, sou Tembê,  
Sou Kokama, sou Sateré,  
Sou Pataxó, sou Baré,  
Sou Guarani, sou Araweté,  
Sou Tikuna, sou Suruí,  
Sou Tupinambá, sou Pataxó,  
Sou Terena, sou Tukano.  
Resisto com raça e na fé.*

**Márcia Kambeba**

A cobertura jornalística diária é guiada pelo *deadline* do jornal, ou seja, há um tempo limite para que as reportagens e as entrevistas sejam concluídas. Por outro lado, para os Indígenas, sabe-se que a cultura da concepção do tempo é outra. Além disso, no telejornalismo também há um tempo máximo 'padrão' de duração de uma reportagem, que não pode ser muito grande em busca de manter a atenção do telespectador.

É importante estudar o telejornalismo por este ocupar um lugar de destaque e ser muito utilizado por pessoas que buscam informações sobre o mundo (CORREIA; VIZEU, 2008) e, ao contrário dos primórdios da televisão, hoje o jornalismo está presente 24 horas em alguns canais. Apesar dos números diminuírem com o passar dos anos, mais de 94% dos domicílios brasileiros possuem pelo menos um aparelho de televisão, é o que apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023<sup>26</sup>. "O telejornalismo pode ser compreendido como um dispositivo muito importante para a informação, mas que não mais é somente informação, pois também atribui sentidos que vão muito além da informação" (KLEIN, 2008, p. 108) e sabe-se que ele é um grande formador de opiniões e conceitos (PORCELLO, 2006). Com isso, o jornalista pode influenciar não só sobre o que pensar, mas também como pensar (TRAQUINA, 2005, p. 203).

As notícias são acompanhadas de uma interpretação do mundo, não sendo neutras, pois "os discursos contidos nas reportagens oferecem ao leitor uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo" (RAMOS, NOVO, 2003, p.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2024-08/presenca-de-tv-diminui-e-421-dos-lares-com-televisao-tem-streaming>. Acesso: 24/02/2025.

494). O que restringe ainda mais a capacidade de telespectadores de elaborarem seus próprios significados é o fato de que os sujeitos não vivem as situações que são noticiadas:

Os indivíduos, por não terem acesso direto à situação, tendem a assumir como seu o discurso homogeneizante produzido pela TV, que lhes oferece uma representação cultural e social produzida por determinados segmentos da sociedade que dominam o cenário socioeconômico. A mídia acaba envolvida na geração e manutenção de preconceitos e estereótipos que, em geral, estigmatizam as populações mais pobres. (RAMOS, NOVO, 2003, p. 494)

Pelo jornalista ser considerado um mediador, entre os fatos e o telespectador, “ele se credencia a estar onde o público não pode estar, e por isso pode obter as informações que o público (supostamente) necessita” (MORETZSOHN, 2007, p. 146).

O problema é que, segundo Bourdieu (1997), os jornalistas usam “óculos especiais” a partir dos quais veem certas coisas e outras não, e veem de tal forma o que veem, operando com “seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Além disso, no jornalismo há uma espécie de “fechamento mental”, ou seja, os jornalistas leem muito uns aos outros, fazendo uma espécie de *clipping* dos assuntos que devem ser tratados, gerando a homogeneidade dos assuntos. Assim como Bourdieu (1997) acredita que os produtos jornalísticos são muito parecidos e que ninguém acompanha tantos jornais como os jornalistas, Traquina (2005) se apoia em vários autores para afirmar que os jornalistas partilham de um “pensamento em grupo”. “Uma das consequências de um ‘pensamento de grupo’ comum é aquilo a que se chama ‘jornalismo em pacote’, isto é, os fenômenos frequentemente observados de uma legião de jornalistas cobrindo a mesma história da mesma maneira” (TRAQUINA, 2005, p. 26). Com isso, os profissionais monitoram uns aos outros, formando uma “forma de ver” em comum e que, mesmo em países diferentes, é possível perceber semelhanças significativas em notícias (TRAQUINA, 2005).

Algumas regras buscam dar conta de exigências como o tempo máximo da duração de uma matéria (EMERIM, 2010), e há a intenção por parte dos mesmos de reter a atenção do público, evitando que ele mude de canal pela falta de interesse (PORCELLO, 2006). Isso porque cada vez mais a televisão está submetida à lógica comercial, em uma ditadura de audiência, sendo que a pressão econômica é

exercida sobre a empresa e sobre o jornalista (BOURDIEU, 1997).

Portanto, algumas forças principais ajudam a construir o produto jornalístico, como o condicionamento aos constrangimentos organizacionais, o crescente peso do fator econômico, bem como as práticas e rotinas que as empresas jornalísticas e os jornalistas necessitam criar para dar conta do recado, ou seja, produzir as notícias em tempo útil (TRAQUINA, 2005).

Os jornalistas e as empresas de comunicação têm o desafio diário de ter de apresentar um produto finalizado, uma prática orientada pelo momento do fechamento, o *deadline* (VIZEU, 2010). Logo, o fator 'tempo' define e condiciona o jornalismo e o processo de produção das notícias (TRAQUINA, 2005).

O telejornalismo diário funciona dentro de um 'ciclo temporal' que coloca limites nas notícias, pois é preciso "organizar a aparente instabilidade dentro de um ciclo diário no qual cabem esses produtos. A urgência é um valor dominante. O planejamento é importante" (TRAQUINA, 2005, p. 39).

Seria enganoso pensar que esta "corrida" contra as "horas de fechamento" está unicamente restrita ao ciclo do "dia noticioso". Uma parte da atividade jornalística é planejada antes do dia em que os acontecimentos cobertos têm lugar. Um tal planejamento identifica os "acontecimentos futuros" numa tentativa de impor ordem ao (possível) caos provocado pela imprevisibilidade de (alguns) acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p. 39)

Interessante nesta pesquisa considerar a visão de Bourdieu sobre a posição dos profissionais no campo jornalístico. Assim como os jornalistas são manipulados pela instituição e pelas estruturas de poder, também são manipuladores, e quanto mais manipulados, mais inconscientes são de serem manipuladores. A televisão exerce uma violência simbólica, que "ocorre com uma cumplicidade tácita dos que sofrem e dos que exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la" (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Em matérias "factuais", por exemplo, há a necessidade de obter a informação, nas entrevistas, no menor tempo possível e a submissão às rotinas leva ao que muitos jornalistas dizem algumas vezes, "matéria boa é matéria no ar", portando são simplificadas questões, às vezes, complexas, reproduzindo estereótipos e fazendo perguntas apenas para garantir manchetes (MORETZSOHN, 2007).

Na profissão, há também o imediatismo, ou seja, o espaço de tempo

entre o acontecimento e o momento em que é dada a notícia, também deve ser analisado:

As notícias são vistas como um "bem altamente perecível", valorizando assim a velocidade. O imediatismo age como medida de combate à deterioração do valor da informação. Os membros da comunidade jornalística querem as notícias tão "quentes" quanto possível, de preferência "em primeira mão". Notícias "frias" são notícias "velhas", que deixaram de ser notícia. (TRAQUINA, 2005, p. 37)

As matérias "ao vivo", as entradas que os repórteres fazem do local em que a notícia está acontecendo, são muito valorizadas no telejornalismo. Em um ambiente marcado pela concorrência entre jornalistas e veículos de comunicação, em uma cobertura, ganha quem está falando 'direto' e no momento da notícia (TRAQUINA, 2005). Essa comunicação instantânea está sendo viabilizada por causa do desenvolvimento tecnológico e foi transformada em um "fetiche do mundo contemporâneo", pois a mídia parece falar direto com o público representando o fato (MORETZSOHN, 2007).

A importância do imediatismo está em "quem ganha é quem primeiro dá a notícia" (TRAQUINA, 2005, p. 38). A concorrência leva a busca pelos "furos" de reportagem e da "grande estória", em que os jornalistas têm o prazer de conquistar (TRAQUINA, 2005). "Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se retraduzem por escolhas, por presença e por ausência" (BOURDIEU, 1997, p. 39).

A organização narrativa do jornalismo, que podemos estreitar para o telejornalismo, tem como um dos pilares a criação do efeito de realidade e verdade ao mostrar saber do que fala, portanto, a mídia constrói o real e com cada veículo apresentando as suas reportagens como se fossem a única e melhor forma de fazer, a que mais se aproxima da facticidade (PRADO, BAIRON, 2010).

As teorias construcionistas do jornalismo defendem que as notícias ajudam a construir a própria realidade, não são apenas um espelho dela, e a linguagem neutra é impossível. "Os jornalistas não são simples observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social" (TRAQUINA, 2005, p. 204).

As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) a "realidade", os aspectos manifestos do acontecimento; 2) os constrangimentos organizacionais, que poderão incluir a intervenção direta do(s) proprietário(s), e os imperativos econômicos; 3) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 4) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; 5) os valores-notícias dos jornalistas; e 6) as identidades das fontes de informação com quem falam. (TRAQUINA, 2005, p. 204)

O jornalista é um participante ativo na construção da realidade, mas “não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo. As normas ocupacionais teriam maior importância do que as preferências pessoais na seleção das notícias” (PENA, 2005, p. 128).

É preciso entender e repensar também que teoria *newsmaking*, que pressupõe que as notícias cumprem uma rotina industrial determinada pelos veículos de comunicação por causa da quantidade excessiva de fatos presentes no cotidiano e manter essa organização do trabalho jornalístico acelera a produção das notícias. “A abordagem do *newsmaking* articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos” (WOLF, 2002, p. 188).

Vários autores são consultados por Wolf (2002) em seus estudos e ele destaca o conceito *newsperspective*, da perspectiva da notícia, desenvolvido por David Altheide. O autor afirma que a criação da notícia está relacionada ao nível de integração com a rotina. Isso significa que, apesar de passar pela cultura profissional dos jornalistas, a notícia deve, em primeiro lugar, atender aos critérios de relevância dos meios de comunicação, que decidem o que é digno de ser noticiado, sem interferir no ciclo produtivo e nas etapas habituais da produção.

Isso nos leva a entender os critérios de noticiabilidade, descritos por autores como Gans e Traquina, definidos como a seleção do que se torna notícia, surgindo os valores notícias como componentes de noticiabilidade.

A seleção das notícias é um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente. Os critérios devem ser fácil e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão. Para além disso, a simplicidade do raciocínio

ajuda os jornalistas a evitarem incertezas excessivas quanto ao fato de terem ou não efetuado a escolha apropriada. Por outro lado, os critérios devem ser flexíveis para poderem adaptar-se à infinita variedade de acontecimentos disponíveis; além disso, devem ser relacionáveis e comparáveis, dado que a oportunidade de uma notícia depende sempre das outras notícias igualmente disponíveis (GANS, 1979, p. 82 apud WOLF, 2002, p. 197).

Portanto, a escolha do que se torna notícia passa pelos critérios de noticiabilidade, um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir um valor como notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

São vários ‘valores-notícia’ que nos ajudam a entender porque certo assunto se torna notícia: morte, notoriedade, proximidade (geográfica e cultural), relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência, dia noticioso, simplificação, amplificação, personalização, dramatização e consonância (TRAQUINA, 2005).

Porém, nem todos os estes valores são importantes de igual modo para cada notícia, pois nenhum jornalista daria conta de exercer o seu trabalho, ou seja, os critérios relevantes são variáveis, embora condicionados a determinados fatores e, por isso, a falta de tempo dos jornalistas acentua a importância de existirem os ‘valores-notícias’ no telejornalismo (VIZEU, 2010).

A transformação de um fato em notícia é o resultado de uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos. No processo de produção da notícia, os valores-notícia operam no sentido de possibilitar uma certa organização no caos circundante, tornando, assim, possível a rotinização do trabalho. (VIZEU, 2010, p. 231)

Por causa da identificação com o sentido popular, os jornalistas se esforçam para identificar temas e interesses que são mais apelativos para as pessoas que consomem a informação (CORREIA, 2004). A partir disso, já é possível entender porque os Povos Originários aparecerem com baixa frequência em reportagens: pela falta de notoriedade, notabilidade, pela distância cultural. Por outro lado, os Indígenas aparecem com mais frequência em momentos de conflitos e com histórias construídas dramaticamente, como veremos mais à frente.

Em contraponto a Traquina (2005), que explica que os valores-notícia

são critérios objetivos e operacionais que ajudam os jornalistas a decidir o que é notícia, Fabiana Moraes (2022) propõe uma crítica decolonial aos valores-notícias e ao jornalismo tradicional, com foco nas ausências, apagamentos e nos marcos de visibilidade usados pelas redações. Ela defende que as valores-notícias são marcados por classe, raça e gênero, questionando a neutralidade e os critérios “objetivos”. Moraes (2022) acredita que o jornalismo pode ser subjetivo, como veremos mais a frente, situado e engajado, com abertura para outras epistemologias - como as indígenas e negras-, questionando e refletindo sobre quem é visível e quem não é, e por quê, pois a visibilidade no jornalismo é concedida.

[...] todos esses critérios vão ser mais ou menos destacados a partir de valores sociais – e o racismo e o classismo, para citar alguns, operam fortemente aí. Significa dizer que esses critérios são mais valiosos para uns do que para outros, ou seja: os valores-notícias funcionam com pesos bastante diferentes a depender de grupos, nações e populações. Me parece que falta sublinhar mais, no jornalismo, essas diferenças a partir do campo teórico e epistemológico, realizando uma crítica que se dê para além do âmbito das representações. (MORAES, 2022, p. 152).

Segundo a autora, a construção da notícia é atravessada por relações de poder, e os critérios de noticiabilidade invisibilizam corpos e experiências subalternizadas, pois “os mesmos critérios que tornam alguém mais positivamente visível são comuns às chamadas “nações de elite”, com pele branca e tendo grande peso do poder econômico” (MORAES, 2022, p. 148).

Os valores-notícias, da forma com que são ensinados e usados na prática, se esbarram e se contradizem. Um fato inédito e uma tragédia que atinge milhares de pessoas (ou seja, o ineditismo e grande número de envolvidos) podem ser invisíveis ou circularem muito menos quando seus atores não são “proeminentes”. Esta é, repito, uma obviedade que está dada: uma breve mirada no noticiário da conta disso. Mas é preciso investigar e nomear as coisas pelo que elas são para pensar nessas formas de ver, ensinar e fazer, as formas pelas quais entendemos a importância do jornalismo. (MORAES, 2022, p. 153)

Na mesma linha, Carla Guedes (2024) concluiu em sua pesquisa que muitos dos valores-notícias vão contra aos aspectos da Competência Cultural. O que é esperado dos jornalistas é que eles cubram “histórias de Povos Indígenas e assuntos que atraem a base de mercado da organização de notícias, além de garantir

que jornalistas não Indígenas cumpram prazos e demonstrem expertise relativamente rápido, mesmo em tópicos altamente complexos” (GUEDES, 2024, p. 269, tradução nossa<sup>27</sup>). Portanto, a autora pontua que os valores de notícias devem ser reavaliados ao aceitar e implementar uma abordagem culturalmente competente ao jornalismo. Além disso, que o jornalismo “precisa incluir a capacidade de negociar a cultura da própria instituição de notícias, incluindo o possível desafio de suas expectativas, regras, gestão do tempo, equidade e diversidade no emprego, e demandas do mercado” (GUEDES, 2024, p. 270, tradução nossa<sup>28</sup>). Portanto, Guedes sugere algumas mudanças ao cobrir a temática Indígena.

Algumas normas tradicionais do jornalismo não Indígena devem ser repensadas ao relatar sobre os Povos Indígenas, como compartilhar o material com as fontes indígenas para aprovação antes da publicação, garantir que haja uma devolutiva à comunidade, mergulhar na cultura indígena o máximo possível enquanto cobre a história, e assim por diante – todas estratégias e práticas que vão contra as noções tradicionais de ‘neutralidade’ e ‘distância’ que se espera que o jornalista siga. (GUEDES, 2024, p. 270, tradução nossa<sup>29</sup>)

Mais à frente também veremos falas dos entrevistados sobre a participação ativa dos Indígenas em sugerirem pautas e enviarem vídeos para televisão - mostrando alguma situação de momento-, e isso reforça a importância de compreendermos o conceito de *agenda-setting*, como explica Luiz Martins da Silva (2010), sendo que é possível que o agendamento possa ser feito a partir da sociedade para a mídia, podendo, o público, ter a capacidade e a possibilidade de ocupar seus lugares de fala, como ocorreu com as cobranças por mais espaços dos Povos Indígenas a partir das etnomídias. “A Sociedade Civil encaminha seus temas para uma agenda plural, difusa e de maneira a obter gratuitamente a inclusão de suas ‘sugestões’” (SILVA, 2010, p. 97). Portanto, por meio de organizações e movimentos e suas sugestões, há a composição de uma *agenda social*, ou, *contra-agendamento*

---

<sup>27</sup> These expectations include covering Indigenous Peoples' stories and matters that appeal to the news organisation's market base and ensuring non-Indigenous journalists comply with deadlines and display expertise relatively quickly, even on highly complex topics.

<sup>28</sup> Another implication I argue in this study is that more culturally competent journalism needs to include an ability to negotiate the culture of one's news institution, including the possible challenge of its expectations, rules, time management, equity and diversity in employment, and market demands.

<sup>29</sup> Some traditional norms of non-Indigenous journalism must be re-think when reporting on Indigenous Peoples, such as sharing the material with the Indigenous sources for approval before publishing, ensuring a giving back to the community is done given, getting immersed in the Indigenous culture as much as possible while covering the story, and so on – all strategies and practices that go against the traditional notions of ‘neutrality’ and ‘distance’ that the journalist is expected to follow.

– da sociedade para a mídia (SILVA, 2010).

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que, por trás de cada notícia, existe o olhar do repórter, o enquadramento do cinegrafista e o recorte da edição, portanto, cabe aos profissionais “escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade” (PORCELLO, 2006, p. 82). Porém, a rotina do jornalista televisivo com noticiário diário, as pressões e a precarização do trabalho fazem com que, muitas vezes, os profissionais da comunicação deixem de lado reflexões importantes e sigam o objetivismo impregnado no fazer jornalístico, e isso acaba se tornando um problema para que eles trabalhem com questões interculturais. Todo esse processo focado na agilidade e rapidez torna-se incompatível com a concepção do tempo para os Povos Originários. Surge uma grande dificuldade.

#### 4.1 O TEMPO E A FALA INDÍGENA

Após discutir a perspectiva do não Indígena em relação ao tempo, é necessário ampliar o olhar para incluir a visão dos próprios Povos Indígenas. Para isso, recorreremos a autores e lideranças Indígenas que abordam o tema, além de trazer as percepções dos repórteres entrevistados sobre como esses fatores influenciam o diálogo e a construção das narrativas jornalísticas.

Professores Indígenas de Pernambuco reuniram no livro ‘Caderno do Tempo’ as concepções de tempo para diversas etnias que vivem no estado. Para o povo Pankararu, o tempo e a natureza estão tão ligados quanto os Indígenas e a terra.

Tempo é o espaço onde acontece a história de vida de um povo, relacionando seu cotidiano com a terra, a natureza, a tradição cultural e religiosa própria. É a orientação no sentido de registrar os fatos existentes entre o passado e o presente, servindo de base na construção dos determinantes para o futuro. (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2006, p.9)

Para o povo Pipipã, o tempo representa tudo o que está a volta, pois é através do tempo que são planejadas as tarefas do dia-a-dia, como organizar as plantações e caçar. Os Atikum reforçam a importância do tempo que é utilizado de acordo com as suas necessidades, para organizarem cada ação a ser realizada, “pois não se pode fazer tudo ao mesmo tempo” (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2006, p. 25).

O povo Truká se espelha através do tempo, pois considera que os antepassados deixaram ensinamentos que fortalecem as lutas e a identidade étnica e cultural.

[...] ele [tempo] deixa traços fortes nas faces dos *índios*, traços que, com o passar do tempo não são apagados e levam ensinamentos de geração a geração, pois os filhos conseguem enxergar que seus avós e seus pais carregam no corpo e na mente as marcas das lembranças vivas das lutas desenfreadas e constantes. (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2006, p.37)

De forma semelhante, os Kambiwá percebem o tempo como uma sabedoria de vida. Outras etnias também relatam, no mesmo livro, como o tempo é valorizado: seja para honrar o passado, realizar rituais ou planejar práticas agrícolas. O tempo é parte da cosmovisão que une espiritualidade, território e cultura.

A socióloga Aimará Silvia Rivera Cusicanqui contribui com esta reflexão sobre a concepção a partir da perspectiva das culturas andinas, em especial do Povo Aimará. Ela propõe uma concepção do tempo que rompe com a lógica linear e ocidental dominante. Para os Povos Indígenas, como os Aimarás, o tempo é visto como um círculo. Dessa forma, o passado, o presente e o futuro estão entrelaçados, e há uma continuidade entre esses tempos.

Não há "pós" ou "pré" em uma visão da história que não é linear nem teleológico, que se move em ciclos e espirais, que traça um curso sem deixar de retornar ao mesmo ponto. O mundo Indígena não concebe a história linearmente, e o passado-futuro está contido no presente: regressão ou progressão, repetição ou superação do passado estão em jogo em cada conjuntura e dependem de nossas ações e não de nossas palavras. O projeto de modernidade Indígena poderá emergir do presente, em uma espiral cujo movimento é constante alimentado pelo passado sobre o futuro, um "princípio de esperança" ou "consciência antecipatória" (Bloch) que vislumbra a descolonização e a realiza ao mesmo tempo. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 54 e 55, tradução da autora<sup>30</sup>)

Além disso, segundo Cusicanqui (2010), a experiência da

---

<sup>30</sup> No hay "post" ni "pre" en una visión de la historia que no es lineal ni teleológica, que se mueve en ciclos y espirales, que marca un rumbo sin dejar de retornar al mismo punto. El mundo indígena no concibe a la historia linealmente, y el pasado-futuro están contenidos en el presente: la regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura y dependen de nuestros actos más que de nuestras palabras. El proyecto de modernidad indígena podrá aflorar desde el presente, en una espiral cuyo movimiento es un continuo retroalimentarse del pasado sobre el futuro, un "principio esperanza" o "conciencia anticipante" (Bloch) que vislumbra la descolonización y la realiza al mismo tiempo.

contemporaneidade nos situa no presente que, por sua vez, guarda em seu interior sementes do futuro, que surgem das profundezas do passado.

O presente é palco de impulsos modernizadores e ao mesmo tempo arcaicos, de estratégias que preservam o status quo e de outras que significam a revolta e a renovação do mundo: o pachakuti. O mundo invertido do colonialismo só voltará a ficar de pé e se tornará história se puder derrotar aqueles que insistem em preservar o passado, com todo o seu lastro de privilégios ilícitos. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 55, tradução da autora<sup>31</sup>)

Quem também concorda com isso é Daniel Munduruku. Em entrevista ao programa “Arena dos Saberes”, da TV Cultura, o escritor falou sobre a relação do tempo com a valorização dos avós:

Uma das coisas que as pessoas precisam entender é que o valor que a gente dá para o avô tem muito a ver com a nossa compreensão de tempo. O tempo ocidental é um tempo linear, né? É um tempo que corre para frente, assim, de uma forma muito linear. E, por conta disso, as pessoas dão pouco valor aos velhos no ocidente. Nas culturas ancestrais se dá mais valor aos velhos porque o tempo do indígena é um tempo circular. Então, os avós fazem o caminho ao contrário. Eles contam as histórias para nos jogar no passado e esse passado ser atualizado no presente. Então os avós, eles acabam sendo um ponto de ligação. Costumo dizer sempre que aos pais cabe educar o nosso corpo, mas os avós que cumprem a tarefa de educar a nossa alma, educar o nosso espírito, e eles fazem isso contando as histórias. (MUNDURUKU, 2023)

Além da relação com o tempo, a forma de falar ou de se colocar em uma entrevista também revela aspectos próprios da cultura Indígena. Tuhiwai Smith (2018) discorre sobre isso em entrevistas realizadas no campo de pesquisas acadêmicas, mas podemos encontrar certa similaridade. Há o enfrentamento relacionado as questões identitárias e a confiança entre as partes, o que pode se tornar um possível entrave.

Pedir consentimento para uma entrevista diretamente pode também ser interpretado como um comportamento bastante rude em algumas culturas. O consentimento não é dado tanto ao projeto ou a um conjunto específico de perguntas, mas a uma pessoa, por sua

---

<sup>31</sup> El presente es escenario de pulsiones modernizadoras y a la vez arcaizantes, de estrategias preservadores del status quo y de otras que significan la revuelta y renovación del mundo: el pachakuti. El mundo al revés del colonialismo, volverá sobre sus pies realizándose como historia sólo si se puede derrotar a aquellos que se empeñan en conservar el pasado, con todo su lastre de privilegios mal habidos.

credibilidade. (SMITH, 2018, p. 159)

Além disso, há casos em que há uma certa dificuldade para que os Povos Originários consigam falar com tranquilidade diante das câmeras. O pesquisador e Indígena Bruno Ferreira discorreu sobre o quão ele tem facilidade em conversar e contar histórias às pessoas que ele já conhece e aos seus alunos, mas explicou que, quando é algo gravado, ele sente dificuldades.

Para aqueles com quem eu convivo, meus alunos, conto muitas histórias, então, já sabem. E quando alguém vinha gravar um documentário comigo eu não conseguia falar para ele. Tudo que eu falava para os meus alunos não conseguia falar para gravar, tive muitas dificuldades. Isso pode acontecer com nossas entrevistas. A ideia de que eu preciso contar para alguém, cria um bloqueio, o contar é uma atitude voluntária e não obrigação, portanto, o contar voluntário e a escuta do outro são práticas próprias dos Indígenas, quem sabe uma metodologia de construção de conhecimentos importante e coletiva. (FERREIRA, 2024, p. 849)

J11 observa que, atualmente, muitas comunidades estão se preparando melhor para lidar com a mídia, treinando jovens líderes para falar em público:

Eles têm treinado líderes que sabem lidar com a mídia. Então, quando eu vou gravar na aldeia, eu sei o líder que eu vou chamar para falar, porque eu sei aquele que fala bem com a câmera e aquele que por mais que articule, não gosta de câmera. Então ele já vai mandar o jovem, geralmente o jovem, que eles estão treinando, né? (J11, 2025)

Além dessa possível dificuldade ao falar em frente às câmeras por parte de alguns, por exemplo, Ferreira (2024) explica a importância de respeitar e compreender o ambiente e a prática Indígena ao realizar uma pesquisa ou uma entrevista, pois muitas vezes a prática de perguntas e respostas não funciona. Principalmente os Indígenas mais velhos, segundo Ferreira (2024), vão estranhar o fato de chegar com um caderninho ou um gravador no momento de uma conversa, pois a prática deles conversar e escutar, portanto, se você escuta não precisa de um caderno para anotar, ou mesmo um gravador. Além disso, ele ressalta que gravar pode ser um método invasivo e ressalta que uma boa alternativa é a Roda de Conversa, que é uma construção coletiva e de escuta.

Assim como as vozes Indígenas evidenciam que a fala e o tempo seguem outras lógicas, também os jornalistas não Indígenas que se aproximam

dessas realidades percebem que é preciso romper com rotinas apressadas e procedimentos rígidos. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, repórteres revelam como a construção de confiança e o respeito ao tempo próprio de cada comunidade são determinantes para que uma cobertura jornalística não reproduza a lógica da superficialidade que historicamente marcou a relação entre a imprensa e os Povos Originários.

#### 4.1.1 Atenção ao Tempo

A dimensão do tempo emerge como um dos pontos mais sensíveis e complexos no encontro entre a cultura jornalística e as culturas Indígenas. A urgência do *deadline*, que rege a produção da notícia, confronta-se diretamente com uma concepção de mundo pautada por outros ritos, ciclos e processos de comunicação. Como um repórter não Indígena, JN14 entende que em entrevistas com Indígenas, principalmente dentro de aldeias, é preciso ter consciência de que o tempo deles não é o mesmo e é preciso respeitar isso.

É muito, você tem que ter um feeling e um tato e uma... você tem que ir no tempo deles, o tempo deles é diferente do nosso. [...] É você chegar e você ir no tempo deles. (JN14, 2025)

Durante a entrevista, JN14 conta que esta questão do tempo não é percebida por todos dentro da redação e está é a maior dificuldade que ele sente, em relação a isso, quando precisa ir para aldeias.

Você sabe que tem jornalista de redação, né? Você sabe que tem editor que nunca botou pé na rua e que não sabe qual é a realidade. [...] A gente bate cabeça, a gente tem que falar: "perai, calma, vamos com calma". Eu, toda vez que vou para a aldeia, tenho esse tipo de problema. E, assim, começa com coisas básicas. "Ah, eu estou mandando mensagem para você, não sei que lá." "Querida, eu estou dentro de uma aldeia, não funciona, não tem internet." Entende? É, "eu vou estar esperando você para entrar ao vivo". "Querida, eu não consigo subir sinal porque não tem internet. Eu não consigo mandar." Então tem, tem muitas dificuldades, tem muita bateção de cabeça, porque eu falo, é só quem põe o pé na aldeia que sabe de todas as dificuldades, né? É, inclusive, eu tive um problema é na última cobertura porque eu fui para \*\*\*\*<sup>32</sup>, saí daqui de madrugada, fica mais ou menos meia hora, para fazer a entrada ao vivo no jornal e depois tinha que ir para a aldeia para fazer uma série de entrevistas porque

<sup>32</sup> JN14 fala o nome da região em que fica a aldeia. Para que ele não seja identificado, optamos por ocultar o nome.

eles iam sair para um congresso. Eu tive que deixar o meu último link, tive que ir embora. Nossa, deu um fuá. Falei: "Gente, se eu ficasse mais um pouco para fazer link no jornal, eu não ia conseguir fechar o VT da semana". Né? Então as pessoas não têm muita essa noção, sabe? Você tem que desenhar às vezes e como eu já tô aqui há 11 anos, às vezes eu nem respondo, sabe? Eu falo: "Vai cagar". Né? Mas a empresa tem muito respeito, assim, eu não vou não posso reclamar. Eles confiam muito no trabalho. É, tem muita confiança assim em mim. (JNI4, 2025)

JNI1 também ressalta a questão do tempo dedicado a uma reportagem.

E você sabe que tem um aspecto quando a gente vai gravar com o Indígena que, eu gosto muito disso, cara, eu fico fascinado. É, e algumas vezes isso aconteceu. É respeitar o tempo deles, não é chegar, eu vou gravar, é o tempo deles, eu vou gravar a hora que eles quiserem. [...] A equipe vai gravar, vai com tempo, pelo amor de Deus. "Ela tem que fazer um link depois", não existe isso. Não existe. Você está dedicado àquele grupo. Tem o tempo deles. (JNI1, 2025)

Mesmo jornalistas Indígenas enfatizam que a questão do tempo é um desafio. JI2 destaca uma reportagem em que teve pouco tempo para produzir na aldeia e reconhece que o tempo de conquista da confiança existe, ainda mais para quem não pertence àquele grupo.

Imagina eu tendo tudo isso [ter que fazer entrevistas e a passagem]. Aí eu errava essa parte aí, né, da passagem em 1h30 e 2 horas. [...] Mas já foi interessante para questão do tempo. Se fosse um jornalista não Indígena fazer essa matéria, eu não te falo que seja melhor ou pior, mas ele teria mais dificuldades de 1h30 conseguir o que eu consegui. E também nas outras reportagens que a gente vai nas aldeias, né. Porque o tempo... é uma conversa anterior. E assim, eu sinto, inclusive, que eu já fiz outras pautas, né, aqui com os Indígenas urbanos da cidade, fiz matérias sobre documentação, [...] sobre identidade, né? Sobre o pertencimento Indígena. E é mais difícil da gente tirar realmente. Às vezes é meio monossilábico, né? A gente às vezes faz uma pergunta que talvez não entenda, tem que saber conversar ali. Para o tempo também agir, né? E aí tem a equipe, né? Porque eu estou com meu cinegrafista que tem que estar no meu tempo. E às vezes eles já têm o tempo, como eu vou esporadicamente, eles já têm o tempo do jornalismo diário, né? Que é, ó, pauleira. "Por que que você tá fazendo tanta pergunta, JI2?" Porque é uma pessoa Indígena. Eu preciso fazer mais perguntas para essa pessoa Indígena para a gente tentar conseguir uma resposta diferenciada. É, ou a assim, ou ele se abrir para resposta que eu consigo perceber que é importante que ele dê. Então, é assim, é pauleira. (JI2, 2025)

J11 também reflete sobre esta questão do tempo. Ela conta que avisa os seus superiores que não dá para fazer uma matéria na terra Indígena para o mesmo dia, que é preciso de tempo.

O que eu mais ressalto é que o Indígena tem um tempo diferente do nosso. A gente não vai fazer como se fosse um factual. Você não vai chegar lá, botar o microfone e falar: "Fala". Ele não vai falar. Às vezes eu chego na aldeia, aí eu encontro o Cacique, aí ele vai levantar, ele vai fumar o cachimbo, ele vai fazer a reza dele, aí ele vai se preparar espiritualmente para depois da entrevista. Para ele é importante isso. E tem um momento certo para isso. Então tem que respeitar. Né? E até um aprendizado para a gente também, que a gente vire nessa loucura do dia de: "Meu Deus, grava rápido, fala rápido, vamos mandar, não sei o que, então". Nossa, tem a hora que a gente tem que parar. Então eu sempre falo: "Gente, evita de fazer do dia para o dia". Na aldeia não pega sinal, não vai dar para gerar o material. Então, assim. É, conversa com calma. Na hora que ele quiser, ele vai levantar para conversar. Se você tiver querendo adiantar, adianta com outra pessoa, mas pergunta para ele: "Posso gravar com ele enquanto isso e tal, né? Posso". (J11, 2025)

Os depoimentos convergem na preocupação da imposição do ritmo acelerado do telejornalismo sobre as realidades Indígenas, o que não apenas geram conflitos práticos, como a dificuldade de comunicação com a redação, mas também pode comprometer a essência da apuração. Fica evidente, portanto, que a negociação do tempo é o primeiro passo para o estabelecimento de um vínculo: a confiança.

#### 4.1.2 A Construção da Confiança

Se o tempo é a primeira barreira a ser transposta na relação entre jornalistas e Povos Indígenas, a confiança é o alicerce sobre o qual o diálogo é construído. Superar a desconfiança, historicamente justificada pela exploração e representação equivocada por parte da mídia, torna-se uma tarefa desafiadora e, ao mesmo tempo, mais recompensadora para o repórter. São complexas as dinâmicas para se estabelecer esse vínculo. Para JN11, a maior dificuldade está em conquistar essa confiança, mas, uma vez conquistada, torna-se também a maior facilidade para que o trabalho seja realizado.

Acho que a facilidade... A facilidade foi simplesmente a abertura que a gente ganhou e a confiança que eles depositaram na gente. Mas porque a dificuldade foi conquistar isso. Mas aí é do trabalho jornalístico. Se você chegar lá e eu quero gravar e eu vou chegar com uma câmera, você realmente, é, tá ignorando aquela tradição. (JN11,

2025)

Portanto, percebemos a importância de fazer uma preparação antes destas reportagens e entender, realmente, a cultura dos Povos Indígenas.

E aí o que me mais o que mais me fascina é que quando você conquista essa confiança, e já aconteceu em outras comunidades indígenas, em outras aldeias, é eles chamarem para a casa de reza para fazer aquela prece, para fazer aquela pajelança. Então eu nem gravo. A equipe guarda tudo no carro, eles chamam: "Vamos?". "Vamos." Por quê? Porque eles vão lá, tocar o violão, vão fazer a prece, vai fumar o charuto. E você vai só respeitar. Entendeu? Eu volto muito enriquecido quando eu conquisto isso. Eu acho que para mim é uma conquista. Quando eu consigo chegar num lugar, a gente se aproxima da daquele grupo e eles te devolvem com uma oração, poxa vida, não tem nada melhor, né? (JN11, 2025)

J12 destaca que, por ser uma jornalista Indígena, sente mais facilidade em construir pontes de confiança:

Eu tenho um jeitinho com as pessoas, né, com os meus entrevistados, é claro, todos nós vamos desenvolver a nossa técnica para conversar com os Indígenas ou não Indígenas, mas eu ser uma jornalista Indígena, me dá um um *card*, digamos assim, de confiança. [...] Para eles, pros Patrícios, digamos assim, às vezes tem um certo receio, né, dependendo da etnia, muita timidez, também muita bravura, em alguns temas quando acham que pode ser distorcido, né, podem ser chamados só quando não... assim, antigamente, né? Para te falar a verdade, eu nunca vi isso acontecer dentro desses quatro anos que eu estou de não chamarem os Indígenas para falar sobre determinadas pautas relacionadas a eles, né? Mas existe um certo receio de algumas comunidades em falar, né? Agora eles têm a própria voz, eles têm as suas próprias redes sociais, eles falam muito em relação a isso. Então assim, uma certa mediação que eu possa fazer e eles terem mais confiança. "Ah, J12 é parente. Com a J12 eu posso falar que ela não vai distorcer porque ela faz parte da gente, né?". Então, assim, tem essa mediação. (J12, 2025)

J11 relembra que, em suas primeiras pautas, antes de reconhecer sua ancestralidade, enfrentou barreiras de confiança:

A primeira vez que eu cheguei, no primeiro dia, eu não esqueço isso, eu estava gravando na aldeia e tal e eu fui perguntando para um dos líderes lá: "ah, que que é isso? Que é essa marca? Que que é esse grafismo?". E aí ele falou assim: "Ah, isso aqui você não entende porque você é branca". Aí eu olhei assustada assim, tipo, eu branca? Eu? Ainda olhei assim, tipo, eu branca? Ele: "é, você é branca, você é da cidade". Para os Bororo, todo aquele que não é da aldeia, é branco.

Eu falei: "Ah, entendi". [...] Mas aí, aos poucos, com a vivência, eu fui contando a minha história também, né? Conversei com a minha mãe, resgatei mais essa história Puri, né? E eles deixaram de me chamar de branca. Então eu passei essa chamada de parente. Eu cheguei ali e acabei ganhando um puga e uma muga, que é um pai e uma mãe da aldeia, né? Comecei a visitar e entender um pouco mais a realidade desse povo. O Indígena ele é muito desconfiado assim, né? Muito fechado. Mas quando ele se abre, quando ele confia em você, ele te abraça, né? Então, ele te acolhe mesmo como um irmão, como um parente. Então quando eu visitava na aldeia, eles falaram: "Não, a JI1 é parente, ela pode entrar". [...] E eu acho que hoje eu consigo lidar melhor assim, ter esse acesso, assim, com eles. E eles também me chamam de parente, enfim. Onde eu chego é parente, então eu fico muito feliz com isso. (JI1, 2025)

Dentro da temática de criar conexão com os Povos Originários, JN13 diz que, em qualquer entrevista, sempre busca conquistar o entrevistado, e não é diferente com os Indígenas. Além disso, pode ser importante buscar auxílio de pessoas ligadas aos Povos Indígenas para que esta relação seja intermediada.

Uso da habilidade de se conectar com o entrevistado, ouvir o drama, o que está acontecendo e busco estabelecer uma confiança. Dentro do jornalismo é muito importante, o repórter que tem que saber conversar e trocar ideias com as pessoas. É necessário se ter alguma informação sobre como abordar os nossos irmãos, mas também com o tempo se desenvolve um jeito de conversa, uma prosa. Os *índios*, eles precisam confiar realmente no jornalista porque eles têm sido vítimas ao longo dos anos de aproveitadores. Então sempre é bom buscar o apoio de algum indigenista, algum servidor da FNAC que atue na linha de frente para que abra caminho e o repórter consiga conquistar a atenção. Geralmente, quando é um repórter que tem mais contato ao longo da carreira com os *índios*, esse tratamento essa conversa ela acontece de forma mais tranquila. (JN13, 2025)

Preocupado em melhorar esta relação de confiança com os Indígenas da região, JN14 buscou aprender a falar algumas palavras em Guarani.

A primeira coisa é estabelecer uma confiança, porque eles não confiam nos brancos. Isso é algo, assim, que é difícil você mudar. Eles não confiam, eles sempre vão ter o pé atrás contigo. Por mais que você tenha um acesso legal a eles, eles vão ter sempre um... vão ter sempre um pezinho atrás. Então, o que que eu comecei a fazer? Primeira coisa, aprender falar Guarani. É, eu não falo Guarani. Eu sei formular algumas frases, eu consigo entrar, me comunicar, falar oi, tchau, falar uma coisinha ali. Mas isso por quê? Porque o Guarani também é língua oficial no Paraguai. Então, para mim é muito fácil, porque eu tenho muito acesso ao Guarani falado nas ruas no Paraguai, né, da população em geral. O Guarani branco que é falado nas aldeias brasileiras é o mesmo Guarani. Ele tem uma diferencinha

só de sotaque, mas eles nos entendem perfeitamente. Então, chegar na aldeia, fazer um cumprimento em Guarani, falar um tchau em Guarani, né, fazer uma um comentário aqui, um comentário ali, algumas palavras. Isso é algo que eu já vi Indígena, assim, parar e olhar para mim ficar olhando meio atordoado.

O motivo para que os Povos Indígenas, muitas vezes, desconfiem da mídia — e façam repórteres passarem por esse processo de conquista de confiança — está relacionado, como lembra McCue (2022), ao modo como jornalistas historicamente abordam comunidades em situações de dor ou conflito, pois, quando acontece alguma tragédia, os repórteres, com frequência, chegam de paraquedas, colocam câmeras e microfones nos membros das comunidades, perguntam, guardam os equipamentos e nunca mais voltam. Para que os traumas em Indígenas não aumentem durante entrevistas, o autor sugere, entre outras coisas, que os jornalistas devem ser humanos, humildes, transparentes, ter o consentimento da entrevista, ter paciência, ser respeitoso e, depois, manter contato.

As experiências compartilhadas pelos jornalistas, sejam eles Indígenas ou não, demonstram que a construção da confiança é um processo ativo que exige humanidade. Iniciativas como aprender o idioma local, buscar mediação e, principalmente, dedicar-se a ouvir sem pressa são estratégias que ajudam a desarmar a barreira da desconfiança.

#### 4.1.3 Aprendizados da Cobertura

Para além das questões de tempo e confiança, a prática jornalística em territórios Indígenas pode colocar o repórter em meio a situações de alta complexidade e tensão, e a falta da ‘competência cultural’ se torna evidente em uma cobertura. Nos primeiros dias de trabalho na atual emissora, JN14 precisou fazer uma cobertura sobre um conflito. Por nunca ter tido contato antes com Indígenas e não entender da cultura deste povo, acabou ficando preso por algumas horas.

Você imagina, o rapaz chega de São Paulo, nunca viu um Indígena na vida. [...] Eu nunca nem tinha visto um uma lavoura de soja na vida. Aí de repente você cai, inclusive a minha primeira cobertura dentro de um conflito, eu tinha 10 dias de empresa [...]. Foi um conflito também muito pesado e inclusive na época eles colocaram a gente lá num lugar, fizeram ritual em volta. Eu não entendia nada de Guarani, o meu colega aqui, o meu companheiro, o repórter, que entendia um pouco, falou: "Ó, eles estão querendo bater na gente". Só que assim, eu não

tinha experiência nenhuma, fui jogado lá. Hoje em dia eu sei, eu não nem chegaria perto de uma roda onde estaria fazendo algum ritual, alguma coisa, a gente nem chega, porque a gente sabe que é encrenca, quer dizer, a gente vai aprendendo a ter o macete, né? Vai aprendendo a ter a manha de conseguir entrar, conversar, é, tem que ter todo um jogo de cintura, mesmo que é com o tempo que a gente vai aprendendo. Na verdade, não tem nenhuma técnica, né? Depende da situação, depende do lugar, depende do que tá rolando. (JNI4, 2025)

A experiência de JNI4 evidencia o perigo da falta de ‘competência cultural’ e como a identidade do veículo de comunicação pode intensificar as tensões.

E depois tem um agravante né, Katia, o microfone é Globo, então a Globo sempre vai ser a o alvo de todo mundo, em todo lugar, seja da esquerda seja da direita a gente vai ser alvo em tudo. porque eu já cobri conflito e fui atacado por, é, por Indígena, né, que é progressista, porque precisa aí de uma de uma política pública, como eu já fui atacado também por produtor rural. Depende de época, depende de política, depende quem é o presidente. E aí eles vão jogando você de um lado para o outro e é esse grande desafio, porque você fica no meio dessa corda bamba, sabe? Esse puxa-estica, então você sempre vai ser jogado de um lado pro outro. Então, é aí que tá o desafio. Você faz é seu máximo possível imparcial, né? E ainda assim tentar manter um relacionamento muito bom com os dois lados. (JNI4, 2025)

Ainda neste âmbito, JNI2 conta que as circunstâncias em que são feitas as coberturas jornalísticas variam a forma com que repórteres são recebidos.

Depende da circunstância. Se você chega para fazer uma coisa boa, é tranquilo, como essa da língua, né? Ah, é uma matéria de interesse deles, é uma curiosidade. Agora, quando você vai fazer conflito, você é um homem branco da imprensa branca. Então, eu acho que há um olhar desconfiado, apesar de eles te procurarem de alguma forma, “ó, tem que ser nosso porta-voz”, né, nesse ponto. “A gente tá sendo injustiçado”. Mas eu tive relato de colegas de que também foram usados como massa, de assim, de ficar detido junto com o pessoal da Funai, Ibama, como imprensa também retido. Isso já aconteceu, isso foi fato. Colegas meus já ficaram. Eu nunca fiquei, mas eu sempre vi coisa, assim, da tentativa de negociação. “Tá, mas quando é que vai me pagar para entrar?” Falo assim: “eu sou jornalista, não pago, eu vim cobrir”. Eu não posso falar que seja um padrão, porque eu fiz tão poucas vezes e ouvi de uma pessoa, não ouvi de outra. Então, seria muito injusto eu classificar que o gesto de uma pessoa seja na individualidade que se remete ao coletivo. Eu te falei, a minha relação com a cobertura de causas Indígenas é bastante restrita. (JNI2, 2025)

Ele também explica que, antes de tudo, sempre buscou falar primeiro com o Cacique e que essa relação muda conforme o tema da reportagem.

Os lugares que eu conheci realmente são hierarquizados, você fala com o Cacique. A coisa começa pelo Cacique. Tudo que você consegue fazer a mais é com a autorização do Cacique. Se você pegar o Cacique que é mais tranquilo na relação com a imprensa branca, vamos lá, né? A imprensa hegemônica, você consegue trabalhar. Mas eu me lembro que diante situações... nessa situação de conflito, ele sempre foi muito desconfiado. E eu tinha que assim, “eu não tô aqui para fazer papel de acusador ou defensor, eu tô aqui para... você vai me explicar o teu motivo do conflito. Eu vou falar o teu motivo, você vai dar entrevista, você vai ter voz explicando as suas causas. Agora, se há um outro lado, eu vou ter que ouvir o outro lado”. Eu não sou porta-voz de ninguém, eu sou um cara que fazer, vai relatar o que eu tô vendo e dar voz para quem vai contar os elementos que eu preciso pra essa matéria. Se é igual? provavelmente não seja igual, eu não lido com a realidade deles, de que de alguma forma, imagino, sejam oprimidos ou necessitados de coisas com pouco espaço para falar, né? Realmente eu devo ser visto como repórter, nossa, como um cara hegemônico, que chega lá como um branco. Enfim, é difícil, a gente tem que tentar, eu tento me colocar também no lugar deles, mas eu não posso perder nunca, quando eu faço, o foco que eu tenho na reportagem. Eu não passo pelo... porque o *índio*, por ser *índio*, é inocente ou bom por ser *índio*? Nem o homem branco é bom por ser homem branco, ou mal por ser homem branco. A gente tem de tudo, sabe? A gente tem do bom e do mal, a gente tem o homem branco bom e o homem branco mal, tem jornalista que é uma merda e jornalista que é uma boa pessoa. Assim é o ser humano e suas complexidades. (JNI2, 2025)

Já JNI4 diz que, na maioria das vezes, é bem recebido, mas em momentos de tensão isso pode mudar. E ele afirma que é importante de não levar as reações para o lado pessoal.

Isso também não incomoda eles, não. E não incomoda muito porque eu já tô muito tempo na TV, então as pessoas hoje em dia me conhecem muito, né? Eu tenho um trânsito legal também por isso. Porque as pessoas já me conhecem há muito tempo. Mas, é, você não é Indígena, então isso vai ficar claro sempre. Entende? E na hora do conflito, isso vem à tona, porque aí é a hora que eles: “saem daqui que você não é da nossa”... É uma loucura, assim. É um desafio, porque depende da hora, depende do momento, depende do que está acontecendo, ou você vai ser adorado ou você vai ser hostilizado. E você não pode levar isso pro coração, porque se você for hostilizado, é aquele momento, você está sendo hostilizado por aquele momento, dentro de um contexto histórico maluco, né? Que carrega esse contexto todo. Na próxima vez que você for, de repente, você pode ser adorado. Isso já aconteceu várias vezes, né? Na verdade, a população brasileira, não entende muito a finalidade do jornalismo, eu acho. As pessoas não entendem que você não pode ser, não pode passar de lado nenhum. Mas no meio de um conflito, sempre alguém vai querer que você puxe lá essa de lado dele. O produtor rural vai querer que você fale bem dele, Indígena vai querer que você fale bem dele. É isso,

você vai ficar sempre no meio. (JN14, 2025)

Em meio a essa complexidade, o recado de uma jornalista Indígena se faz importante: o de sempre pedir permissão.

E sempre pergunta: "Posso fazer imagem disso, posso gravar aquilo ali?" Porque às vezes se for um ritual, tem coisas que não podem ser mostradas, né? Que são sagradas para eles. Então, a gente tem que sempre respeitar para manter essa relação boa, né? Esse bom convívio agora que tá tendo essa abertura. (J11, 2025)

Diante desses relatos, fica evidente que falar sobre entrevistas com Povos Indígenas é tratar, antes de tudo, sobre tempo, confiança e respeito. Compreender que cada encontro exige preparo, cuidado e abertura é essencial para avançarmos em práticas jornalísticas mais responsáveis.

#### 4.2 A INTERCULTURALIDADE

A interação entre os jornalistas e os Povos Indígenas deve ter uma abordagem intercultural. A interculturalidade deve ser vista, não como um simples contato e convivência entre culturas, mas sim como uma troca e transformação profunda das relações de poder que, historicamente, colocaram culturas dominantes em uma posição de privilégio sobre as culturas subalternizadas, com o objetivo de romper as estruturas coloniais, promovendo um **equilíbrio de poder** que leve à justiça social (WALSH, 2009).

A troca entre culturas precisa ser baseada no reconhecimento das histórias de colonização e das violências culturais que cada uma das culturas sofreu (WALSH, 2009).

A partir do reconhecimento de que a diferença é construída numa estrutura e matriz colonial de poder racializado e hierárquico, com os brancos e os 'branqueados' no topo e os Povos Indígenas e afrodescendentes nos degraus inferiores. (...) Ela fundamenta e exige a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção de diferentes condições de ser, estar, pensar, saber, aprender, sentir e viver de formas distintas. (WALSH, 2009, p. 78)

É importante entender a interculturalidade como uma reivindicação das culturas subalternizadas e marginalizadas, em especial das Indígenas,

afrodescendentes e outros grupos historicamente oprimidos. Logo, o reconhecimento da diversidade cultural deve ser acompanhado da valorização destas outras culturas que foram deslegitimadas e ignoradas (WALSH, 2009).

Portanto, seu projeto não é simplesmente reconhecer, tolerar ou incorporar o que é diferente dentro da matriz e das estruturas estabelecidas. Pelo contrário, é implodir – a partir da diferença – as estruturas coloniais de poder como um desafio, uma proposta, um processo e um projeto; é reconceitualizar e refundar estruturas sociais, epistêmicas e existenciais que relacionem lógicas, práticas e formas culturais diversas de pensar, agir e viver. Por esta razão, o foco problemático da interculturalidade não está apenas nas populações Indígenas e afro-descendentes, mas em todas elas. (WALSH, 2009, p. 79)

Bruno Ferreira (2024), da etnia Kaingang, é pesquisador, foi professor no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhá Miguel, que forma professores Kaingang no magistério, e, atualmente, é professor na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Convidado para uma fala no 'Projeto de Extensão Redes Digitais e a Memória dos Sábios Indígenas', da Universidade Estadual de Londrina, Ferreira explica as diferenças culturais no ensino para os Indígenas, que aprendem de forma coletiva e recíproca, e para os não Indígenas, que agem na maioria das vezes de forma individualizada. A partir disso, ele expõe a diferença do conceito de interculturalidade para os Povos Originários.

Os Indígenas não ensinam ninguém, eles aprendem, aí o outro também aprende. Então essa ideia de ir à escola para aprender é porque lá tem alguém que ensina. Mas nessa relação de quem ensina, existe a negação do aprender, porque um ensina e outro aprende. Não existe a construção intercultural. Na interculturalidade nós trocamos ideias e construímos o que é melhor para nossa sociedade. Então, me parece que tem um abismo entre os Indígenas e os não Indígenas porque não tem essa compreensão da prática intercultural vivencial. (FERREIRA, 2024, p. 847 e 848)

Ainda no âmbito da educação, Luciano Baniwa (2013) nos ajuda a compreender que com a interculturalidade é possível construir diálogos entre pessoas e entre os conhecimentos. Ao colocar no mesmo nível de importância os conhecimentos Indígenas e os conhecimentos ocidentais, o trabalho do professor e pesquisar fica fortalecido, além de fortalecer as comunidades Indígenas que reconhecem que elas possuem conhecimento e história.

Assim como a educação, o jornalismo precisa reconhecer o valor da interculturalidade para garantir que os Povos Indígenas sejam representados com justiça e respeito. Quem contribui com este pensamento é Kambeba:

A Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça – social, econômica, cognitiva e cultural –, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença. (KAMBEBA, 2020, p. 103).

Trazendo essa perspectiva para o telejornalismo, é necessário repensar narrativas e práticas profissionais que ainda reproduzem um olhar colonial e homogêneo, dando espaço para vozes originárias falarem de si, com autonomia e pluralidade. Entendemos a importância de construir o conceito da interculturalidade apoiado na cosmologia Indígena e também a importância que os velhos têm na comunidade, considerando a importância de “escutar as narrativas e as experiências que carregam a sabedoria ancestral para a sobrevivências das gerações” (FERREIRA, 2024, p. 846).

A coletividade e reciprocidade dos Indígenas vão para além da escola, bem como a individualidade dos não Indígenas. Falta aos não Indígenas conhecer as epistemologias Indígenas para “construir uma sociedade fundamentada em princípios coletivos, práticas recíprocas, vivências práticas interculturais” (FERREIRA, 2024, p. 849). Quando é discutido interculturalidade, é importante compreender que os sujeitos fazem esta construção com práticas de vivências (FERREIRA, 2024).

É importante, aqui, fazer um parêntese para discutir a importância de ter Indígenas nas universidades, a partir da possível compreensão da interculturalidade.

Na atualidade, os Indígenas vão para a universidade para compartilhar seus conhecimentos, suas experiências, suas ciências. Se antes a escola era um espaço que trazia o conhecimento para os Indígenas e tínhamos que aceitar, hoje os Indígenas querem compartilhar seus conhecimentos. [...] São essas negações que nós vivenciamos no passado que atualmente os Indígenas querem mostrar nas universidades. Eles querem construir essas relações de respeito entre os conhecimentos promovendo o diálogo intercultural. (FERREIRA, 2024, p. 844)

A relação intercultural, para os Indígenas, traz a reflexão do respeito pelo outro, da vivência de respeito e acolhimento do diferente para a coletividade. “É a busca desse equilíbrio horizontal para que a vida consiga fluir de forma equilibrada e se tenha a interculturalidade da convivência e das práticas coletivas” (FERREIRA, 2024, p. 847).

A série *Índio Presente* oferece um exemplo interessante de como a interculturalidade pode ser mobilizada no campo audiovisual, ainda que com limitações. Ao deslocar o Indígena do imaginário brasileiro “que anda nu, fala em língua indígena e vive na floresta – para uma representação que engloba a apropriação de dispositivos, modos de viver e profissões não indígenas, concomitante à valorização e manutenção de suas culturas originárias” (KASEKER, GALLASSI, 2024, p. 16), a produção rompe com a lógica colonial que associa identidade Indígena a primitivismo ou “pureza cultural”. Nessa abordagem, as imagens e narrativas apresentam os Indígenas como sujeitos interculturais, que articulam saberes e práticas com o mundo não Indígena para garantir a continuidade de seus modos de vida, reafirmando que o diálogo entre culturas é também um espaço de resistência. Ao mesmo tempo, a série revela as tensões estruturais que limitam a presença e o protagonismo Indígena na produção audiovisual, o que reforça a necessidade de ampliar a participação dos Povos Originários em todas as etapas da construção narrativa.

A interculturalidade, ao propor uma relação de diálogo, reconhecimento e transformação entre culturas, questiona diretamente o modelo tradicional do telejornalismo, que muitas vezes se pauta em normas rígidas de objetividade e neutralidade. Essa perspectiva intercultural evidencia que o jornalismo precisa incorporar a pluralidade de saberes e experiências, valorizando a subjetividade e a vivência dos Povos Indígenas. É nesse contexto que vamos refletir sobre os conceitos de objetividade e subjetividade no jornalismo, temas centrais para compreender os desafios e possibilidades de uma cobertura que respeite e integre os diferentes modos de ver e estar no mundo.

#### 4.3 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO JORNALISMO

Outro ponto nevrálgico na relação do jornalismo com os Povos Indígenas se refere ao paradigma da objetividade como neutralidade e isenção no

qual se baseia o jornalismo.

A objetividade é necessária para a realização de procedimentos básicos ao fazer notícias, mas o problema acontece quando a objetividade é “assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um “normal” e um “Outro”” (MORAES, 2022, p. 13).

A objetividade se tornou o objeto com mais discussão no jornalismo e que, frequentemente, é reduzida a simples dicotomia com a subjetividade (TRAQUINA, 2005).

O valor da objetividade nasceu no jornalismo no século XX, mas surgiu com base numa mudança fundamental do jornalismo, que ocorreu no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões. Nasceu, no século XIX [...] um culto dos fatos que permaneceu até a primeira parte do século XX. [...] Segundo Schudson (1978), dois fatores contribuíram para provocar a perda de fé nos fatos por parte da comunidade jornalística: 1) a experiência da propaganda na Primeira Guerra Mundial (1914-1918); e 2) o nascimento de uma nova profissão - relações públicas. (TRAQUINA, 2005, p. 135 e 136)

A objetividade causa mal-entendidos nas redações, pois, no senso comum, ela é entendida como antônimo da subjetividade (IJUIM, 2023).

O suposto distanciamento entre o jornalista-observador e o fato-objeto observado não impede que pontos de vista, história, formação, orientação da linha editorial, entre outros fatores, interfiram na produção da notícia (IJUIM, 2023, p. 84).

Essa prática leva ao chamado jornalismo declaratório. Ao ouvir suas fontes, assunto abordado com maior profundidade mais à frente, há o que se chama de “jornalismo de mãos limpas”, pois o profissional relata os fatos e lava as mãos, que, dependendo o assunto, continuam sujas (MORETZSOHN, 2007). Isso acontece também quando o jornalista utiliza aspas, o que demonstra a intenção da objetividade.

[...] através da citação de atributos formais das notícias e dos jornais [...] os jornalistas podem apontar como prova que fazem a distinção entre aquilo que pensam e aquilo que relatam. Eles podem afirmar que 1) apresentaram versões diferentes de uma mesma realidade, 2) apresentaram provas suplementares para fundamentar um “fato”, 3) utilizaram aspas para indicar que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos, 4) apresentaram os “fatos mais importantes” primeiro, e 5) separaram cuidadosamente os “fatos” das opiniões através da utilização do rótulo “notícia de análise” (ou, simplesmente, “análise”). Daria a impressão de que os procedimentos noticiosos

exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade, especialmente porque a sua experiência profissional não é suficientemente respeitada pelos leitores e pode até ser alvo de críticas. Embora esses procedimentos possam fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade, não se pode dizer que a consigam alcançar. De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que "os fatos falam por si", 3) são um instrumento de descrédito e um meio de o jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística e 5) iludem o leitor ao sugerir que a "análise" é convincente, ponderada ou definitiva. (TUCHMAN, apud TRAQUINA, 1993, p. 88-89)

É preciso considerar também que a busca pela objetividade inclui ouvir os dois lados de um tema, mas, para o jornalista e o jornal, também é preciso fazer este "ritual estratégico" afim de evitar processos judiciais, sendo que o jornalismo deveria evitar usar o binarismo para explicar e traduzir o que acontece no mundo, porque a reportagem deve ir além de "ouvir os dois lados", deve informar criticamente o público (MORETZSOHN, 2007). Sylvia Moretzsohn pontua não existe objetividade no jornalismo, pois cada relato depende do sujeito, e que até mesmo o jornal Folha de S. Paulo já discutiu sobre isso em seus manuais de redação.

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível. (FOLHA DE S. PAULO, 1994, apud MORETZSOHN, 2007)

No telejornalismo, em especial, há a cultura que tudo deve ser dito de forma simples e objetiva para que a maior parte da população compreenda o que é falado, mas equilibrar o simples e não ser raso é difícil, "escrever com simplicidade e construir um texto crítico e criativo é um constante desafio, pois as matérias, muitas vezes, tornam-se superficiais" (BECKER, 2005, p. 73).

No processo de produção do telejornalismo há a preocupação em adequar o que é falado para que o "telespectador médio" compreenda, e isso é feito

com base no senso comum. A partir disso, a mídia pode passar a acentuar o conformismo por causa da possível configuração de suas narrativas: “a própria objetivização que resulta dos processos de tipificação desencadeados pelos jornalistas pode redundar em estereótipos fundados em generalizações falsas” (CORREIA, 2004, p. 190).

Fabiana Moraes defende uma prática mais “reflexiva e situada” por parte dos jornalistas, para que a utilização imoderada do jornalismo objetivo passe a dar espaço ao jornalismo de subjetividade, compreendendo que eles não produzam e reproduzam um saber “descorporificado” (MORAES, 2022).

Com o aumento de relações no mundo digital, assunto já debatido anteriormente, as pessoas estão cada vez mais interagindo e discutindo questões como o racismo e o preconceito, se tornando cada vez menos possível o se apartar de assuntos como estes em busca da objetividade tal qual delineada historicamente, visto que esta está alicerçada em uma base branca, patriarcal, heteronormativa, privilegiada e capitalista, portanto está longe de ser neutra (MORAES, 2022). A mudança nas redações deve começar pela pauta, sendo que ela dá forma ao conteúdo jornalístico oferecido ao público, organizando e hierarquizando pessoas e discursos, por ela é possível começar a colocar em prática tanto questionamentos mais reflexivos e críticos, como novos entrevistados que serão vistos em reportagens (MORAES, 2022). Isso reflete até mesmo na relação entre os profissionais de televisão e os Povos Indígenas, pois, com estas reflexões, há a possibilidade de inserir os Indígenas como fontes e mudar abordagens sobre a temática.

Entender que a objetividade carrega marcas históricas e culturais nos ajuda a perceber a importância de abrir espaço para outras vozes, outros modos de narrar e para formas mais comprometidas de escuta. Assim, é possível tensionar o jornalismo que ainda se esconde atrás de uma neutralidade que não existe, e avançar para práticas que reconheçam a diversidade, respeitem a pluralidade e valorizem a presença dos Povos Indígenas como fontes ativas de saber.

#### 4.4 TELEJORNALISMO E POVOS INDÍGENAS

A televisão é um espaço de grande influência coletiva, que impõe pontos de vista e, no processo de formação de opinião, muitas vezes contribui para a desvalorização de grupos minoritários, imprimindo características universalizantes e

infiéis (FREITAS, FUMAGALLI, 2018). A mídia hegemônica desempenha um papel fundamental na (re)produção das identidades, pois “fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’” (KELLNER, 2001, p.9).

Uma rápida busca online pela palavra “Indígenas” revela que as notícias de maior destaque seguem ligadas à violência, demarcação de terras ou saúde (ACOSTA; CRUZ, 2019). Não por acaso, Klein (2008) identificou que, nas reportagens factuais da RBS TV, um dos principais temas era o Indígena como “perturbador da ordem social”, geralmente, “construídas segundo a ótica de outros sujeitos ou instituições da sociedade” (KLEIN, 2008, p. 232).

Esse enquadramento é confirmado pelos próprios Povos Indígenas. Potiguara (2007) também acredita nesta tendência de reportagens em só ganham espaço quando envolvem conflitos.

Acredito que para a sociedade não Indígena, as matérias sobre nós só chamam atenção, quando referenciam algum conflito com a polícia, invasão de terra ou qualquer outro fato onde eles possam inverter o ocorrido e nos colocar como vilões da história. Não existe a preocupação de saber a origem dos casos, o porquê de estarmos fazendo algo. Na maioria das vezes, distorcem tanto os fatos, que acabamos taxados de invasores, quando na verdade só estamos recuperando o que tomaram de nós [...] Isso me deixa muito triste, mas é aí que cada vez mais eu vejo a importância de não esperarmos que falem sobre nós. (POTIGUARA, 2007, p.55)

O pesquisador Indígena Fulkaxó (2019) também observa essa tendência de serem retratados principalmente como entraves ao desenvolvimento do país e empecilhos aos projetos expansionistas. Os Indígenas contrariam os colonizadores ao ficarem em terras tradicionalmente ocupadas e ao reivindicarem este direito, por isso é possível entender porque parte da imprensa privilegia os conflitos agrários (FULCAXÓ, 2019).

O autor, professor e jornalista Indígena canadense Duncan McCue (2022) reforça que, ao serem colocadas apenas notícias negativas que relatam os problemas dos Povos Originários na mídia, são enviadas aos telespectadores a mensagem de que eles são um povo problemático.

Essa tendência ainda se reflete no cotidiano de redações brasileiras. Ao ser questionado sobre como a emissora de televisão em que trabalha atualmente vê a questão dos Povos Indígenas, JN13 não hesitou em falar que não existem estes

seres humanos – dando a entender que as trajetórias destes Povos raramente são mostradas no telejornal em que trabalha-, porém repensou e disse que existem sim, mas na ilegalidade, sendo que só viram pauta quando há conflitos influenciam na vida da sociedade, como por exemplo fechar uma rodovia. JN13 reforçou a diferença na cobertura do sul e do norte do país, dizendo que no Sul não existem matérias que valorizem os Povos Indígenas, diferentemente do Norte, em que os assuntos Indígenas são muito presentes. Perguntado sobre como seria vista uma sugestão de reportagem com a temática Indígena, JN13 disse que ela seria aceita dependendo de como eu a oferecesse, que iria precisar de um convencimento. E deu um exemplo de uma matéria, feita por um colega de trabalho, envolvendo conflito.

A reação seria de cobrar, como se cobra em todas as pautas ofertadas, dados que demonstram a gravidade dos fatos que estão acontecendo. Agora, recentemente, o grupo no qual o trabalho fez uma ampla reportagem mostrando a guerra que se travou entre o *cacicado* de uma determinada região do estado. (JN13, 2025)

Por outro lado, JI2 trouxe uma visão que divergente. Ela, como indígena e jornalista, falou sobre a importância de os conflitos serem noticiados. Ela trouxe vários exemplos de conflitos importantes para estes povos e que foram recentemente noticiados, inclusive com a ajuda dos próprios Indígenas.

A gente precisa retratar o conflito, né? Essa parte factual, ela existe dentro do nosso telejornalismo. A gente teve um conflito recente, eu não sei, acho que você chegou, talvez você tenha visto, lá na aldeia \*\*\*\*<sup>33</sup>, onde vivem esses milhares de Indígenas, falta água. É um problema que há 20 anos acontece. E recentemente a gente teve uma manifestação, os Indígenas bloquearam a entrada dessas aldeias que fica numa rodovia, né? E assim, em pleno século XXI, esses dias, foi o ano passado, no final do ano, né? A tropa de choque foi tirar esses Indígenas de lá para eles pararem com a manifestação, atiraram bala de borracha nas pessoas. Só que assim, agora a gente tem imagens, porque os Indígenas filmam. Eles mostram com suas câmeras de celular e mandam imediatamente pra gente. né? Então, nada fica... e isso teve repercussão nacional, tanto que o Ministério dos Povos Indígenas veio para cá emergencialmente para trabalhar nessa questão. E assim, a nossa repórter, ela esteve dentro da aldeia, mostrou tudo. [...] que é a nossa repórter, que é muito preocupada, ela é não Indígena. Mas muito preocupada em mostrar esses conflitos de uma forma isenta, mas de uma forma justa, né? Fazer o jornalismo de verdade. (JI2, 2025)

---

<sup>33</sup> JI2 fala o nome da aldeia. Com o intuito de não identificá-la, ocultamos o nome.

Mas JI2 também entende a importância de ser falado sobre outros assuntos além de conflitos, reforçou que estão cientes, na redação, disto e que hoje em dia também há o entendimento de ter este olhar.

Tem o factual, mas, assim, a gente tá num nível diferente em que a gente tá buscando né? Eu não sei se é porque eu estou lá, mas assim, eu fiz algumas pautas muito interessantes. [...] São coisas assim muito singelas, mas que são interessantes. Mostramos a realidade deles lá. Então, assim, a gente tem outras temáticas que não sejam só o conflito, né? [...] Então assim, a gente gosta de mostrar a coisa boa também, isso é importante. (JI2, 2025)

J11 fala sobre a importância de terem outras matérias sobre os Povos Indígenas, para além dos conflitos, e acredita que as emissoras estão dando mais esta abertura na região em que trabalha, porém, ela reforça que este movimento foi impulsionado pelos próprios Originários.

Eu acho que tem, e uma coisa importante também, é que além desse movimento por parte da imprensa de estar trazendo mais essas coberturas, além dessa questão dessa evolução da imprensa nas coberturas, não só dos conflitos, mas tentar trazer outras coisas, é, existe um movimento por parte dos Povos Indígenas. Então, acho que um grande avanço que possibilitou que a gente tivesse a visibilidade hoje, é por exemplo, o Ministério dos Povos Indígenas, né? Que trouxe essa, esse olhar, né? Por meio da Sonia Guajajara. Mas além disso, os próprios Povos, eles têm trabalhado com a mídia como arma, né? É a nova arma deles, né? Então, tudo eles gravam, né? Eles têm a mídia indígena, né? Além das organizações que a gente já conhece que trabalham a APIB, o Cimi, que é como se fossem os novos jesuítas, né? Eu sempre conversei com eles também. Eles atuam muito aí no Sul, inclusive. Atuaram muito quando teve o alagamento, né? E, por exemplo, a gente tem a Mídia Guarani, que são jovens indígenas que fizeram canal e aí eles trazem esse diálogo com a comunidade de explicar porque que os Indígenas são assim, vocabulário Indígena, nossa realidade e tal. Isso aproxima, né? Então, esse movimento por parte dos Indígenas também tá sendo muito importante, eles estão, eu entendo que eles estão cada vez mais conscientes dessa importância e abrindo mais as aldeias para que a gente tenha acesso para mostrar. Porque havia um receio, que é compreensível, de abertura, né, para os brancos, vamos dizer assim, né, da cidade. [...] E com razão, né? A gente ia entrar na aldeia e trazer muitos problemas. [...] Tá abrindo mais para mostrar cultura. Olha, a gente tem conseguido abrir muitos caminhos aqui. Eu tenho ficado muito feliz com isso. Antes realmente, as reportagens eram só no dia dos Povos Indígenas, né? E quando havia algum conflito. (J11, 2025)

JNI4 conta que já cobriu inúmeros conflitos Indígenas em seus 15

anos de profissão e chama a atenção para o fato de que a primeira reportagem dentro da temática sem ser sobre este assunto foi no final de 2024.

É algo que a gente tá mudando aqui, né, desde o ano passado. Porque no geral, as nossas coberturas eram sempre quando havia algum tipo de conflito. E, no ano passado, [...] eu senti a necessidade de a gente começar a ampliar mais a cobertura em cima do mundo Indígena, né? Ou seja, não ir para aldeia só para cobrir conflito. É ir para a aldeia para cobrir, porque eles têm uma série de eventos, inclusive a gente fez. Aí o primeiro, a partir desse dessa decisão nossa, foi cobrir um congresso que eles tiveram de mulheres [...]. E era um congresso que ia reunir mulheres Indígenas do Brasil inteiro, veio inclusive a Guajajara, de Brasília, tudo, e foi muito legal. Que foi a primeira cobertura que eu fiz, é de algo bom, entende? Algo tranquilo. Eu já fiz, por exemplo, diversos mutirões, né? Porque vez ou outra a Defensoria Pública faz mutirões para fazer carteira de identidade, né? Enfim, mutirões de saúde. Eles costumam fazer muito isso nas aldeias. Isso eu fiz muito já. Mas eu senti a necessidade de me aprofundar um pouco mais no mundo deles. E foi muito legal. (JNI4, 2025)

JNI2 se lembrou de apenas duas entrevistas feitas por ele, uma delas envolvia conflitos. Hoje em dia ele é um repórter que atende apenas aos jornais de Rede, ou seja, trabalha em uma afiliada fazendo reportagens para os jornais da Globo. Ele avalia que, por não estar no jornalismo local, tem pouco contato com os Indígenas.

Poucas vezes um assunto tem a relevância de impacto nacional em relação ao que acontece em outras comunidades, outros pontos do país. Eu não tô nesse dia a dia. Mas, mas, talvez, eu não posso afirmar, pode ser uma impressão, de que nós, brancos, né, de cultura, entre aspas, hegemônica, dono dos meios de comunicação, não nos atentamos pro dia a dia e das dificuldades dessas minorias e acabamos excluindo eles no dia a dia, da reportagem, então de uma certa frequência, mas eu teria que fazer o levantamento para ver se essa minha impressão é o que realmente acontece. [...] Mas a gente tem uma impressão é essa. Não existe a presença da notícia da realidade indígena como se fosse algo constante, ou algum conflito e um problema mesmo que a que a imprensa vai tratar, né? Hoje, eventualmente algum jornalista [...] propor uma matéria, é aceita. Aí vira uma série, já teve. Quer dizer, não é esquecido, mas não é frequentemente lembrada a temática. (JNI2, 2025)

Essa prática reforça o que Klein constatou em 2008: quando o contexto envolve relações com o Estado ou conflitos, os Indígenas detêm menos tempo de fala (10,25%), mas quando as reportagens são temáticas, voltadas a aspectos culturais ou comunitários – como em datas especiais no Dia dos Povos Indígenas –, sua voz alcança 26,62%. Essa diferença revela que, na maior parte das

vezes, os Povos Indígenas aparecem muito, mas falam pouco, restringindo-se a frases que apenas validam o relato das instituições midiáticas (KLEIN, 2008).

Podemos nos apoiar em Bourdieu (1997) para explicar porque a mídia dá tanta atenção a casos de violência. Uma das notícias mais utilizadas pelos jornalistas, segundo o autor, são as chamadas “variedades”, que contem sangue, drama e crime, porque são notícias que distraem e atraem a atenção para fatos que interessam todo mundo, as notícias ‘omnibus’.

As notícias de variedades consistem nessa espécie elementar, rudimentar da informação que é muito importante porque interessa a todo mundo sem ter consequências e porque ocupa tempo, tempo que poderia ser empregado para dizer outra coisa. Ora, o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Porém, a imprensa não é a única responsável pela dramatização das violências, pois ela apenas reforça concepções presentes na sociedade (RAMOS, NOVO, 2003).

De um lado, precisamos levar em consideração as políticas de comunicação – quais as motivações das agências de comunicação ao veicular a criminalidade de determinada forma –, de outro lado, não podemos esquecer que a imprensa é uma expressão da opinião pública, é uma expressão da população. A imprensa não cria essa dramatização por sua livre e espontânea vontade. Ela é a expressão de profundos sentimentos populares, que de certo modo dramatizam a criminalidade, e tem certa relação de identidade com essa dramatização e com o modo como a criminalidade é veiculada. (ADORNO, 1995, p. 188)

O telejornalismo é construído por diferentes sujeitos, com interesses e visões muitas vezes divergentes. Como Klein (2008) destaca, trata-se de um discurso polifônico: jornalistas, instituições do Estado e os próprios Povos Indígenas disputam o que deve ou não ser mostrado. O desafio está em romper com a cultura jornalística urbana e centralizadora, que tende a inferiorizar a cultura Indígena e submeter sua voz a estereótipos.

Portanto, tensionar a forma como a mídia aborda os Povos Originários significa enfrentar estruturas que ultrapassam a redação. É urgente ampliar espaços, aprofundar contextos e, sobretudo, reconhecer o direito desses Povos de nomear a si

mesmos. Nesse sentido, um dos fatores mais determinantes para transformar essa realidade é repensar a **escolha das fontes**.

#### 4.4.1 Fontes

É a partir das fontes que o jornalista faz suas confirmações para poder produzir as notícias e informar o espectador, e “queiramos ou não, o jornalismo é uma mediação fundamental entre o indivíduo e a comunidade” (MUHLMANN, 2004, p. 22). Porém, há uma sobrevalorização do critério da autoridade na seleção de quem vai ser entrevistado. Uma crítica em relação a isso é que o jornalista pode utilizar a fonte pelo o que ela é, e não pelo o que ela sabe de fato. As fontes oficiais são as mais privilegiadas pela imprensa devido à sua influência, poder e fácil acesso às pautas da mídia, recebendo assim maior poder de fala (SCHMITZ, 2011). Os critérios de objetividade utilizados pelo jornalismo não são capazes de ouvir mais mulheres, negros e Indígenas “principalmente enquanto especialistas, como dotadas de um saber socialmente mais valorizado” (MORAES, 2022, p. 15).

Ao criticar o critério de escolhas das fontes, Pierre Bourdieu (1997) chama de *fast-thinkers* os especialistas que pensam em alta velocidade, com “ideias feitas”, e que são os escolhidos pelos jornalistas, não apresentando um pensamento crítico. E os “habitués da mídia” são, para Bourdieu, as pessoas que aparecem com frequência nos noticiários e já estão na agenda dos jornalistas para falar sobre determinados assuntos. Com isso, pessoas que deveriam ser ouvidas deixam de ser procuradas, como, por exemplo, jovens desconhecidos que são empenhados em suas pesquisas (BOURDIEU, 1997, p. 41).

Na mesma linha, mas ainda em 1979, Gans diz que os repórteres, sempre apressados, não tem tempo para desenvolver um relacionamento com outras fontes que são capazes de dar informações novas ou contraditórias, e que isso é um problema, pois atrapalha a capacidade do jornalista de generalizar e resumir (GANS, 1979). Os jornalistas podem ficar dependentes de fontes e, quando isso ocorre, podem ficar orientados pela fonte e deixar de escrever para público, e passar a escrever para a fonte (TRAQUINA, 2005).

Outro problema em relação a escolha das fontes é que “muitos dos entrevistados não estão lá para fornecer informações; a sua mera presença já é a informação pela qual os telespectadores anseiam: são as celebridades” (EMERIM,

2008, p. 21).

Já em busca de uma maior agilidade no momento de fazer a reportagem, há o risco de impor um ritmo inadequado à entrevista:

O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados. A caricatura deste fato se difunde por aí em entrevistas de televisão, cujo script é pré-montado, ensaiado, ficando pouca margem para o entrevistado decidir qual o rumo de seu pensamento ou de seu comportamento. O que menos interessa é o modo de ser e o modo de dizer daquela pessoa. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo decidiu. (MEDINA, 2011, p. 6)

Tais comportamentos são os mesmos com os Indígenas, sendo, de certa forma, impedidos de apresentar os seus próprios pensamentos:

[...] não dando margem para que outras cosmovisões possam ser compreendidas, a não ser aquelas que já estão em circulação midiática. As consequências são textos monológicos, compostos pela singularidade de voz e que não contemplam a complexidade das realidades sociais. (KASEKER, OTA, 2023, p. 166)

A forma com que os Indígenas são notícia na imprensa de Pernambuco foi analisada por Patrícia Bandeira de Melo (2004) que concluiu que há notícias veiculadas sobre esses Povos nas quais não há espaço para a expressão da voz Indígena. A autora enfatiza que a Funai, o Governo e a Igreja são os responsáveis por fazer declarações, fortalecendo o discurso oficial, portanto, é retirado o direito do Indígena ocupar espaço na imprensa de modo ativo.

Esse perfil de entrevistado acaba ganhando espaço, pois se adequa à rotina apressada dos repórteres, sempre em busca de generalizar e resumir. Nesse sentido, é possível que em muitas pautas a Funai<sup>34</sup> seja procurada como “representante” dos Indígenas e não as próprias comunidades e suas lideranças, resquício da tutela, já que a Funai é um órgão do governo, e do comodismo. “Isso nos leva a concluir que o espaço midiático reproduz as relações sociais da sociedade, com a classe dominante mantendo a força de seu discurso e os grupos subalternos mantendo-se à margem” (MELO, 2004, p. 181).

O processo de produção do material telejornalístico e o espaço que

---

<sup>34</sup> Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

os sujeitos ocupam na sociedade delimitam o protagonismo do indivíduo na mídia, e isso “passa pela questão do poder de dizer e mostrar, o qual está, destacadamente, com a instituição midiática. Assim, podemos compreender a perda do protagonismo dos Indígenas quando transferidos para a tela da televisão” (KLEIN, 2008, p. 236 e 237).

Concordamos mais uma vez com Bourdieu (1989) quando ele alerta que o entrevistador, ou seja, o jornalista, deve perceber a violência simbólica que as entrevistas causam, reconhecer a defasagem entre a sua percepção e a do entrevistado, além de compreender o que pode ou não ser dito, as censuras que impedem de dizer certas coisas e o que encoraja a acentuar outras.

JN13 conta que, em reportagens realizadas no Pará e em Mato Grosso, buscava ouvir o Cacique e o Conselho Indigenista Missionário, mas que a Funai é um órgão que sempre deve ser procurado. Também buscava ouvir ONGs - com cautela, mas não as deixando de reconhecer como fonte - e também autoridades dos municípios que se encontrava, considera muito importante - também com cautela e sabendo de que grupo político pertence, pra entender se desfavorecia ou não a causa. JN13 também comentou que, hoje em dia, na percepção dele, há um aumento das fontes de pessoas indigenistas, que são os não Indígenas ligados à causa Indígena.

J12 diz que, atualmente, na TV em que trabalha está sendo avaliado e dado preferência sempre por dar voz ao Indígena, além de ou ao invés de fontes oficiais.

A gente ouve muito o Conselho Indigenista Missionário, né? Só que aí a gente até conversa sobre isso, né? Como que uma coisa oficial. Ah, procura o Conselho Indigenista Missionário ou CIMI para falar sobre isso, mas a gente fala: "Poxa, mas assim, se a gente tem os Indígenas para falarem por eles mesmos, por que não falar com eles, né?" Então, assim, a gente procura o CIMI também, né? Porque eles têm uma entrada dentro das aldeias que às vezes a gente não tem, eles têm os historiadores, os antropólogos, os especialistas que sabem de, por exemplo, se tem uma terra em retomada, eles sabem toda a história daquela terra, a gente procura muito eles nessas questões, mas às vezes eles não são Indígenas. E o que que a gente busca muito agora? Que os Indígenas falem. Eles devem falar. Por que não eles falarem, né? E irem especialistas, o não indígena, falar por eles. Então, a gente busca muitos Indígenas, mas tem também outros especialistas e a gente procura também os especialistas Indígenas. Porque nós temos antropólogos Indígenas. (J12, 2025)

Então, segundo JI2, as fontes são, preferencialmente, das aldeias, além de especialistas que podem ser Indígenas especialistas nos variados campos e também os não Indígenas.

Fica evidente que a escolha das fontes não é apenas um procedimento técnico do fazer jornalístico, mas uma decisão que envolve quem tem o direito de falar e de ser ouvido. A prática de recorrer quase exclusivamente a fontes oficiais, muitas vezes externas às próprias comunidades, reforça estruturas de tutela e silencia vozes que deveriam ocupar o centro da narrativa. Por outro lado, relatos como os de JI2 e JN13 demonstram que é possível — e necessário — reverter esse cenário, ampliando o repertório de fontes para incluir as próprias lideranças, especialistas e comunidades Indígenas como protagonistas de suas histórias.

#### 4.4.2 Vocabulários

Os Povos Originários e suas culturas são objeto de tematização e nomeação pela sociedade não Indígena desde 1500. O discurso sobre eles é carregado de palavras que materializam visões coloniais — como *índio*, *bugre*, *tribo* e *reserva indígena*. Esses vocabulários não são neutros: traduzem relações de poder, estereótipos e práticas de apagamento que se perpetuam “desde o Império, nos poderes políticos constituídos na República, mas também na literatura, no cinema e, mais recentemente, na televisão” (KLEIN, 2008, p. 229).

A palavra *bugre*, do século XVI, é uma expressão do olhar do colonizador e esse olhar constitui raiz de discriminação, provocando uma “desqualificação do Indígena por meio de sua designação como atrasado, selvagem, sem cultura” (CABRAL, 2013, p. 89).

Cristian Wariu, da etnia Xavante, em seu canal do Youtube, explica que a palavra *índio* é incorreta ao se referir aos Povos Indígenas, porque foi criada equivocadamente pelos primeiros navegantes ao chegarem nessas terras e acreditarem ter chegado às Índias.

O correto é Indígena, que é o oposto de alienígena. E que é um perfeito exemplo, pois, como todo mundo sabe, alienígena é algo que vem de fora do planeta ou de fora da terra. Dessa forma, a palavra Indígena é o oposto disso, que seria algo nativo da terra ou originário da terra. (WARIU, 2018)

Em entrevista ao programa Roda Viva, o escritor e ambientalista Kaká Werá comenta os vocabulários usados para descrever os Povos Indígenas. Ao ser perguntado por um jornalista se ele sente preconceito linguístico, o Indígena respondeu especificamente sobre o termo *índio*, que também surgiu no século XVI.

[...] o que é o índio nessa história? Durante os primeiros 70 anos ele foi modelado para ser o escravo dessa história. E depois desse período, o índio era associado a moeda. Índio nada menos é, naquela época, do que moeda de troca. Escravo e usado como moeda. [...] Quando veio a mudança de escravização, quando a escravização passou a ser africana, o índio passa a ser estorvo, aí nasce a profissão de bugreiro, que é o caçador de índio. Que é aquele sujeito que ganhava por par de orelhas cassados. E desde então ele passa a ser um estorvo, e por incrível que pareça esse modelo do século XVI é o mesmo modelo que está por aí. [...] Então, tudo isso, o conceito de índio guarda pra nós essa dor. (WERÁ, 2017)

Werá diz que não existe apenas uma dominação correta para se direcionar a eles, mas “o que nós, entre nós, colocamos é: Povos Originários, Cidadãos Originários... tanto quanto cidadãos e povos de outras culturas” (WERÁ, 2017). O escritor foi questionado também se a palavra ‘Indígena’ soa como ofensivo e ele explica que não, mas volta a pontuar que não se deve usar uma palavra, como por exemplo *índio*, para se referir a todos eles, diante da diversidade de etnias existente no Brasil. (WERÁ, 2017).

Célia Xakriabá (2021), no *podcast* ‘Papo de Parente’, da plataforma do Globoplay, afirma que, além da palavra *índio*, a palavra *tribo* também condiz ao olhar do colonizador e que não leva em conta as dores e o processo cultural da diversidade dos Povos Indígenas do Brasil, os tratando como se fossem primitivos e não civilizados.

[...] até a Organização das Nações Unidas reconheceu o peso e o jeito pejorativo da palavra da palavra tribais. É muito importante retomar o significado da palavra e da história. Os Povos Originários do Brasil se reconhecem muito mais por serem chamados Povos Indígenas. Use a palavra povo, use a palavra aldeia. (XAKRIABÁ, 2021)

Sobre este mesmo termo, Daniel Munduruku conta que ao ser questionado qual seria a sua *tribo*, ele sentiu a necessidade de explicar que esta palavra não é adequada para identificar os Indígenas, pois identifica, de forma humilhante, um determinado grupo.

No Brasil, há muitas tribos urbanas que usam um certo linguajar, vestimentas, símbolos, etc. Mas na hora de comer, todos correm para os supermercados para comprarem seus alimentos. São grupos dependentes da economia nacional. Isso é uma tribo. Ela é sem autonomia e sem organização social própria, está submetida às leis nacionais. Nossa gente não é tribo porque tem autonomia, independência, organização social, língua, economia e manifestações culturais que se distinguem das nacionais. Por conta disso, a palavra tribo precisa ser substituída por povo. Não tenho uma tribo, mas faço parte de um povo. Nesse caso, Munduruku. (MUNDURUKU, 2024)

Na mesma linha, Wariu diz que *tribo* é uma denominação europeia criada para hierarquizar os diferentes povos, do selvagem ao bárbaro e, por fim, ao civilizado. “O que é um erro, pois, povos, diferentemente disso, não são superiores ou inferiores. Apenas têm costumes, tradições e organizações sociais e políticas distintas” (WARIU, 2018). Ele enfatiza que, ao invés de *tribo*, é possível utilizar os termos povos, nações, comunidade, aldeia, ou mesmo perguntar a denominação na língua originária do povo que está sendo mencionado.

Outro termo que poderíamos mencionar é “índio puro”, considerada uma expressão racista. Também há uma diferenciação entre Terras Indígenas, que se refere a um território tradicionalmente ocupado, que pode ser demarcado ou não, e Reserva Indígena, território concedido para demarcação (Funai, 2025).

Durante as entrevistas, foi possível notar diferenças no vocabulário adotado pelos repórteres, especialmente entre aqueles que demonstram ter menos contato direto com os Povos Originários. JN12, por exemplo, utilizou diversas vezes o termo “Indígena”, mas também recorreu à palavra “índio” em alguns momentos. No total, ele mencionou “Indígena” 16 vezes e “índio” em sete ocasiões. Essa oscilação no uso dos termos pode indicar não apenas um distanciamento em relação às discussões mais atuais sobre a forma adequada de nomear esses Povos, mas também revela como a linguagem jornalística, em certos contextos, ainda reproduz padrões coloniais de representação, muitas vezes por falta de aproximação, formação ou reflexão crítica sobre o tema.

Questionado se há alguma orientação ou direcionamento da emissora empresa sobre a pauta indígena, até mesmo sobre quais vocabulários utilizar, JN13 diz que não há direcionamentos. Que há sim para outras questões como

LGBTQIAPN+<sup>35</sup>, mas que as questões Indígenas ficam sempre de fora. E, apesar de já ter trabalhado e simpatizar com os Povos Indígenas, JN13 também falou, durante a entrevista, a palavra “índio” diversas vezes.

Com o avanço na cobertura Indígena nos últimos anos, relatado pela JI1, houve a necessidade de levar Indígenas até a emissora em que trabalha, no ano de 2021, para fazer uma reunião e explicar diversos assuntos relacionados a estes povos, incluindo a questão dos vocabulários.

Nos últimos anos a gente tem tido uma abertura maior para fazer esse tipo de assunto, né? Trazer esse tipo de tema. É, ainda, um tema que poucos na TV conhecem assim, né? Tem esse contato mais próximo. Então, por exemplo, em 2021, eu levei um Cacique e um Indígena, né? E fiz uma reunião com eles e com os editores e produtores da TV para trazer um pouco do contexto do Povo Indígena no Brasil, eles entenderam como é que era a situação atual, como é que funcionavam as leis, a FUNAI, estava ainda naquela discussão do marco temporal [...]. Então, a gente fez esse bate-papo, e principalmente também para trazer a questão do vocabulário, né? O que que hoje é adequado dentro das reportagens e o que não é mais considerado adequado. Para eles entenderem o porquê, não usar o termo índio, por exemplo, numa reportagem ou tribo, né? Troca por aldeia, por povo, por etnia, enfim. Mas a gente foi trazendo isso e pretendemos fazer isso de novo. (JI1, 2025)

Hoje, em outra emissora, JI1 entende que é importante trazer esta discussão novamente para a redação.

Então a gente dialoga e estamos tentando, já programando de fazer uma nova reunião, um novo evento desse, para trazer mais uma vez, porque eu atualmente sou, a repórter que mais trata desse assunto. Mas eu não posso ser a única, né? Porque se um dia eu não tiver aqui, ou enfim, um dia precisar, os outros precisam saber fazer e ter esse acesso e saber lidar com respeito. Então, eu sempre me preocupo com isso e eu sempre falo aqui na TV. (JI1, 2025)

Já a JI2 disse que, assim que foi contratada, percebeu a movimentação das pessoas que trabalham na redação em relação aos termos utilizados pelos jornalistas para se referirem a estes povos, e JI2 acredita que o fato de ser Indígena influenciou muito nisso.

Os termos [...] que os Indígenas gostam de serem chamados, de não

---

<sup>35</sup> A sigla indicada representa: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binária.

serem chamados, de não serem utilizados, eu fui conversando com os meus colegas, né, assim, não chamar de índio, por exemplo, né? Isso há 4 anos que eu estou lá. Ainda se chamava dessa forma. Mas por que não pode chamar? Ah, é porque eles não gostam por causa disso, disso, disso e fazia explicação. né? E aí, hoje eu vejo que na redação não existe esse erro, digamos assim, né? Todos falam o termo que as pessoas Indígenas gostam de ser chamadas, mas isso precisou ter uma conscientização no grupo, olha, por isso, por isso, por isso, né? Todos os termos que não são não são interessantes, não são legais, né, de se usar. E aí [...] eu percebi que houve uma conscientização a partir do momento que se tinha uma jornalista Indígena dentro da redação. E eu tive que exercer esse papel de poder ajudar os meus colegas a fazerem a coisa certa em relação a essas pessoas. (J12, 2025)

Sobre essas mudanças nos vocabulários, JN14 entende a importância de se referir aos Povos Originários com as palavras adequadas e contou que este entendimento se deu com o passar dos anos e com a sua aproximação com os estes povos.

Eu acho que é a evolução, eu acho que aquilo que eu te falei. A gente tem que acompanhar as mudanças, né? A gente tem visto isso acontecer. Imagina, se a gente for colocar agora o que mudou nos últimos 30 anos, se nos últimos 10 anos mudou muita coisa, imagina nos últimos 30, ou você acompanha, ou você fica para trás. Não adianta querer ficar batendo na tecla: “ah, eu vou falar índio”. Não, querido, não pode. Vamos, vamos olhar para frente, né? Eu acho muito legal. E eu sei, se você pegar VT meu antigo, falo ‘o índio’. Sim. Né? Hoje você não consegue nem falar, até sai, mas você tem que se corrigir na hora, né? (JN14, 2025)

Ao ser questionado se isso partiu de uma orientação da empresa ou dele, JN14 disse que este movimento partiu dele.

Eu acho que partiu de mim, né? A gente tem que estar conectado, né, Katia, tem que estar ligado no que tá acontecendo, a gente é jornalista, né? A gente tem que ver as coisas mudando. A gente tem que estar tem que estar ligado na molecada mais nova, porque a molecada mais nova tá mais ligada com a gente, né? Não tem que ter preconceito, tem que chamar esse pessoal para junto de nós, né? (JN14, 2025)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, JN11 concorda que as pessoas, incluindo os Povos Indígenas, devem ser chamados da forma que eles querem ser chamados.

Eu não sei o tanto que as pessoas sofrem para mudar determinados conceitos. Eu não consigo compreender. “Ah, eu não posso falar isso,

eu não posso falar aquilo.” Não pode. Para de falar e fala de outra maneira, você não é um imbecil. É uma questão um pouquinho de compreensão do local onde você tá, cara. As pessoas viajam muito nesse sentido de “ai, mas não pode isso, ai, é muito mi mi mi”. Não cara, não é mi mi mi. É que essas pessoas até então não foram ouvidas para saber como elas gostariam de ser chamadas. E se agora elas foram ouvidas e elas querem ser chamadas dessa maneira, nós vamos chamá-las da maneira como elas querem ser chamados. (JNI1, 2025)

O uso consciente dos vocábulos não é uma questão de “excesso de cuidado” ou “exigência exagerada”, como ainda se ouve em certos discursos, mas sim um passo fundamental para romper com as heranças coloniais que historicamente silenciaram e nomearam esses sujeitos a partir de olhares externos. Jornalistas, muitas vezes, falam de forma leviana palavras sem ter a menor ideia da dificuldade e da gravidade que elas evocam, muito menos das responsabilidades em que implicam em pronunciá-las para milhares de telespectadores (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Expressões como *índio*, *bugre* e *tribo* carregam séculos de opressão e tutela. Ao ouvir e respeitar como esses Povos desejam ser chamados — *Povos Indígenas*, *Povos Originários*, *aldeias*, *Territórios Indígenas* —, o jornalismo reconhece o direito de cada comunidade de se autodefinir e afirma, na linguagem, uma prática decolonial, o que configura em um ato de escuta, reparação e responsabilidade coletiva.

#### 4.5 O OLHAR DO REPÓRTER

No decorrer das entrevistas, solicitamos aos repórteres que indicassem uma reportagem de sua autoria relacionada à temática. Essa solicitação teve como objetivo compreender de que maneira o olhar jornalístico do repórter é direcionado na abordagem do tema. Assim, os materiais indicados foram objeto de uma análise exploratória, sendo consideradas documentos que nos informam de maneira complementar sobre os temas abordados nas entrevistas. Dois dos repórteres não forneceram a gravação, explicando que não conseguiram acesso ao arquivo, que era bastante antigo.

As duas reportagens indicadas por JNI1 foram produzidas a partir de uma sugestão dele e de uma produtora e são sobre uma disputa de terra envolvendo Indígenas e fazendeiros que se arrasta há anos. As matérias foram exibidas em dois

dias consecutivos no telejornal noturno de abrangência estadual, caracterizado por ser a edição local da emissora com menor duração, mas que apresenta os maiores índices de audiência. A primeira reportagem teve cerca de 12 minutos de duração e a segunda, nove. JN11 relatou que a produção dessas matérias levou cerca de seis meses. Apesar de ter tido a oportunidade de ir a campo anteriormente, optou por adiar a ida por entender que a equipe ainda não havia conquistado a confiança necessária dos Povos Originários, o que ele considerava essencial para garantir a integridade e a profundidade da cobertura.

[...] talvez seja uma das matérias, assim, com relação aos Indígenas mais desafiadoras que nós fizemos. Porque nós levamos mais ou menos seis meses para conseguir nos aproximar. [...] Porque a primeira coisa que nós decidimos é que primeiro nós íamos estabelecer um contato com aquela comunidade Indígena. A gente não queria ninguém atravessando. Porque há vários elementos de em volta desse conflito. E a gente decidiu que nós só iríamos até lá quando nós tivéssemos um contato com esses Indígenas. [...] Quando nós conseguimos esse contato, nós fomos juntos, tava o Ministério Público, foi para um para uma ação de conciliação e aí nós conseguimos entrar na comunidade. E nós entramos na comunidade ao ponto de que ficamos muito à vontade. Porque aquelas lideranças Indígenas nos autorizaram, eles nos reconheceram. E aí eu pedi, eu falei assim: "Ó, por gentileza, você pode colocar alguém comigo para eu poder percorrer aqui o território?" Eles colocaram alguns Indígenas para andar com a gente. Nós fomos até os lugares onde as casas tão sendo queimadas. E aí a gente foi estabelecendo essa relação. E nós somos a única equipe de televisão autorizada a entrar. Tinha outra equipe de televisão, mas eles não foram autorizados. Essa confiança que foi depositada na nossa equipe fez com que eles ficassem muito tranquilos depois para gravar com a gente. Vale deixar claro, pro direito, para democracia não é o ideal, né? Liberdade de imprensa, as pessoas têm sim, a gente tem que noticiar isso. Mas é importante levar em consideração a confiança depositada na equipe. Eles só autorizaram aqueles que eles confiaram. (JN11, 2025)

Ficou evidente, ao longo do processo, a preocupação da equipe em respeitar os costumes, a cultura e o tempo dos Povos Indígenas, mesmo antes do contato direto. O trabalho foi conduzido com o cuidado de primeiro estabelecer vínculos de confiança com as comunidades visitadas, para só então realizar as entrevistas e registrar as imagens, sempre demonstrando empatia e escuta atenta. Na primeira reportagem, JN11 apresentou o histórico do conflito, contextualizando desde suas origens até a situação atual, destacando episódios de tensão e violência que resultaram em feridos. A matéria contemplou diferentes perspectivas: além de ouvir lideranças Indígenas, o jornalista também buscou os posicionamentos de

fazendeiros que alegam ter adquirido as terras legalmente e possuem escritura. JN11 procurou evidenciar a complexidade do conflito, sem reduzi-lo a uma narrativa simplista. Na segunda reportagem, foram abordadas possíveis soluções discutidas pelo poder público, bem como algumas iniciativas que têm surtido efeitos positivos. A matéria ressaltou a importância de uma resolução que contemple os interesses e direitos de ambos os lados, evidenciando o papel do diálogo e da mediação institucional nesse processo. Segundo JN11, essa foi uma das matérias mais difíceis que já fez relacionada à temática.

[...] o estado brasileiro não dá a terra e depois disso agricultores compram essas terras também, legalmente. Então assim, o agricultor tem direito sobre aquela terra. Mas o Indígena também tem. Então é um conflito que é muito difícil, foi muito difícil escrever porque todo mundo tem razão. Todo mundo tem um pouco de razão. E eu não tava lá para ficar nem do lado dos Indígenas e nem do lado dos agricultores. É óbvio que eu vou tá do lado da humanidade. Eu não posso permitir que Indígena seja vulnerável dentro da sua casa de reza. Os caras vão lá fazer o seu ritual e são alvejados com bala. Obviamente que eu não sou a favor a isso, entendeu? Então, assim, “ah, você vai ficar a favor do Indígena?” Nesse caso, obviamente que eu sou, né? Pois bem, então, a nossa missão ali foi ouvir todo mundo. Nós ouvimos absurdamente todo mundo. [...] Então, assim, foi um período foi uma reportagem muito delicada, levou 6 meses na nossa produção, nós ficamos 3 dias no local para poder mostrar essa realidade. Foi bastante difícil, mas talvez seja uma das matérias mais importantes que eu tenha feito. (JN11, 2025)

Ao assistir as duas reportagens indicadas por JN11 percebemos que é possível ser sensível e comprometido com a realidade dos Povos Indígenas, mesmo dentro dos limites e exigências do formato televisivo. A postura da equipe, especialmente do jornalista, ao priorizar a construção de confiança com as comunidades antes da ida ao local, revela uma prática que se aproxima de uma escuta decolonial — uma escuta que reconhece os saberes e os tempos dos Povos Originários. As reportagens também apresentaram diferentes pontos de vista e explicaram o conflito de forma mais completa, sem cair em simplificações ou em discursos prontos. Isso mostra que a presença de profissionais com consciência e respeito pode transformar a forma como os Povos Indígenas são mostrados na televisão, ajudando a corrigir erros históricos e a construir uma comunicação mais justa.

JN14 indicou uma reportagem que, em sua avaliação, representou uma virada de chave na cobertura da temática na região onde atua. Após anos de

trabalho, o repórter produziu uma matéria com e sobre os Povos Indígenas que não estava relacionada a conflitos, mas sim a uma assembleia de mulheres Indígenas que reuniu diversas etnias. Ao assistir à reportagem, percebe-se um bom entrosamento com a comunidade, pois além de explicar o que era e o que seria discutido na assembleia, ele destacou rituais, descreveu seus significados e comentou sobre os adereços utilizados pelas mulheres. Em sua passagem – momento em que o repórter aparece na matéria – ele foi pintado e explicou que isso simbolizava ser bem-vindo espiritualmente e estar protegido contra espíritos do mal. Esse gesto, ao mesmo tempo que evidencia o vínculo construído com o grupo, também revela uma estratégia comunicativa: ao realizar uma passagem interativa, ele aproveitou a oportunidade para tornar a reportagem mais atrativa e para reforçar visualmente sua presença e aceitação no contexto da comunidade.

[...] eu gravei a passagem dela me pintando, a minha passagem foi uma passagem muito conversadona, assim. Na verdade não era a ideia, mas o cinegrafista levantou a câmera, pegou o microfone, para mostrar ela me pintando, que era o sinal de boas-vindas à equipe e tudo, então assim, foi... eu senti que eu tava sendo de fato recebido de verdade por eles, né? E foi com essa que eu já cheguei falando algumas palavras em guarani, então acho que eu já tenho a confiança dela na hora, né? E aí ela me pintou tudo, ficou bem bonita. Foi um VT curtinho [...], mas eu achei que ficou muito redondinho. (JN14, 2025)

Como é possível ver em sua fala “eu achei que ficou redondinho”, ele comemora a estratégia de sucesso. JN14 também não generaliza os Povos Indígenas, mas destaca nomes de etnias e utiliza palavras da língua Indígena, seguidas de uma tradução. Para ele, é preciso ampliar o número de reportagens que mostrem a cultura e a força destes povos.

Porque são brasileiros, né? Eu acho que é isso, a gente é um país muito diverso. isso, a gente tem que olhar para todos os brasileiros. E eu acho que falta olhar para todos os brasileiros. É aquilo que eu te falei, eu volto naquela história. A nossa empresa, a nossa imprensa é muito sudeste sul, né? A nossa imprensa é muito dirigida às grandes capitais, né, às grandes cidades. A nossa imprensa não olha mais a fundo para o para o Brasil profundo, né? E isso aqui é Brasil profundo. Você imagina que tem \*\*\*\*<sup>36</sup> mil indígenas na aldeia de \*\*\*\*<sup>37</sup>. É gente por caramba, né? (JN14, 2025)

<sup>36</sup> Ocultamos o número de indígenas para que o repórter não seja identificado.

<sup>37</sup> Ocultamos o nome da aldeia para que o repórter não seja identificado.

A reportagem analisada também foi exibida no telejornal noturno e teve duração de cerca de 2 minutos e 30 segundos, na qual foram incluídas declarações de cinco entrevistadas. Em razão da quantidade de fontes ouvidas e do tempo da matéria, os trechos de fala atribuídos a cada uma delas foram relativamente breves, bem como aconteceria em reportagens de outros assuntos e com o mesmo tempo. Observa-se que, embora seja uma reportagem de curta duração, esse tempo é considerado significativo dentro dos parâmetros do jornal em questão. No contexto jornalístico, é comum que determinadas pautas recebam até menos tempo de exibição, ao passo que reportagens especiais, mais aprofundadas, eventualmente, contam com maior espaço na grade.

Falando em reportagens especiais, JI1 indicou uma série de quatro reportagens que produziu para o mesmo telejornal noturno, mas de outro estado, em comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas. As reportagens foram exibidas aos sábados e resgataram a história dos Povos Indígenas no estado, recuperando as que foram apagadas. As reportagens têm entre seis e sete minutos e contam com um olhar mais aprofundado na temática. Segundo a repórter, ela e mais três pessoas pesquisaram a fundo sobre o tema durante três meses – o que ela mesma reconhece que seria impensável em afiliadas.

Foi uma abertura que a TV deu e foi muito bacana, assim, né? A gente teve tempo. Aqui a gente tem, né. Nas afiliadas, nem sempre dá por conta da estrutura de equipe, mas aqui, como são muitas, eles conseguem separar em núcleos, então nós tivemos um núcleo, nós ficamos por 3 meses separado da escala diária, só pesquisando, conversando com antropólogos, né? Na equipe era eu como repórter, um produtor, um cinegrafista e um editor. E a gente se aprofundou nesse assunto, assim, e aí depois a gente gravou, conseguiu trazer esse projeto. [...] E inclusive, assim, é até bom ressaltar também o quanto que esse tipo de trabalho, de trazer essa conscientização, na TV é importante para eles, para realidade deles e eles enxergam isso. E eles agradecem por isso, inclusive. (JI1, 2025)

Ao observar as matérias, nota-se que o trabalho de JI1 contribuiu para dar visibilidade a histórias, identidades e formas de resistência dos Povos Indígenas, frequentemente silenciadas pelos processos históricos de apagamento. Contrariando a narrativa eurocêntrica que ainda restringe o início da história do Brasil à chegada dos colonizadores em 1500, a série reconhece e amplia o espaço para vozes e saberes originários, respaldando-se em estudos que reafirmam sua anterioridade e permanência. Além disso, a repórter enfatiza a pluralidade étnica existente no estado

em questão, buscando romper com a visão reducionista que homogeneiza os indígenas como um único grupo. Também é enfatizado que os indivíduos Indígenas mantêm sua identidade mesmo quando inseridos em contextos urbanos.

É uma realidade indígena que poucos conhecem, né? Que eu mesma não conhecia, eu me surpreendi, né? Porque a gente tem, realmente, esse hábito da imagem do indígena na mata, do tradicional, né, do que tá ali fazendo as rituais, mas hoje o que eu busco, inclusive, com o meu trabalho é desmistificar isso e mostrar que o indígena é como qualquer outra pessoa, inclusive, né, com uma capacidade intelectual como qualquer outra pessoa, né? Que ele não precisa ser tratado como um bicho, que tem gente que ainda trata, né? (J11, 2025)

No que diz respeito à questão identitária, é notável a intenção de J11 em desconstruir estereótipos sobre os Povos Indígenas. Uma das reportagens da série evidencia que a identidade Indígena não pode ser reduzida a traços físicos ou a um modelo visual único, reforçando que não é possível reconhecer um indígena apenas ao olhar, uma vez que há uma diversidade de características culturais, sociais e fenotípicas que compõem essas identidades. Essa abordagem contribui para romper com a imagem folclórica e homogênea do Indígena genérico, frequentemente limitada à vivência em áreas rurais ou à prática de rituais, destacando, assim, a presença ativa e plural dos indígenas nos mais diversos espaços da sociedade contemporânea.

A gente quis trazer também uma questão didática para as pessoas sobre identidade. Então, a primeira reportagem tratou de identidade Indígena. O que é ser indígena hoje? E diferenciar, por exemplo, [...] a questão da identificação como pessoa negra, ela é muito também pelo colorismo, né, pelos traços, pelo fenótipo, mas na questão indígena, não tem como você estabelecer um padrão nesse sentido. "Aí o indígena é só indígena se você tiver esse tom de pele, se ele tiver esse olho assim, se ele tiver o cabelo lisinho", porque cada povo é muito característico. Então a gente fez inclusive um mosaico mostrando vários rostos de Indígenas e mostrando que na verdade o Indígena ele se identifica pela sua origem e cultura, né? Eles falam que ser indígena está no sangue, né? Então tem Indígenas ali que a pele bem é clarinha e o cabelo bem bem lisinho, mas a gente mostrou os [...] que tem a pele negra e cabelo cacheado, né? Então, não tem como você olhar e falar: "Hum, você é indígena, você não". (J11, 2025)

Uma reportagem especial também foi a indicada por J12 e feita para o mesmo telejornal do período da noite, mas de outro estado. Assim como a anterior, essa matéria foi veiculada em alusão ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, ocupando aproximadamente oito minutos da grade jornalística. A reportagem abordou

uma língua Indígena de sinais, originada em uma aldeia. O tema ganhou ainda maior visibilidade ao ser veiculada em uma versão adaptada no *Jornal Hoje*, atingindo o público em âmbito nacional. Nessa cobertura, *J12* enfatizou não apenas a importância da preservação das línguas nativas, mas também a necessidade de reconhecê-las, protegê-las e promovê-las, como forma de valorização das culturas originárias e fortalecimento das identidades Indígenas.

Pude me colocar, né, como jornalista Indígena e isso de maneira nacional, né? E isso mostrando que os indígenas são jornalistas também, né? E que são fortes, que são, assim, que tem, por mais que a gente esteja no terceiro milênio, né, a gente tem as nossas tradições, as nossas línguas, né? A nossa cultura que é preservada. (*J12*, 2025)

O fato de a reportagem ter sido produzida por uma jornalista Indígena trouxe uma sensibilidade a mais ao material. A presença de *J12* como narradora da própria história, ainda que de forma indireta, trouxe uma dimensão subjetiva e afetiva à narrativa jornalística, enriquecendo a abordagem com uma perspectiva de pertencimento. Em um dos momentos, a jornalista compartilhou que se lembrava de apenas três palavras da língua originária de sua família, revelando, com emoção, as marcas deixadas pelo processo de apagamento linguístico e cultural. Essa dimensão pessoal reforça a importância de se considerar vozes indígenas na produção midiática, não apenas como fontes, mas como protagonistas na construção de representações mais autênticas e comprometidas com a diversidade.

Uma das passagens... eu tava numa roda com a minha família de um lado, a dona Ondina [entrevistada] e a família dela [do outro lado]. Quando eu falei as únicas três palavras que eu sei da minha família, né? E eu falando isso e eu perguntando pra Dona Ondina. Ela falou: "É pai dá água". Aí eu fiquei emocionada porque eram as três palavras que eu lembrava. Meu pai não falava, porque assim, quando vem para a cidade, o indígena, naquela época, eles queriam se apagar para não sofrer a discriminação. Então ele não passou para mim essa língua, né, que me faz falta. E aí eu falo nessa passagem que preservar essas línguas, né, seja as de sinais ou seja a língua materna, é importante, porque quando eu sento numa roda, como essa, onde tá na minha família, eu não consigo entendê-los, né? Eu não consigo fazer todos os significados que vão fazer a minha interação com os meus primos, né? Então assim, foi muito interessante que aí é essa passagem, né, que é uma passagem de depoimento, digamos assim, encerra o meu material, né? Quase encerra. E, inclusive, assim, no *Jornal Hoje*, que deu essa matéria depois, não cortou essa passagem, né? Entrou duas passagens a que eu fiz na escola, sobre a língua e isso também, porque é o meu pertencimento, né? Eu como jornalista indígena ali fazendo aquela pauta, né, e estando junto daquelas pessoas. (*J12*,

2025)

O bom resultado da reportagem também está relacionado ao fato de ter sido produzida por uma repórter Indígena, com vínculo direto com os territórios, os modos de vida e as formas de expressão destes povos. A afinidade com a pauta e o pertencimento étnico-cultural da jornalista possibilitaram uma abordagem mais sensível e respeitosa, mesmo diante das limitações de tempo e logística enfrentadas durante a produção. A repórter JI2 relata que teve pouco tempo para produzir a matéria em campo, uma vez que as pautas estavam localizadas em territórios distantes da redação e deveria fazê-la em poucas horas.

Eu tinha que ir num domingo lá para a aldeia, né? A gente saiu daqui 5 e pouco da manhã e aí a gente tinha a primeira pauta por volta de 8 horas, que era na escola, onde uma das intérpretes falava a língua [...] de sinais e que vários Indígenas estudavam lá. E aí, assim, eu tinha que voltar 4 horas da tarde para lá [para a redação]. Depois disso eu tinha que ir para almoçar e ir para a aldeia, que é um pouco mais distante, né? Assim, para eu conversar com os Indígenas, mostrar aquela história, fazer as imagens, com o que eu tinha, entender um pouco mais da história... Eu mesma fiz a pauta. Então eu já tinha conversado com a dona Ondina, né? Eu já estava sabendo um pouco mais, né? Já tinha feito um preparatório. Eu tive 1 hora e meia no máximo para eu conversar com todo mundo e fazer algo mais especial. E aí, é até interessante, porque a minha família, meus tios, primos e primas que moram foram para lá, fizeram uma caravana e foram para a aldeia e estavam me esperando. E lá na aldeia onde eu tinha que fazer a matéria e eu tinha que conversar com eles, abraçar todo mundo e conversar com a fonte que eu não conhecia, que eu tinha que conhecer. Olha, uma loucura, né? Assim, mas eu sabia que aquilo era importante e foi importante para, assim... o meu tio tava lá conversando com a com a Dona Ondina e a Dona Ondina, quando eu falava para ela que eu era Indígena, parece que ela não acreditava muito. Aí hora que ela viu toda minha família Indígena lá, inclusive os caciques da minha aldeia conversando porque era eram conhecidos de escola, ela falou: "JI2, você é indígena mesmo". Eu falei: "Eu sou dona Ondina". E aí ela se soltou mais para conversar comigo, né? (JI2, 2025)

É notável que a relação de confiança entre a entrevistada e a repórter se deu de maneira mais rápida pelas duas serem indígenas. Com isso, a fonte pôde se sentir mais à vontade e segura para conversar e contar sua história com maior liberdade e sensibilidade. Isso nos traz a reflexão sobre como essa dinâmica seria distinta caso a reportagem tivesse sido conduzida por uma pessoa não Indígena, especialmente sob as mesmas condições de tempo. Um repórter externo àquela

realidade cultural poderia enfrentar dificuldades para interpretar os códigos sociais locais, entender os protocolos de aproximação com a comunidade e, sobretudo, conquistar a confiança das fontes Indígenas em tão pouco tempo. Sem esse vínculo prévio ou um entendimento aprofundado da temática, a escuta poderia ser parcial, limitada ou superficial, o que impactaria diretamente na qualidade da reportagem.

## 5 REPENSAR

*Mergulhei no rio profundo  
Rio de espiritualidade  
Rio que me traz esperança  
Rio de ancestralidade.*

**Márcia Kambeba**

Para que jornalistas e empresas de comunicação melhorem os conteúdos veiculados, é fundamental repensar a forma como a notícia é construída antes de ir ao ar. Esse cuidado ajuda a evitar a reprodução de preconceitos e estereótipos. Dentro do objetivo de refletir sobre como os jornalistas de televisão interagem com as pautas e os sujeitos Indígenas, é importante repensar a sobrecarga de trabalho: cada vez mais funções são acumuladas, restando pouco tempo para a reflexão. Podemos considerar isso como uma barreira estrutural e sistêmica que restringe a possibilidade de jornalistas não Indígenas compreenderem as formas Indígenas de saber, fazer, pensar e sentir para representá-los adequadamente no contexto de seu trabalho jornalístico. A mudança precisa ser discutida em todo o processo jornalístico e também na universidade, para que os alunos já saiam com uma bagagem de pensamentos que vão delinear a sua prática jornalística.

A naturalização das rotinas de produção é um problema, pois se pensa que essa é a única maneira de fazer jornalismo, e vários teóricos e sociólogos já apontaram problemas neste processo, como Bourdieu, Tuchmann, Schudson, mas não acenaram uma perspectiva de alteração deste quadro (MORETZSOHN, 2007).

Assim, a teoria esbarra em seus próprios limites; impotente para intervir na realidade, refugia-se em sua própria coerência interna e conforma-se com o mundo "tal qual é" ou compraz-se em denunciá-lo, e rejeitá-lo. [...] da mesma forma que em qualquer atividade profissional, o jornalismo tem o seu cotidiano, no qual é preciso internalizar determinados procedimentos, do contrário o jornal não sai. No entanto, é na própria estrutura desse cotidiano - na acepção dialética lukacsiana - que se poderá buscar os elementos para a crítica prática da naturalização das rotinas - e da naturalização dos fatos, que elas carregam consigo -, sobretudo pela promessa de esclarecimento que define a atividade jornalística: trata-se do processo de suspensão da cotidianidade, vital para que essa promessa se cumpra. (MORETZSOHN, 2007, p. 238)

Lidar com o imediatismo dos fatos, ter distanciamento, lidar com o

cotidiano em busca de elementos de crítica, considerando as condições de produção, principalmente na era do “tempo real” é viável (MORETZSOHN, 2007). Entre verdade e a velocidade, sendo que a primeira é a informação checada e confiável, e a segunda é a necessidade de chegar antes do concorrente, “a ‘verdade’ deveria ter prioridade, embora o que costume ocorrer seja o contrário, pois prevalece a lógica da concorrência” (MORETZSOHN, 2007, p. 239).

A sobrecarga do trabalho também é um fator determinante que traz consequências ao processo de apuração das informações, como alertava Andringa ainda em 2005:

Acabou o tempo em que o jornalista de televisão se via forçado a esperar pela revelação do filme, ou por uma ilha de montagem onde um técnico disponível pudesse montar a sua peça gravada em vídeo. Hoje, ele próprio pode montar a sua peça, às vezes antes ainda de chegar à redação, tal como um seu colega trabalhando num jornal pode formatar o texto que acabou de escrever, com o número de caracteres pré-determinado pela chefia. Para a administração, esta capacidade de polivalência significa a possibilidade de redução de pessoal e de obtenção de maiores lucros. Mas, para o jornalista, essa capacidade de aliar a competência técnica à interpretativa pode significar uma consciência da urgência totalmente contraditória com o tempo necessário ao enquadramento/contextualização de uma notícia. Como explicava, recentemente, uma jovem profissional de televisão, "se sei que vou ser eu a montar, torno a coleta de informação o mais simples possível, para ter tempo". (ANDRINGA, 2005)

Diante do atual cenário da indústria jornalística marcado pela redução das equipes, desafios para se adaptar às novas tecnologias, pressões por produtividade e pela manutenção de um público fiel -, investir tempo e esforços no desenvolvimento de um jornalismo culturalmente sensível e comprometido com a diversidade dificilmente se torna uma prioridade para as redações tradicionais (GUEDES, 2024). Esse contexto repercute diretamente na forma como os Povos Indígenas são retratados.

A carência de espaços para discussão e preparo dos jornalistas para abordar esses questionamentos, faz com que a luta dos Povos Originários seja colocada em segundo plano no contexto sociocultural e político do país, o que é no mínimo contraditório, visto que esses povos habitavam as terras brasileiras quando o país foi descoberto, ou seja, eram os donos das terras. (ACOSTA, CRUZ, 2019, p. 14)

O jornalista vive em constante tensão entre “seu compromisso de

esclarecimento, que exige uma desnaturalização dos fatos, e a tendência à naturalização que as rotinas de produção e as expectativas do público favorecem e ajudam a consolidar” (MORETZSOHN, 2007, p. 251). A lógica imposta por essas rotinas enfraquece o ideal jornalístico — mas é justamente no exercício cotidiano de “suspensão da cotidianidade” que se torna possível resistir a esse quadro (MORETZSOHN, 2007). Portanto, é possível realizar mudanças começando pelo dia-a-dia da profissão.

Se assim não fosse, estaríamos condenados a aguardar eternamente por um momento de ruptura para o qual entretanto não estaríamos compelidos a contribuir, conformados à condição de peças de uma engrenagem que funcionaria independentemente de nosso desejo e confiantes em que as contradições dessa mesma engrenagem fizessem por nós o serviço. (MORETZSOHN, 2007, p. 286)

É possível o jornalismo se revelar como um criador, apesar as condições em que se desenvolve, trabalhando no “processo de suspensão da cotidianidade, capaz de levar à reflexão e de fornecer, no movimento de retorno ao cotidiano, elementos que contribuam para um novo senso comum” (MORETZSOHN, 2007, p. 286).

A revolução no jornalismo, portanto, não é dissolvê-lo no cotidiano, mas desmistificar o cânone da imparcialidade para fazê-lo assumir seu papel no jogo de forças que compõe a sociedade. Apenas desta forma o jornalismo pode de fato cumprir sua promessa de esclarecimento, esclarecendo previamente que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação. [...] Obrigado a lidar com a informação imediata, o jornalismo frequentemente se limita a ela. Mas é falso dizer que deixa de contextualizá-la, como quem focaliza a árvore e perde a dimensão da floresta: a contextualização está ali, alienada, reiterando o senso comum a partir das “interpretações prontas”. Pensar contra os fatos significa preservar a relação do jornalismo com o imediato, imprimindo-lhe o duplo movimento de abranger a floresta a partir das árvores para revelá-las em sua conexão singular com o universo a que elas pertencem. Noutras palavras, partir do fenômeno para conectá-lo ao processo. (MORETZSOHN, 2007, p. 288 e 289)

Duncan McCue (2022) dá dicas que podem auxiliar o jornalista a se tornar este ‘criador’ que Moretzsohn defende. Por exemplo, em vez de mostrar apenas os problemas enfrentados por comunidades Indígenas, é possível dar visibilidade às soluções construídas por esses próprios povos. Assim, os jornalistas devem fazer um exercício de buscar soluções, focar no futuro, no desenvolvimento - mostrar soluções

que informem, intriguem e inspirem o público. “Em vez de criar uma sensação de desolação e desespero sobre as comunidades indígenas, o jornalismo voltado para soluções pode dar aos espectadores e leitores uma sensação de esperança” (MCCUE, 2022, p. 32, tradução nossa<sup>38</sup>).

O fator tempo é reconhecido por McCue como um empecilho para serem mostradas soluções, ao invés de problemas, pois elas raramente são simples e raramente acontecem dentro do ciclo de uma notícia de 24 horas, ou seja, é preciso de mais tempo. Mas ele reforça que é preciso lutar por este tempo com os editores responsáveis pelo jornal, dizendo que isso fará diferença.

Além de repensar as barreiras estruturais e sistêmicas como o fator do tempo, é preciso que os jornalistas reflitam sobre si mesmos durante a própria atuação no dia a dia da produção, como expõe JI2.

Os jornalistas não Indígenas precisam, primeiro, estar sensíveis às lutas, entender as lutas dos Indígenas, né? As dores desses povos, que são mais de 300 povos no país, né. Tirar o preconceito, digamos assim, do coração e das mentes, né, vê-los como pessoas que são, importantes para que a sociedade se desenvolva, né. Pedir que eles observem como o dos Indígenas, né? São lindos, são importantes e podem contribuir com todos os aspectos da nossa sociedade, né? Tentar, a partir do momento em que se tem uma pauta Indígena, fazer um olhar que respeite, né, as tradições e as organizações dessas aldeias e desses povos, né, fazendo os pedidos de autorização, não desrespeitando essas hierarquias, não desrespeitando a língua desses povos, né? Não me colocando como superior a eles, né? Qualquer um desses povos. É, e fazendo o jornalismo de verdade, né? Com toda a ética, com todo o afeto que o jornalismo tem que ter, não só para Indígenas, mas com todas as pessoas, né? Um jornalismo humano. (JI2, 2025)

Portanto, além de refletirem sobre a própria visão em relação aos preconceitos com os Povos Originários, é preciso entender o funcionamento dentro da aldeia destes povos, respeitando, por exemplo, hierarquizações e pedidos de autorizações. Como destaca a pesquisadora brasileira Verônica Lima (2024), iniciativas que se colocam na “encruzilhada” do jornalismo não necessariamente se assumem como decoloniais, mas, ao menos, como “decolonizantes” — ou seja, “sensíveis e dispostas a incluir tal postura [de reconhecimento e valorização de outros saberes] no seu dia a dia” (2024, p.193).

---

<sup>38</sup> Instead of creating a sense of desolation and despair about Indigenous communities, solutions-oriented journalism can give viewers and readers a sense of hope.

Ao invés de buscar modelos prontos e perfeitos, Lima (2024) defende que é necessário “abrir caminhos pluriversais” para o jornalismo — caminhos que não negam a contradição, mas a acolhem como parte do processo de transformação. Em seus termos: “esse jornalismo ginga, dribla, rodopia, vai e volta, mas acontece sempre que há interesse em se posicionar pela vida diante de um mundo (e uma racionalidade) que cultiva e reproduz, explícita ou veladamente, a morte (literal e/ou simbólica)” (2024, p. 195).

É importante reconhecer, contudo, que o cenário não é homogêneo e que existem veículos de comunicação — como mídias independentes, canais alternativos, canais *all news* e alguns jornalistas de grandes redes — que já demonstram práticas mais cuidadosas, plurais e alinhadas a uma cobertura respeitosa e diversa, mesmo diante da pressão do tempo. Entre essas experiências, destaca-se o etnojornalismo, conceito que vem sendo desenvolvido com base em práticas comunicacionais protagonizadas por Povos Indígenas, impulsionadas pelo acesso às tecnologias digitais e à internet. Segundo Kaseker (2018), o etnojornalismo se diferencia das práticas convencionais por adotar modos de produção, expressão e distribuição distintos das lógicas dominantes do mercado midiático. Trata-se de um jornalismo alternativo, com vocação popular e comunitária, elaborado de forma participativa e engajada, que traz como especificidade a centralidade da questão étnica. Mais do que dar voz, essas produções são construídas com o protagonismo dos próprios sujeitos, incorporando valores culturais, epistemologias próprias e modos de narrar que se refletem na técnica, na ética e na estética das matérias veiculadas — geralmente em mídias livres, ativistas ou em veículos que se abrem à diversidade em sua linha editorial.

Segundo Lima (2024), “é possível produzir esse outro jornalismo, corporificado, vinculado, engajado com os impactos sociais. [...] Ele já está sendo produzido, mas não nos termos moderno-ocidentais, com modelos exemplares, com linearidade e coerência” (2024, p. 195).

Ainda assim, o foco deste trabalho recai sobre o jornalismo diário de telejornais *hardnews* da mídia hegemônica brasileira, cuja estrutura de produção, rotinas aceleradas e exigências de fechamento imediato limitam mais fortemente a possibilidade de reflexão e aprofundamento. A dinâmica de produção de um telejornal diário e com uma equipe relativamente pequena, por exemplo, difere substancialmente do trabalho de redações independentes ou de veículos que operam

com outros formatos, com mais profissionais ou prazos de apuração. Assim, investigar como essas experiências alternativas têm enfrentado tais desafios se apresenta como um caminho promissor para estudos futuros.

Diante disso, é preciso discutir onde e como preparar profissionais para atuar criticamente, conscientes dessas limitações e capazes de promover mudanças desde a base de sua formação. É nesse ponto que a universidade desempenha um papel essencial, pois é nela que se pode tensionar as rotinas e praticar exercícios de desnaturalização do fazer jornalístico — preparando futuros repórteres para lidar com as especificidades culturais dos Povos Originários.

## 5.1 FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Para que haja mudança nos comportamentos dos jornalistas, essa tarefa não pode ficar restrita apenas à reportagem ou à pauta. É preciso que todo o processo de produção jornalística - incluindo as empresas de comunicação - esteja comprometido, e, para além disso, essa transformação deve começar ainda na universidade. As disciplinas de jornalismo e do campo da comunicação devem fomentar a reflexividade (MORAES, 2022).

Marcia Veiga da Silva (2015), em sua tese de doutorado, passou por salas de aula da graduação de jornalismo em duas universidades federais brasileiras. Ela percebeu que as recomendações de uma prática reflexiva para que o aluno tivesse alteridade e uma abertura para o Outro não faziam parte de uma política pedagógica institucional, mas que partiam apenas de alguns professores. O problema é que não tendo esta previsão didático-pedagógica institucionalizada como parte da política de ensino-aprendizagem, mesmo que sem perceber "o professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão" (SILVA, 2005, p. 24, apud SILVA, 2015, p. 161). E isso deixa os alunos sujeitos a potencializar os valores hegemônicos e aos binarismos "das convenções sociais de certo/errado, normal/anormal, poder/subordinação", o que poderia ser quebrado com a prática reflexiva (SILVA, 2015).

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas.

No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista [machista, sexista, classista, ente outras] na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17, apud SILVA, 2015, p. 161)

É importante que os cursos valorizem a perspectiva normativa nas aprendizagens dos jornalistas, como o conhecimento sobre os manuais de redação, mas deve haver uma permanente reflexão crítica acerca das interferências da subjetividade dos profissionais, e os conceitos que fundaram o jornalismo, como objetividade e imparcialidade devem ser problematizados de forma suficiente (SILVA, 2015). Se os jornalistas começarem a ter capacidade de fazer novas perguntas, sem indagações que esperam respostas simplistas para temas complexos, e pautar novas perspectivas de pensamentos, será possível produzir conhecimentos e gerar mais reflexão e criticidade aos telespectadores (MEDITSCH, 2012, apud SILVA, 2015).

A ausência de experiências de alteridade na formação dos comunicadores reflete-se na ausência de alteridade nos noticiários, sobretudo quando o tema são os Povos Originários (GUILHERME; LACERDA, 2024). Professores e pesquisadores de comunicação não podem se furtar em abordar os efeitos do colonialismo que persistem até hoje, para, assim, contribuir para a dissolução de práticas midiáticas que reforçam a exclusão.

Produzir reflexões a respeito da falta de alteridade na mídia - e também nas instituições de ensino que formam os profissionais que atuarão nos veículos de comunicação - e relacionar a falta de diversidade às violências e às violações impostas a grupos sociais minorizados e historicamente discriminados pode ser considerada uma outra maneira de desinvisibilizar, denunciar e enfrentar o racismo e a colonialidade persistentes que estruturam as relações, práticas e instituições sociais do país, incluindo a mídia tradicional. (GUILHERME, LACERDA, 2024, p. 116 e 117)

A pressa em noticiar e o pouco tempo para reflexão não podem ser usados como desculpa para a permanência de práticas racistas, classistas ou de exotificação de populações como os Povos Indígenas (MORAES, 2022). O jornalismo, responsável por tornar público assuntos de interesse da sociedade, necessita urgentemente olhar com mais cuidado para os Povos Indígenas e suas histórias, “não mais com um olhar “colonizador”, mas colocando a pessoa humana – e, neste caso,

aquele que ocupa o lugar do Outro – no centro da questão” (URQUIZA, 2015, p. 14).

Nossos entrevistados comentaram sobre a visão deles em relação a própria formação na universidade. JN14 cursou jornalismo e uma instituição privada da região Sudeste e acredita que os estudos não contribuíram na compreensão às questões que envolvem outras culturas, incluindo a Indígena.

Eu acho que a universidade não contribuiu com nada. A gente praticamente não tem nada relacionado à comunidade indígena nas faculdades, né? Eu acho que deveria ser melhorado e muito, inclusive devia ser matéria, enfim, né? Por um semestre eu acho que seria importante. (JN14, 2025)

Mesma opinião de JN13, que concluiu o curso por volta de 1990. Segundo ele, não houve qualquer preparo para trabalhar com os Povos Originários.

Não existia nenhuma disciplina, nenhuma cadeira na academia, pra gente conversar sobre isso. Sobre como abordar, sobre os cuidados, sobre os assuntos que realmente interessam às comunidades Indígenas. [...] eu que me interessei, ao longo da minha carreira, de buscar trabalhar na Amazônia brasileira, que tanto amo, e contar um pouco a história dos Povos que vivem lá. (JN13, 2025)

Em contrapartida, JN11 conta que teve uma disciplina de ‘comunicação comunitária’, em uma faculdade particular do Sul do país, e foi extremamente importante para a sua formação como jornalista.

Na faculdade eu tive uma disciplina que foi muito divisor de águas para mim. Que foi a comunicação comunitária. [...] Foi muito importante para mim, porque a gente, a gente se aproximou de comunidades, a gente se aproximou de comunidade, de assentamentos do MST, é, de favelas e acho que... tenho certeza que foi essa disciplina que me, que me norteou como profissional. Para saber como chegar em, em diferentes cenários, né? A questão indígena, ela vem mais recentemente, desde quando eu passo a fazer o jornalismo ambiental. Durante o meu trabalho, boa parte da minha carreira, eu não tinha essa proximidade com as questões indígenas. Ela surge nos últimos, mas faz mais ou menos uns 7 anos que eu produzo com mais frequência matérias ambientais e aí surge a questão dos indígenas. (JN11, 2025)

Ele acredita que, principalmente, esta disciplina foi a base para formar o jornalista que se tornou hoje e defende a ampliação de disciplinas que promovam a aproximação dos estudantes com diferentes realidades.

Talvez ela tem que ser, né, até melhorada, formulada, avançar

conforme o tempo. Pelo amor de Deus, a gente tem que saber se aproximar da população. A gente tem um país muito desigual. A gente não vai falar com as pessoas que beberam da mesma fonte que eu. Então, eu tenho que saber todas as realidades. Eu sei todas as realidades? Eu não sei, mas eu preciso saber penetrar naquela realidade. Então, sinceramente, tem que ter, tem que ter. Inclusive, diante de um país indígena, que é o nosso, a gente tinha que ter... aprender mais sobre os indígenas dentro da escola de jornalismo, como cobrir, como conhecer, como se aproximar, entender mais, porque pelo amor de Deus. Mas assim, o que eu tô querendo te dizer é o seguinte, a gente aprende isso na raça. Eu tenho certeza que foi o espírito impetuoso da Sônia Bridi, do Chico José, do Zé Raimundo, né, enfim, de tantos jornalistas que fez com que a gente fosse aprendendo a lidar com isso e até hoje a minha geração também tá aprendendo a raça, porque não tem quem te ensine isso. (JN11, 2025)

J11 considera se formou em uma universidade federal do Sudoeste e acredita que era muito boa, principalmente no quesito do jornalismo televisivo, mas relata a ausência de conteúdos voltados para os Povos Indígenas.

A formação na (...) era muito boa. Era uma das melhores, pelo menos na época que eu me formei lá, era uma das melhores de jornalismo, principalmente de televisão, mestrado lá, inclusive, é um dos poucos voltados para televisão também. E não tinha uma matéria específica sobre jornalismo Indígena, questões Indígenas, ou ESG, né, ou questões ambientais, né? Não havia. Mas a gente tinha, por exemplo, eu fiz um jornalismo religioso, era uma disciplina para entender um pouco mais essas culturas. Mas não, durante os meus estudos, eu não tive nada que diretamente direcionasse o meu olhar para os Povos Indígenas. Então foi realmente com a realidade assim, com a vivência mesmo. (J11, 2025)

Ela reforça a importância de aliar teoria e prática, e defende que temas como a questão Indígena sejam contemplados, mesmo que em disciplinas eletivas.

Eu acho muito importante. Uma coisa que eu sempre reforço, que eu acho importantíssimo é esse diálogo entre a teoria e a prática. Eu acho que é importantíssimo a gente não só ter a prática ou só ter a teoria, sabe? Deixar o conteúdo discutido só na academia também, não acho que seja tão bacana quanto seria se esse conteúdo discutido na academia fosse trazido para prática, né? A gente ter essa visão, ter esse conteúdo, ter essa imagem mesmo das coisas e ao mesmo tempo né? É importante também para quem tá na academia ter esse contato com a prática, como você tá. Você já tem o contato com a prática, mas assim, trazer esses relatos, trazer essa vivência da prática para estudar. Então, eu acho que seria importante ter esse tipo de tema, mesmo que seja numa eletiva, por exemplo, sabe, numa disciplina eletiva, alguma coisa assim, mas para trazer esse contexto, porque hoje isso faz parte da realidade do jornalista. Ele nunca sabe se ele vai cobrir ou não, ele pode: "Ah, eu vou ser um jornalista que

vou trabalhar no Rio de Janeiro". Tá, e esses indígenas fecham uma a linha amarela. Em São Paulo, eles fecham a rodovia direto, a Bandeirantes, a Anhanguera, eles ocupam o pátio central da cidade. Então, assim, é uma realidade que tá presente. Se a gente quer ter um jornalismo que tenha uma visão social do todo da sociedade, os Indígenas fazem parte desse todo. Então, é um povo que faz parte, que tá integrado ali. Ele tem costumes diferentes, às vezes é até difícil entender essa conexão, mas eles são os Originários, né? Eles são a origem da nossa história. Então é importante, acho que ter esse... Não precisa especializar, mas ter esse, pelo menos conhecimento de saber quem são, né? Quem é a história, assim como a gente estuda tanto de outras realidades, culturas e povos, né? Imigrantes que estão aqui, né? (J11, 2025)

J12, que atuou como professora universitária, relata que em algumas universidades do Centro-Oeste a disciplina "comunicação rural" inclui a temática Indígena. Contudo, destaca que essa abordagem depende, muitas vezes, da iniciativa dos professores.

Só que o que se entende aqui, que a comunicação rural vai falar só sobre o hábito, sobre o jeito de ser dos grandes proprietários ou não? A gente buscava... uma vez eu dei [...] essa disciplina e a gente tá numa universidade particular, onde os, assim, onde os filhos, muitos, né, são filhos de proprietários de terra, né? Dos fazendeiros que pagam para isso. É, a universidade. [...] Mas sempre a gente busca mostrar todos os lados dentro da comunicação rural. O Indígena, ele vai estar dentro de disciplinas como comunicação alternativa, Talvez, né? Em que a gente fale sobre isso, sobre antropologia cultural nessas disciplinas. Mas assim, a gente como professor busca muito mostrar essa realidade, porque aqui vai ter muito sobre isso, vai ter muita temática do jornalismo indígena. E os jornalistas Indígenas estão começando, né, a entrar na universidade né? [...] eu acredito que os Indígenas precisam estar também formando esses jornalistas. [...] A gente sempre estava conversando sobre isso, a gente sempre trazia essas temáticas para os nossos, o nosso jornalismo laboratorial<sup>39</sup>, né? Para os nossos jornais impressos laboratoriais, que agora são os jornais, é, digitais, né? (J12, 2025)

Ela defende a contratação de professores Indígenas como estratégia para aproximar os estudantes dessa realidade.

Eu acho que precisa de que tenham mais jornalistas, professores Indígenas, também, né, jornalistas que possam ensinar, e mostrar sua realidade e também dentro das disciplinas, se trabalhar o máximo que puder essa temática. No jornalismo laboratorial e também, é, de como o fazer jornalístico, é, de como se chega até essas fontes, se aborda as fontes Indígenas, né? Como entrar nas aldeias, o que fazer, né,

<sup>39</sup> Jornalismo laboratorial são os jornais feitos dentro da universidade pelos estudantes e com supervisão dos professores. Isso permite aos estudantes aplicar o que foi aprendido em sala de aula.

nessas aldeias, com quem falar. Assim, primeiro vou falar com a liderança, né? É, preciso pedir autorização, preciso entender que termos usar, preciso saber quais são, as etnias que fazem parte do meu estado, preciso entender sobre isso, né? O que eu acho que nem todos fazem. (J12, 2025)

As falas dos repórteres apontam para uma lacuna importante na formação de jornalistas no Brasil: a ausência de disciplinas que abordem diretamente as realidades dos Povos Indígenas e outras populações historicamente marginalizadas. O conhecimento mais aprofundado sobre essas populações tem sido construído, muitas vezes, a partir da vivência profissional, de forma autodidata, como define JNI1. Em sua tese, Guedes (2024) indica, com os dados colhidos também por meio de entrevistas à jornalistas não Indígenas e Indígenas, que todos concordam que há a necessidade de ter o ensino e formação profissional em Competência Cultural nos cursos de comunicação e jornalismo, “mas também no ambiente profissional onde o treinamento em Competência Cultural pode fazer a diferença ao relatar sobre o 'outro' em uma era globalizada, particularmente em países com Povos das Primeiras Nações” (GUEDES, 2024, p. 249).

A autora propõe que as discussões acadêmicas referentes à competência cultural contemplem a descolonização da prática jornalística, a construção social da realidade e a valorização de saberes diversos, além do ocidental, como os conhecimentos dos Povos Indígenas. Para Guedes, esse tipo de abordagem nas salas de aula, principalmente nos cursos de jornalismo, permitiria reflexões mais profundas sobre as diferentes formas de perceber o mundo, considerando as experiências culturais e sociais de cada indivíduo.

A ausência de conteúdos relacionados aos Povos Indígenas na formação universitária de jornalistas revela uma contradição com o que propõe a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, tanto na rede pública quanto privada. Embora a lei tenha sido sancionada há mais de uma década, sua implementação ainda é limitada e, muitas vezes, restrita ao ensino básico, não alcançando com efetividade os cursos de graduação, como o de Jornalismo. Isso contribui para que profissionais saiam da universidade sem qualquer preparo para lidar com essas temáticas de forma crítica, sensível e contextualizada. Valença (2024), juntamente com outros autores, estudam os impactos desta lei na educação e apontam que, embora ela tenha promovido maior valorização das culturas afro-brasileira e Indígena, ainda enfrenta

resistência institucional e falta de materiais adequados, o que limita sua implementação plena.

Portanto, reconhecemos a urgência e importância de as universidades que oferecem o curso de Jornalismo se comprometerem a repensar os currículos e incluírem conteúdos que contemplem a pluralidade cultural do país, abordando a realidade e os saberes dos Povos Indígenas, preparando assim os futuros profissionais para uma atuação mais consciente e respeitosa. Da mesma forma, é fundamental que os jornalistas já formados também se interessem por essa temática e busquem continuamente ampliar seus conhecimentos, independentemente do tempo de atuação na área. Além disso, é necessário que as empresas de comunicação assumam sua responsabilidade nesse processo, criando condições, espaços de formação continuada e políticas editoriais que incentivem uma prática jornalística mais diversa e sensível às diferentes realidades culturais do país.

## 5.2 MUDANÇAS EM CURSO

Nos últimos anos, observa-se que, ainda que de forma tímida, mudanças significativas vêm ocorrendo na forma como a mídia hegemônica aborda a temática Indígena. Muito desse avanço se deve ao protagonismo conquistado pelos próprios Povos Originários, que ampliaram sua presença nas etnomídias, na universidade e em diversos espaços de luta e representação, pressionando os grandes veículos a repensarem suas práticas e narrativas. Este protagonismo exige novas formas de contar histórias e de tratar as pautas relacionadas a esses povos.

Uma pesquisa realizada pela Amoreira Comunicação junto a 350 formadores de opinião aponta que o Jornal Nacional e o Fantástico foram os mais citados, além do programa Falas da Terra. O Jornal Nacional exibiu, em 2021, quase 30 reportagens com a temática Indígena. Em 2022, veiculou a série de reportagens intitulada 'Brasil em Constituição' que demonstra a maior presença Indígena na grande mídia. A própria reportagem, que mostrou o protagonismo dos Povos Indígenas durante a Constituinte, pode ser vista como uma conquista de representatividade no telejornalismo brasileiro (OTA, 2024).

Reforçando esta mudança, JI2 observa que, do início da sua carreira para agora, os Originários têm mais visibilidade na grande mídia.

Eu até arriscaria te dizer que era muito raro os Indígenas estarem em pauta, né, nos anos que eu comecei em 1995, né? Eram muito menos divulgadas questões Indígenas, só mesmo nos factuais e com uma certa distorção, digamos assim, de fazer o jornalismo de verdade, né? De dar voz as versões tanto de um lado, digamos assim, geralmente nos conflitos, da área rural e dos Indígenas. [...] Eu não vejo também, pelo menos no telejornalismo, que eu estou fazendo agora, né, e que os meus colegas também fazem, né? É, eu vejo uma busca por não usar os estereótipos dos Indígenas, né? De buscar realmente saber como eles são de verdade, não, o que eles, o que a gente acredita, o que a sociedade acreditava, né? O Indígena é bêbado, preguiçoso, né? Que a gente via muito nos anos 2000. [...] Das questões de que “ah, o Indígena não pode ter celular, o indígena não tem carro, o indígena, é, ele só vai estar com roupas típicas, ele não tem tecnologia, ele tem que estar isolado ali na sua aldeia”, né? A gente não, pelo menos eu não vejo isso no telejornalismo que a gente faz, né? (J12, 2025)

Embora ainda haja um longo caminho a percorrer, é inegável que pequenas conquistas sinalizam uma abertura para um jornalismo mais plural e representativo. Mesmo não sendo intencionais, erros praticados decorrentes dos métodos de produção são prejudiciais. Cabe agora aos jornalistas, às emissoras de televisão e também às empresas de comunicação como um todo aprofundarem esse compromisso, garantindo práticas de produção mais responsáveis, coerentes com o novo contexto de maior presença e protagonismo Indígena.

Os Povos Indígenas deste território, que hoje chamamos de Brasil, ainda lutam pela demarcação de terras onde possam cultivar sua ancestralidade, enfrentando um difícil momento político em que o poder econômico do agronegócio e das mineradoras se sobrepõem aos seus direitos. Por outro lado, eles conquistaram territórios midiáticos e celebram a diferença todos os dias, defendendo suas identidades étnicas e culturais. De fato, trata-se de uma política de identidades em luta. (KASEKER, GALASSI, RIBEIRO, 2022, p. 83)

Diante desse cenário, torna-se evidente que a presença dos Povos Indígenas na mídia tradicional está passando por um processo de ressignificação, impulsionado pelo fortalecimento de suas vozes e pelo protagonismo que vêm conquistando nos mais diversos espaços. Essa transformação demanda que o telejornalismo se reinvente, promovendo uma cobertura mais ética, inclusiva e comprometida com a diversidade cultural.

### 5.3 DESAFIO DA INTERCULTURALIDADE

A partir destas reflexões, é possível delimitar os principais desafios enfrentados tanto pelos jornalistas não Indígenas quanto pelos Povos Indígenas, destacando também suas diferenças de visão de mundo e de práticas profissionais.

**Tabela 1** – Interculturalidade entre jornalistas e Indígenas

DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE		
	Não Indígenas	Indígenas
Visão de mundo	Individualismo e competitividade	Coletividade e reciprocidade
Relação com o tempo	Urgência, agilidade e deadlines rígidos	Tempo como sabedoria
Estrutura de trabalho	Pressão por multitarefas, pouca profundidade	Profundidade, narrativa compartilhada
Objetivo da comunicação	Foco em produção rápida, script pronto, recorte de fala	Foco em contar a própria história, confiança
Relações	Superficialidade	Precisam criar vínculos
Entrevistas	Busca por respostas já definidas e respostas rápidas	Não tem oportunidade de apresentar os próprios pensamentos
Fontes e protocolo	Nem sempre respeitam hierarquia, podem ignorar protocolos	Liderança, autorização, respeito ao território como extensão da casa
Vocabulário	Tendem a reproduzir vocabulários hegemonicamente consolidados	Movimentos Indígenas têm buscado decolonizar os vocabulários
Relação com o território	Veem a comunidade como cenário de pauta	O território é sagrado, é casa, é identidade
Retorno do conteúdo	Pouco hábito de devolver o material, dar retorno	Valorizam saber como foram representados

Contrapartida	Muitas vezes não oferecem benefício para a comunidade	Esperam ações práticas, benefícios concretos, devolutiva de conhecimento
---------------	---	--

**Fonte:** a autora.

A prática da reciprocidade é um dos desafios para os jornalistas em geral. Os Povos Indígenas geralmente desconfiam de pessoas que se recusem a compartilhar, por isso, é importante ter em mente o conceito de reciprocidade (MCCUE, 2022). Para os Povos Indígenas, a reciprocidade é um princípio central: significa que toda troca deve gerar retorno e respeito mútuo, o oposto de uma postura predatória ou extrativista, em que se vai até uma comunidade apenas para extrair informações e sair sem oferecer uma contrapartida. No jornalismo, isso implica não apenas recolher falas, mas criar vínculos, explicar o objetivo da reportagem, ouvir com tempo e cuidado, devolver o material produzido à comunidade e respeitar os protocolos locais.

Além disso, é incabível que os jornalistas saiam já com *script* pronto em busca por respostas já definidas, com base em seus próprios entendimentos, deixando de ouvir e de buscar outras visões de mundo e novos pensamentos.

Consideramos também que o mercado de trabalho do jornalismo está cada vez mais competitivo, por conta de poucas vagas de trabalho e muitos jornalistas formados, e isso pode fazer com que os profissionais sigam diversas regras impostas pelas empresas que trabalham. As vagas para jornalistas têm diminuído cada vez mais, forçando os trabalhadores a darem conta de diversas funções e de diversos assuntos em um mesmo dia e as empresas estão estagnadas em uma visão produtivista de sua atividade.

Outro ponto que é possível que as empresas repensem é a contratação de jornalistas Indígenas, pois há vários formados no ensino superior e uma das formas de tornar o ambiente jornalístico mais reflexivo é ter essa presença nas redações. De acordo com o levantamento feito pela ABRINJOR (Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas), atualmente há 63 jornalistas Indígenas formados no Brasil. Eles destacam, no âmbito televisivo, Luciene Kaxinawá, a primeira jornalista e apresentadora Indígena da televisão brasileira, do povo Huni Kuin (AC), e também a passagem por afiliadas na Globo de Adriã Galvão, do povo Baré (AM), e Grazy

Kaimbé, do povo Kaimbé (BA).

A importância de serem contratados mais jornalistas Indígenas, não só na televisão, fica evidente quando percebemos o quanto a presença de JI1 e JI2 nas redações faz com que os outros jornalistas se interessem pela temática e demonstrem disposição em se atualizar sobre o assunto. JI2 percebeu isso logo que chegou na redação nos primeiros dias, mas a preocupação dos não Indígenas se estende até hoje.

E aí cheguei, já foi interessante a movimentação em relação de termos uma jornalista Indígena dentro da redação, né? Eu acredito que eles têm, assim, nem tudo o que eles deveriam saber, eles sabem, né? É, às vezes nem eu sei também, mas eu acredito que eles têm a vontade de estar fazendo a cobertura dessa temática jornalística Indígena. Os repórteres, né, que estão fazendo essas reportagens relacionadas ao Povo Indígena. Eles buscam tirar dúvidas: “como eu pronuncio essa palavra?”. Eu não falo a minha língua materna, né? Que é o Terena. “Mas JI2, dá para você perguntar lá para alguém como é que fala, né? Dá.” Aí eu já passo um áudio: “como que eu falo isso, amiga?” [...] E aí a gente tenta buscar. É... “eu posso falar isso? Pode, tá OK. né? Eu tô sendo discriminatório, eu tô sendo... eu tô fazendo algo errado?” eles têm essa, esse receio de errar, [...] de usar o termo certo, né? Mas isso tá bem raro, eles estão se dando muito bem, eles são muito preocupados e se fazem afetivos em relação aos Povos Indígenas daqui da cidade. (JI2, 2025)

JI1 conta que conversa sobre a temática com os outros repórteres, auxilia a tirar dúvidas e corrigir texto da temática, por exemplo.

Já aconteceu deles irem, gravarem a matéria e depois passa o texto comigo, né? O editor vem, o editor liga e manda o texto para mim, né? E aí a gente vai alinhando para fazer tudo direitinho, né? Que isso é importante, é disseminar essa cultura para desmistificar a imagem do indígena hoje, ainda, né? Muitos vem me perguntar, muitos vem compartilhar comigo, porque assim, é, realmente, e eu até falo para eles, porque eles falam: “JI1, desculpa te perguntar isso, mas é que eu queria entender, eu posso usar esse termo? O que que eu posso fazer? Como que eu vou tratar? Como que eu vou lidar?” E eu falo: “Não tem problema de perguntar, porque eu também, durante um tempo, não sabia e eu fui aprendendo com a minha história e com a vivência, né?” Então faz parte, eu aprendi muita coisa [...] que eu não sabia também. E aí eles me ouvem muito. Eles vêm me perguntar: “Como é que eu falo? Por que desse termo? Por que que eu não posso usar ‘índio’?”. Muitos ainda é colegas, [...] muitas dessas pessoas nunca tiveram contato [...] nunca pisaram numa aldeia. [...] é bem legal assim, é bem saudável assim essa conversa, nunca tive problema com relação a isso. (JI1, 2025)

Além disso, é importante a presença de sujeitos Indígenas em

redações porque eles estão mais próximos destes povos e conseguem, além de incentivar, sugerir a inclusão de fontes Indígenas.

Eu ali na redação, a hora que fala de pauta indígena, todo mundo, e a gente brinça: “JI2, nossa correspondente Indígena, nossa jornalista Indígena”. É, para fontes: “tem alguém que você possa indicar, alguém que possa falar sobre isso?” Muitos já recorrem a mim, né? E aí eu busco entre os próprios parentes, né, para ver se podem falar. (JI1, 2025)

Vale ressaltar que JI1 e JI2 conhecem apenas um Indígena cada uma trabalhando na área do jornalismo televisivo, um repórter cinematográfico e uma produtora. JNI4 trabalha na mesma afiliada que uma Indígena e conta que se sente bem mais seguro pois sabe que, caso surja alguma dúvida, sabe com quem contar.

Ela é sensacional, ela é o meu... é a minha baliza. Quando eu tenho alguma coisa que eu faço, que eu quero uma opinião, eu peço para ela, né? E aí ela me dá o feedback, para mim é o feedback deles, né? Então eu pergunto para ela. É legal, só que eu acho que é pouco, né? É pouco, pouco. Tem que ter mais, né? Tem que ter mais. (JNI4, 2025)

Guedes (2024) também acredita que os jornalistas Indígenas precisam estar mais presentes nas principais redações, mas não apenas para orientar seus colegas a fazerem o ‘dever de casa’, mas sim para assumir liderança no trabalho relacionado aos Povos Originários e, caso preferirem, trabalhar em qualquer área jornalística como qualquer outro jornalista.

Normalmente, jornalistas sempre pesquisam sobre assuntos que vão fazer a cobertura, e JNI1 pontua que é um desrespeito não fazer este ‘dever de casa’ quando se trata dos Povos Indígenas. O preparo não deve ser seletivo, e sim um princípio aplicado a qualquer pauta, especialmente àquelas que envolvem populações historicamente silenciadas.

Você vai ler sobre aquela comunidade, você vai estudar, você vai estudar antes. Entendeu? Eu não estou dizendo para você fazer uma especialização na área, no mestrado. Não. Mas você vai me... assim, como eu estudo, pego o meu documento lá, vou ler para ir na assembleia fazer uma cobertura, eu tenho que ler sobre a história daquela comunidade. Eu não posso chegar lá sem saber nada. É desrespeitoso. Ué, se eu vou entrevistar um artista, eu não pesquiso antes sobre a carreira daquela pessoa? É o mínimo que eu espero do repórter, do jornalista, de quem for lá. Isso é uma questão de educação. Até porque quem não faz nem isso, não consegue respeitar

até mesmo... não sabe, não entende, né, a questão de tempo, né? Vai chegar lá querendo já fazer um ao vivo. Não é assim, né. Então, o tempo é fundamental, não dá para você marcar uma pauta e mandar o cara lá, tipo, às 8 horas da manhã, ele devolver uma matéria meio-dia. Ele vai devolver. Mas vai mostrar a realidade daquela comunidade? Não vai. (JNI1, 2025)

Essa atitude de interesse prévio não apenas contribui para uma cobertura mais cuidadosa, como também abre caminho para experiências significativas no contato com essas comunidades. JNI4 conta que, para ele, a abertura dos Povos Originários é uma experiência transformadora.

Cada ida a aldeia a gente acaba enxergando o Brasil de outra forma, né? Porque eu acho que é isso. [...] As pessoas e a própria imprensa, faço até uma crítica à imprensa brasileira assim, até a Globo. Não existe um conhecimento de Brasil, né? O conhecimento de Brasil é ali, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, aí espalhou, a gente não aparece em nada. Não existe um conhecimento, não existe uma... E a questão indígena é uma questão que foi, que está sendo ainda, foi muito tempo empurrada. Eles vão empurrando para baixo do tapete. Né? Eu falo que tudo que tá nas bordas do Brasil, eles vão empurrando para baixo do tapete. O governo vai empurrando para o tapete. Entendeu? A questão de Amazônia, a questão das fronteiras, a questão indígena. E existe um grande desconhecimento por parte da imprensa, dos nossos colegas. [...] Quantas vezes a gente tem que explicar coisas que para a gente hoje, para mim, são óbvias? Que para eles não, né? Mas eu entendo porque como eu vim de lá e eu também não sabia. [...] E para mim, sem dúvida nenhuma, na fronteira me fez uma pessoa melhor, né? Não, não tenho dúvida disso, inclusive pela causa Indígena. Eu quando vou para a rua, tenho que ser exemplo, obviamente, mas todo mundo sabe que eu defendo, que eu acho que é sim, tudo era deles, né? Mesmo, né? Que eles têm, o Brasil tem uma dívida enorme com esse povo. (JNI4, 2025)

Durante a ida ao território Indígena, devemos respeitar a organização hierárquica da comunidade, falar primeiro com os Caciques e pedindo a autorização deles para entrar na aldeia, como explica JI1.

Eu sempre respeito a hierarquia e eu sempre falo para os meus colegas que vão para aldeia para respeitarem também. Primeira coisa que eu falo para eles: “ó, vocês vão entrar na aldeia, vocês podem ter autorização do Papa, mas, pelo amor de Deus, me fala com o Cacique antes, senão vocês podem ficar presos lá”. Para eles não tem isso, quem coordena é a Liderança, né? Nem todas as aldeias hoje usam o termo Cacique mais. As mais tradicionais utilizam, né? Ah, o Cacique. Mas algumas aldeias, elas aboliram o Cacique do, vamos dizer assim. Por isso que às vezes na dúvida eu coloco Liderança. Eu sempre pergunto: “posso falar você é Líder Indígena ou você é Cacique?” “Ah,

não, sou Líder.” Muitos Indígenas preferem ser chamados de Líderes por isso, porque não é um só mais. São vários, né? E eles se dividem também na estrutura da aldeia conforme o tema. Então eu chego na aldeia, vou fazer uma sobre saúde Indígena, é um Líder. Ah, vou falar sobre educação Indígena, é outro líder que eles vão me indicar. Sabe? Não é só o Cacique que fala de tudo, é cada Líder, mas é sempre importante respeitar a Liderança e avisar antes de entrar na terra Indígena. (JI1, 2025)

J11 também detalha o porquê é considerado importante o pedido de autorização antes de entrar no território.

Você tá entrando na casa deles, né? E até uma visão que a gente tem muito diferente, eu explico isso para os meus colegas: a aldeia, ela é um ambiente coletivo, ela é casa dos indígenas, ela como um todo. Tanto que na pandemia ela teve que ser fechada por completo, eles não podiam sair dali, por quê? As casas, por exemplo, aqui no caso dos Guarani, quando você vê as casas, você tem um quarto só. O banheiro, quando tem, é um banheiro coletivo no meio da aldeia. A cozinha é uma cozinha coletiva, se você vai lá cozinhar para você e chegar mais alguém, você vai ter que tratar de ampliar essa sua comida ali para servir para o outro, não tem essa coisa de “ah, vou fazer só o meu o almoço aqui”. Então é tudo muito coletivo. Então quando você está pisando ali dentro da aldeia, entre as casas, caminhando nas trilhas, para eles é como se você tivesse pisando na sala de casa deles, né? Então, você entraria na casa de uma pessoa, abriria a porta e entraria sem pedir licença, né? Sem pedir autorização. Então para eles é a mesma coisa, é a mesma visão, por isso que eu sempre explico isso para o pessoal. (JI1, 2025)

Em relação às escolhas das fontes jornalísticas, nota-se que nem sempre os profissionais sabem quem representa quem em relação aos Povos Indígenas. Deveria estar claro que a principal fonte para falar em nome do Indígena é o próprio Indígena e que também há as organizações que os Indígenas desenvolveram para os representar, como a Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que reúne várias organizações e lideranças Indígenas de diferentes etnias e regiões. Em diversas regiões do Brasil, também existem organizações Indígenas locais ou regionais que atuam diretamente nas comunidades. Além das organizações, diversas lideranças Indígenas desempenham um papel importante na representação dos Povos Indígenas em suas comunidades e têm se destacado no cenário político nacional e internacional, defendendo os direitos territoriais, culturais e ambientais dos Povos Indígenas.

Importante diferenciar as organizações que representam os Povos Indígenas, daquelas que são indigenistas, como os órgãos oficiais, como a Funai -

Fundação Nacional dos Povos Indígenas - é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro responsável pela implementação da política indigenista do governo brasileiro, portanto, representa o governo brasileiro. O CTI - Centro de Trabalho Indigenista - é uma organização não governamental que apoia as comunidades Indígenas na defesa de seus direitos territoriais e no fortalecimento de suas culturas. O CTI atua em várias frentes, como a educação, saúde, organização social e promoção de políticas públicas para os Povos Indígenas. O CIMI - Conselho Indigenista Missionário - é uma organização vinculada à Igreja Católica que atua como defensora dos direitos humanos dos Povos Indígenas no Brasil. Embora seja uma organização religiosa, o CIMI é reconhecido por seu trabalho em defesa dos direitos territoriais, culturais e sociais dos Povos Indígenas.

Atualmente há um movimento crescente na utilização de indigenistas como fontes no telejornalismo, quem também pontuou isso foi JN13. Os indigenistas são profissionais que atuam na defesa e promoção dos direitos Indígenas, muitas vezes por meio de ações políticas, acadêmicas, sociais e de apoio jurídico. Quando utilizados como fontes jornalísticas, eles desempenham papéis importantes em reportagens e na análise de questões complexas sobre os Povos Indígenas. Os indigenistas podem ser fontes jornalísticas porque oferecem informações especializadas, testemunhos de campo e análises críticas fundamentais para a cobertura jornalística. Eles ajudam a garantir que a complexidade das questões Indígenas seja adequadamente representada. Porém, é importante ressaltar que os Povos Indígenas, por meio de seus movimentos sociais e políticos, têm reivindicado a escuta direta de suas lideranças e representações, no sentido de superar os resquícios da política da tutela, na qual os “brancos” tomam o lugar de defensores dos direitos Indígenas.

Nossas entrevistadas jornalistas Indígenas também ofereceram dicas aos jornalistas não Indígenas sobre a cobertura nesta temática. J11 ressalta que nenhuma cultura é melhor que a outra:

Eu acho que é ir de coração aberto e com humildade. Humildade de reconhecer que a gente não sabe de tudo e que por mais que os Indígenas estejam ali com uma cultura completamente diferente, que às vezes para a gente pode parecer estranha, isso não significa que a nossa cultura é melhor ou pior que a deles. Não existe cultura melhor ou pior. É um modo de vida diferente, né? E a gente tem que ir realmente disposto a compreender esse modo de vida e respeitar e trazer isso na matéria de forma respeitosa, né? Sem colocar... sem ter

o risco de cair devido a uma estereotipação ou de reforçar uma imagem que não é bacana, de inferiorização ou enfim de selvageria, né? Mas é sempre ter esse olhar. [...] E eu acho que quando a gente vai de coração aberto para conhecer aquela cultura, a gente consegue separar tudo certinho e trazer uma boa reportagem sobre isso. (J11, 2025)

J12 também reforça a importância de ir com o coração aberto e não esquecer de respeitar as tradições desses povos:

Os jornalistas não Indígenas precisam, primeiro, estar sensíveis às lutas, entender as lutas dos indígenas, né? As dores desses Povos, que são mais de 300 no país. Tirar o preconceito, digamos assim, do coração e das mentes, né, vê-los como pessoas que são, importantes para que a sociedade se desenvolva. Pedir que eles observem como o dos Indígenas são lindos, são importantes e podem contribuir com todos os aspectos da nossa sociedade, né? Tentar, a partir do momento em que se tem uma pauta Indígena, fazer um olhar que respeite as tradições e as organizações dessas aldeias e desses Povos, né, fazendo os pedidos de autorização, não desrespeitando essas hierarquias, não desrespeitando a língua desses povos. Não me colocando como superior a eles, né? Qualquer um desses povos. E fazendo o jornalismo de verdade, com toda a ética, com todo o afeto que o jornalismo tem que ter, não só para Indígenas, mas com todas as pessoas, né? Um jornalismo humano. (J12, 2025)

Diante de todos esses desafios, compilamos e oferecemos dicas práticas que possam auxiliar jornalistas não Indígenas a aprimorar sua abordagem quando forem pautar, produzir ou divulgar matérias relacionadas aos Povos Indígenas. Essas recomendações partem tanto de experiências e relatos das jornalistas Indígenas entrevistadas quanto de autores e guias especializados no tema, como Carla Guedes (2024) e McCue (2022). Mais do que uma simples técnica de reportagem, trata-se de reconhecer os Povos Indígenas como protagonistas de suas próprias histórias e de garantir que suas vozes sejam ouvidas de forma justa e contextualizada.

**Tabela 2** – Dicas para cobertura envolvendo Povos Indígenas

DICAS PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA INTERCULTURAL:	
✓	Respeite costumes, protocolos e hierarquias – Antes de entrar em uma terra Indígena, peça autorização à Liderança local ou ao Cacique, quando for o caso. Lembre-se de que a aldeia é a casa coletiva do povo que ali vive.
✓	Pesquise e se prepare – Faça o ‘dever de casa’: estude a história da

	comunidade, sua língua, suas lideranças e demandas específicas. Ir sem preparo demonstra desrespeito e resulta em coberturas superficiais.
✓	Pratique a reciprocidade – Evite uma postura extrativista. Construa vínculos, devolva materiais produzidos, compartilhe informações e reconheça o tempo e o conhecimento que lhe foram confiados.
✓	Valorize o tempo Indígena – Esteja disposto a ouvir, entender o ritmo e a forma como cada comunidade constrói suas narrativas. Nem tudo cabe em prazos rígidos e scripts fechados. Organize visitas com antecedência.
✓	Use termos adequados – Evite palavras estereotipadas como ‘índios’ e ‘tribos’. Prefira ‘Povos Indígenas’, ‘Povos Originários’, ‘terras Indígenas’, ‘aldeias’ ou as autodenominações de cada povo.
✓	Priorize fontes Indígenas – Dê voz aos próprios sujeitos, respeitando a organização interna das comunidades. Quando necessário, recorra a organizações representativas, mas evite substituí-las por fontes indigenistas sem justificativa.
✓	Reconheça a diversidade – Não existe um ‘indígena genérico’. São mais de 300 povos com culturas, línguas e tradições distintas. Cada pauta exige uma escuta específica.
✓	Atue com humildade e abertura – Evite julgamentos ou comparações ocidentalistas. Nenhuma cultura é melhor ou pior; são modos de vida diversos que merecem ser narrados com cuidado e humanidade.
✓	Ouçã com abertura e humildade – Esteja pronto para ouvir desconfortos, críticas e reflexões sobre privilégios. Aprenda a partir do diálogo, sem impor sua lógica de fora.
✓	Esteja atento à comunicação culturalmente sensível – Lembre-se de que, para muitos Povos Indígenas, há um histórico de desconfiança em relação a instituições externas, fruto de traumas geracionais e violações de direitos. Mantenha isso em mente em todas as interações.
✓	Cultive relacionamentos duradouros – Relacionamentos de confiança não se constroem em uma única visita. Manter contato, ouvir críticas e seguir aprendendo são partes fundamentais do compromisso ético.
✓	Promova o protagonismo Indígena – Apoie a presença de jornalistas Indígenas nas redações, incentive sua liderança em coberturas que lhes dizem respeito

	e fortaleça espaços para que contem suas histórias em seus próprios termos.
✓	Reconheça os limites dos colegas Indígenas – Jornalistas Indígenas não são “mentores culturais” para toda a redação. Pesquise antes de pedir ajuda e não presuma que todos conhecem profundamente as tradições de seus povos.
✓	Invista em formação contínua – Busque aprender sobre a cultura local, protocolos, formas de comunicação não verbal, hierarquias internas e dinâmicas comunitárias.
✓	Prepare-se para contextos coletivos – Em muitas comunidades, entrevistas podem envolver várias pessoas da família ou do grupo. Esteja aberto a essas dinâmicas coletivas.
✓	Solicite intérpretes, quando necessário – Lembre-se de que barreiras linguísticas podem existir mesmo que a comunidade também fale português. Sempre verifique se há palavras, expressões ou línguas próprias que precisam de mediação.
✓	Consulte lideranças sobre conteúdos sensíveis – Sempre que possível, envolva lideranças, anciãos, acadêmicos ou estudantes Indígenas na decisão sobre o que pode ou não ser publicado. Evite colocar comunidades em risco.
✓	Avalie como sua pauta beneficia a comunidade – Antes, durante e depois da reportagem, reflita se o trabalho devolve algo de valor à comunidade, fortalecendo a confiança e evitando o extrativismo jornalístico.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de Guedes (2024) e McCue (2022).

É possível transformar a forma de narrar as histórias quando há disposição para aprender, desaprender e reconstruir. Afinal, não se trata apenas de reportar sobre os Povos Indígenas, mas de fazer isso *com* eles, escutando-os, e reconhecendo-os como sujeitos centrais de suas próprias histórias.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Até recentemente, o jornalismo brasileiro manteve pouca interação direta com os Povos Indígenas e, com isso, evidencia-se que a visão colonialista com que o Estado os tratou refletiu na produção da mídia de massa, muitas vezes com preconceito e deixando de ouvir essas vozes. A competência cultural do jornalista foi, e ainda é, delineada pelo reflexo da falta de interação e conhecimento da realidade indígena. No entanto, assim como a população Indígena vem crescendo e reafirmando suas identidades étnicas, resgatando culturas ancestrais e ocupando novos espaços, também cresce a exigência por abordagens jornalísticas mais justas e respeitosas. A perspectiva decolonial, entendida como luta e resistência dos povos subalternizados, torna-se fundamental para desestabilizar as estruturas coloniais que ainda persistem.

A Constituição de 1988, ao garantir direitos e autonomia aos Povos Indígenas, alterou o marco legal e demandou novas formas de abordagem. Lideranças como Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Joenia Wapichana, Daniel Munduruku e Célia Xakriabá passaram a desafiar o jornalismo a repensar suas narrativas, assim como a ampliação do protagonismo indígena em diferentes áreas – da política às artes – e a presença crescente nas redes sociais passaram a tensionar a mídia hegemônica.

A partir da relação entre telejornalismo e Povos Indígenas, percebe-se que os processos de produção impactam diretamente a representatividade e as possibilidades de estabelecer relações interculturais. Entre as barreiras mais estruturais e sistêmicas está o fator *tempo*, central na rotina da TV aberta, onde prazos rígidos determinam praticamente todas as etapas de apuração, o que restringe as possibilidades de jornalistas não Indígenas compreenderem as formas Indígenas de saber, fazer, pensar e sentir para representá-los adequadamente no contexto de seu trabalho jornalístico. Esse ritmo prioriza fontes de fácil acesso, já conhecidas e habituadas a responder rapidamente, perfil que nem sempre corresponde ao das lideranças e especialistas indígenas. Com isso, limita-se também a construção de vínculos (elemento essencial na comunicação indígena), prejudicada pela pressão constante e pela precarização do trabalho jornalístico.

Além do tempo, hábitos sedimentados na cultura profissional, como a simplificação excessiva da fala para atender ao “grande público” ou a condução

padronizada de entrevistas, moldam representações que não contemplam a pluralidade cultural. O ideal de objetividade e neutralidade, muitas vezes compreendido como “não olhar” para o outro, impede que diferentes perspectivas se expressem plenamente. Sem práticas reflexivas, o jornalismo tende a reproduzir um objetivismo que inviabiliza o diálogo intercultural, perpetuando distorções na forma como os Povos Indígenas são retratados.

Para mudar esse cenário, é necessário repensar todas as etapas da produção jornalística, priorizando informações confiáveis, escuta qualificada e linguagem livre de preconceitos e estereótipos. Portanto, isso implica mudanças para os jornalistas, as empresas e as universidades, simultaneamente. Os jornalistas têm um ‘dever de casa’ pela frente: investir em formação continuada com foco em interculturalidade, incluir mais escuta e menos pressa na abordagem das fontes, abandonar estereótipos e buscar compreender a diversidade dos Povos. As emissoras também têm o seu papel nesta mudança, pois a sobrecarga de trabalho do jornalista, que cada vez tem que dar conta de fazer mais funções, faz com que ele não tenha tempo para se aprofundar em suas abordagens. Ou seja, reduzir a sobrecarga de funções, abrir espaços para reportagens aprofundadas e ampliar significativamente a contratação de jornalistas Indígenas, permitindo que suas visões de mundo e experiências contribuam ativamente para a construção de um telejornalismo mais diverso, representativo e sensível às realidades dos Povos Originários. Já as universidades precisam preparar futuros profissionais para atuar com sensibilidade cultural. Portanto, incluir, nos currículos, disciplinas sobre comunicação e Povos Tradicionais, com participação de docentes Indígenas e atividades práticas de campo que promovam contato direto e reflexivo tornam-se necessários.

O protagonismo indígena – fortalecido pelas etnomídias, pela ocupação de espaços políticos e acadêmicos e pelo resgate do orgulho étnico – já é uma realidade. Cabe ao jornalismo, portanto, decolonizar-se, não para “dar voz” a quem já a tem, mas para oferecer escuta efetiva, abrangendo tanto lideranças reconhecidas quanto vozes das comunidades. Nos últimos anos observa-se uma melhora no tratamento desta temática por parte da mídia hegemônica, e muito disso se deve ao protagonismo alcançado por estes povos através de suas lutas e de sua presença nas etnomídias e na universidade. Este protagonismo exige novas maneiras de abordar a temática, por isso, é de suma importância que os jornalistas reflitam cada vez mais sobre os desafios e dificuldades nesta interculturalidade, bem como quais

são as principais diferenças entre os mesmos, para que haja uma prática respeitosa por parte dos profissionais.

Pretendemos que esta pesquisa contribua para estabelecer um panorama da relação da comunicação hegemônica, em especial a televisão, com os Povos Originários, que foram tão invisibilizados na história brasileira, ao longo dos séculos, e tiveram estereótipos propagados pela mídia hegemônica. Para contribuir com isto, compilamos dicas práticas, oferecidas na Tabela 2, que possam auxiliar jornalistas não Indígenas a aprimorar sua abordagem quando forem pautar, produzir ou divulgar matérias relacionadas aos Povos Indígenas. Além disso, que essa investigação colabore com a decolonização do telejornalismo, que os Indígenas sejam fontes em reportagens com maior frequência e com mais respeito à cultura.

Entre os jornalistas entrevistados, percebemos que quanto maior a proximidade com os Povos Indígenas, maior a competência cultural para realizar coberturas mais justas e sensíveis. Essa competência não vem apenas da formação acadêmica – mesmo que esta seja muito importante –, mas principalmente da experiência direta, da convivência e do reconhecimento das diferenças culturais como riqueza, não como obstáculo. Os jornalistas Indígenas, de modo geral, apresentam uma abordagem mais cuidadosa e contextualizada, enquanto alguns não Indígenas ainda reproduzem, mesmo involuntariamente, práticas colonialistas.

Essa constatação também é uma crítica a mim mesma. Ao longo da minha trajetória profissional, tive pouco contato com os Povos Indígenas, e essa distância certamente influenciou a forma como produzi e percebi as notícias. Foi a universidade que me ofereceu o espaço, o tempo e o incentivo para refletir sobre isso com mais profundidade. Esse processo revelou o quanto é necessário, para nós jornalistas, sair do lugar confortável e buscar aproximação real com as pessoas e culturas sobre as quais falamos. Como uma profissional que trabalha em televisão, por diversas vezes me vi em conflito e tive que parar várias vezes para pensar no que estava escrevendo como pesquisadora, pois me deparei com a dificuldade de estar dentro da TV, entender todas as dificuldades que existem dentro de uma redação e compreender as barreiras impostas pelo telejornalismo acreditando que elas não são naturais e que são passíveis de mudanças.

Esse processo de investigação e escuta resultou em um crescimento transformador e mais potente do que eu poderia imaginar. Ao olhar para trás, percebo que me tornei uma jornalista não Indígena mais consciente e culturalmente mais

preparada para lidar com a diversidade que compõe nosso país. Compreendo, no entanto, que essa é uma construção contínua, complexa e, por vezes, dolorosa – um aprendizado que se estende por toda a vida.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, considero que foram alcançados: identifiquei barreiras estruturais e culturais no telejornalismo, evidenciei as diferenças de abordagem entre jornalistas Indígenas e não Indígenas, e apontei caminhos para práticas mais interculturais. A principal lição que levo é que a competência cultural não se aprende apenas em sala de aula, mas se constrói na relação viva com os Povos e na disposição de rever o próprio lugar de fala.

Para pesquisas futuras, seria interessante analisar como canais *all news* e veículos independentes abordam a temática Indígena, considerando que suas rotinas, formatos e públicos podem permitir abordagens distintas daquelas praticadas pela TV aberta tradicional. Outra linha possível de pesquisa envolve ouvir diretamente as comunidades indígenas da região, a fim de compreender como elas se percebem nas representações do telejornalismo, como avaliam esse tipo de cobertura e o que esperam de uma nova forma de interação com as emissoras locais. Esses caminhos podem ampliar o entendimento e contribuir para um jornalismo que reconheça, valorize e caminhe junto com a diversidade que compõe o Brasil.

Que os colegas de trabalho encontrem, aqui, elementos que contribuam para o aprimoramento de suas próprias práticas, tornando o jornalismo um espaço mais sensível, ético e respeitoso com os saberes, tempos e modos de existência dos Povos Indígenas. Que, juntos, possamos construir um jornalismo mais plural e verdadeiramente respeitoso diante da diversidade que compõe este território.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Mylena Rodrigues; CRUZ, Fábio da Souza. **A identidade dos Povos Indígenas na mídia**: um comparativo da cobertura do G1 e da Carta Capital no Acampamento Terra Livre 2017. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20., 2019, Porto Alegre. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

ADORNO, Sergio. (1995). Violência, ficção e realidade. In M. H. Souza (Org.), **Sujeito: o lado oculto do receptor** (p. 181-188). São Paulo: Brasiliense.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX**: da invisibilidade ao protagonismo. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Sabrina; CANAVARRO, Marcela; GONÇALVES, Danielle. **Povos e lideranças indígenas na disputa dos espaços de poder**: uma análise longitudinal e multiplataforma do ativismo digital indígena no Brasil. Encontro Anual da ANPOCS (46., 2022: Campinas, SP) - Campinas, SP: ANPOCS, p. 1-21, 2022.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. p. 119-144. São Paulo: Contexto, 2014.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. **Marcha pela Demarcação de Terras em Brasília**, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/06/24/indigenous-people-from-all-over-brazil-struggle-for-federal-supreme-court-stf-to-end-the-threat-of-the-milestone-thesis/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BARRETO, Marcos Rodrigues. Índios de Papel – Construção discursiva colonizadora sobre o indígena no Brasil. **Brasiliana** – Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016). ISSN 2245-4373.

BECKER, Beatriz. **A Linguagem do Telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais. 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONIN, Iara Tatiana, KIRCHOF, Edgar Roberto, RIPOLL, Daniela. Disputas pela representação do corpo indígena no Twitter. **Revista Brasileira de Estudos da**

**Presença**, 8(2), 219-247. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão**: o politicamente correto como princípio regulador. Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: [http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/1687](http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1687). Acesso em: 22 out. 2022.

CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. Lugares de origem. São Paulo: Jandaíra, 2021. Edição do Kindle.

CADERNO DO TEMPO: professores e professores indígenas em Pernambuco. Olinda, PE: Centro de Cultura Luiz Freire, 2. Ed, 2006.

CHAUI, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCL, Luciana. **Sobre a violência**: escritos de Marilena Chaui. São Paulo: Autêntica, 2017. V. 5.

COLAÇO, Thais Luzia. DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99625/VD-Novas-Perspectivas-FINAL-02-08-2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26/10/2024.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e cidadania**: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Horizontes, 2004.

CORREIA, João Carlos; PEREIRA JR, Alfredo Eurico Vizeu (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORREIA, Sílvia Barbosa; MAIA, Luciana Maria. **Representações Sociais do “Ser Indígena”**: Uma Análise a Partir do Não Indígena. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 41, e221380, 1-15. 2021. Disponível em [www.scielo.br/pcp](http://www.scielo.br/pcp). Acesso em 14/09/2024

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Política indigenista no século XIX**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a. p.133-154.

DEMARCHI, André Luis Campanha; GOMES, Débora dos Santos. Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais. **Extraprensa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5 - 23, jul./dez. 2022. pp. 5-23.

EMERIM, Cárilda. **A produção da entrevista na tevê**. *Animus* (Santa Maria), Vol. 13, p. 11-25, 2008.

\_\_\_\_\_. **O texto na reportagem de televisão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS, 2010.

ESTEVES, Lorena. **Ativismo de mulheres indígenas em ambiente digitais: diálogos sobre (de)coloniedades e resistências comunicativas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ESTEVES, Lorena; CAL, Danila. **Da incomunicação à comunicação decolonial: mulheres indígenas contra invisibilidades e estereótipos**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.994. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/994>. Acesso em: 14 set. 2024.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio**. *Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura - Qualis B1.*, v. 1, p. 3-23, 2016.

FREITAS, Ernani César de; FUMAGALLI, Rita de Cássia Dias Verdi. **Ethos e estereótipos identitários: a representação do indígena em uma propaganda televisiva da rede de postos de combustíveis Ipiranga**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, P. 252 de 273. 19(2), 2018.

FULCAXÓ, Nankupé Tupinambá. **Entre cartas, crônicas e textos jornalísticos: o que fizemos com nosso povo?** Camaçari (BA): Punaúna Editora, 2019.

GALASSI, Adriana Nakamura. **“Os não índios vieram olhar como nós somos”**: interculturalidade e representação na série Índio Presente. 2020. 239p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

GANS, Herbert. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Nova Iorque: Pantheon, 1979.

GARYANTES, D. M. At the community level: Cultural competence and news coverage of a city neighborhood. *Community Journalism*, 47-66, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GUAJAJARA, Sonia. Sonia Guajajara volta para a aldeia onde nasceu pela primeira vez como ministra. [Entrevista concedida a] Indianara Campos. *Fantástico*, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11540530/>. Acesso em: 23 out. 2024.

GUEDES, Carla Alexandra Marques Bento. **Exploring cultural competence for non-Indigenous journalists who work with and for Indigenous Peoples**. Tese (Doutorado em Comunicação, Estudos Indígenas e Competência Cultural) – ECATI – School of Communication, Arts and Information, Universidade Lusófona – Centro

Universitário Lisboa, Lisboa, 2024.

GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. 2022. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes; LACERDA, Juciano de Sousa. In: **Mídia, violência e alteridade: perspectivas e debates**. VIVIANI, Ana Elisa Antunes; DRIGO, Maria Ogécia (Orgs.). – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2024.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HISTEDBR/UNICAMP. Disponível em: <<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/jesuitas-catequizando-os-indios>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE. **Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 22 jun.2024.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo**. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGeral.v.10.21874. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em: 30 maio. 2024.

KAINGANG, Bruno Ferreira. **Cosmologia e Educação Kaingang: o papel dos velhos. Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 832–851, 2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2024v27n3p832. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/51255>. Acesso em: 7 fev. 2025.

KAIOWÁ, Alvaro de Azevedo Gonzaga. **Decolonialismo indígena**. 3. ed. São Paulo: Matrioska, 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

\_\_\_\_\_. **Educação escolar indígena e educação intercultural: entre as demandas políticas e as práticas pedagógicas**. Revista Nanduty, Dourados-MS, v. 1, n. 2, p. 102-116, 2020.

KASEKER, Mônica Panis. **Apontamentos sobre o conceito de etnojornalismo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJor, 16., 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2018/trabalhos/apontamentos-sobre-o-conceito-de-etnojornalismo?lang=pt-br>. Acesso em: 4 ago. 2025.

KASEKER, Mônica Panis; GALLASSI, Adriana Nakamura. **Elementos para uma**

**produção audiovisual intercultural:** estudo de caso sobre a série *Índio Presente*. Lumina: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

KASEKER, Mônica; GALASSI, Adriana Nakamura; RIBEIRO, Lucas Fernando. **Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta**. MÍDIA E COTIDIANO. Rio de Janeiro: UFF, 2022.

KASEKER, Mônica; OTA, Angela. **O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. N.º 152, sección monográfico, p. 155-171. 2023.

\_\_\_\_\_. **Mário Juruna e o movimento indígena:** as lutas dos povos originários para romper a barreira do silenciamento. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. v. 5 n. 1, 2024.

KASEKER, Mônica; VESSONI, Dominique. **Relações interculturais na pesquisa em comunicação:** uma abordagem decolonial. Contemporanea, comunicação e cultura - v.22 – 2024.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Editora EDUSC, 2001.

KLEIN, Otavio José. **A midiaticização no telejornalismo em rede:** As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), UNISINOS, São Leopoldo.

KRENAK, Ailton. Numa votação histórica, a ABL elegeu o primeiro indígena. Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12005045/>. Acesso em: 23 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Ailton Krenak: 'Não temos de fazer crítica decolonial, e sim, contracolonial'. UFMG, 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-nao-temos-de-fazer-critica-decolonial-e-sim-contracolonial>. Acesso em 19 fev 2025.

LIMA, Verônica Maria Alves. **Jornalismo na Encruzilhada:** perspectivas decoloniais e práticas insurgentes no Sul Global. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2024

LUCIANO BANIWA, Gersen José dos Santos. **Educação para o manejo do mundo:** entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: MIGNOLO, Walter; VAZQUEZ, Arturo (Orgs.). **The decolonial compass**. Durham: Duke University Press, 2008. p. 1–40.

McCUE, Duncan. **Decolonizing Journalism: a guide to reporting in Indigenous communities**. 1. ed. Don Mills, Ontario: Oxford University Press, 2023.

MEDINA, Cremilda Araújo. **Entrevista. O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2011.

MELO, Patricia Bandeira de. **Agenda e Discurso Midiático: quando a minoria é notícia. O caso indígena na Imprensa em Pernambuco**. In: FIDALGO, António; SERRA, Paulo (orgs). Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Campos da Comunicação. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico – v. 4, p. 177-182. 2005.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. 1. ed – Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOURA, Amanda; CARRERA, Fernanda. Violência discursiva das branquitudes: representações de mulheres negras na Revista Glamour. In: **Mídia, violência e alteridade: perspectivas e debates**. VIVIANI, Ana Elisa Antunes; DRIGO, Maria Ogécia (Orgs.). – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2024.

MUHLMANN, Géraldine. **Du journalisme em démocratie**. Paris: Payot, 2004.

MUNDURUKU, Daniel. Daniel Munduruku. Youtube, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kwvzd1sfDMU>. Acesso em 09/09/2024

\_\_\_\_\_. Daniel Munduruku, ator de 'Terra e Paixão', fala sobre a experiência de gravar a novela. [Entrevista concedida a] Luciano Huck. Domingão com Huck, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11597780/>. Acesso em: 24/10/2024.

\_\_\_\_\_. TV Cultura. Youtube, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RpXAqJHGt2E>. Acesso em: 27/03/2025.

NEVES, Ivânia dos Santos; CORRÊA, Maurício Neves; TOCANTINS, Raimundo de Araújo. A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. **Revista Moara** – Edição 40, Estudos Linguísticos. Jul – Dez, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira**. CONFLUENZE Vol. XIII, No. 1, 2021, pp 77-104, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13087>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OTA, Angela Yoshiko. **Indígenas como sujeitos comunicacionais**: revisitando trajetórias em destaque no jornalismo hegemônico. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2024.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **Pachamama**: a poesia é a alma de quem escreve. Rio de Janeiro: Pachamama, 2015.

PAPO DE PARENTE: o poder da palavra. Célia Xakriabá. Globoplay, 07 out. 2021. Podcast. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/papo-de-parente/b0abed61-1120-4b59-bd9b-566b88b26100/?s=0s>. Acesso em: 03/11/2022.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERSO, T., & HAYWARD, C. **Teaching Indigenous Students**: Cultural awareness and classroom strategies for improving learning outcomes: Allen & Unwin, 2015.

PIMENTEL, Spency. **O índio que mora na nossa cabeça**: pra entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

POTIGUARA, Irembé. Quando viramos notícia? In: NHENETY KARIRI-XOCÓ; GRAMACHO, Derval Carvalho; GERLIC, Sebastián (Orgs). Arco digital: Uma rede para aprender a pescar. Maceió: Ideário, 2007. Pp. 55-56

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. **Mídia, violência e alteridade**: um estudo de caso. Estudos de Psicologia 2003, 8(3), p. 491-497.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores - 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RODA VIVA com Kaká Werá. Apresentação de Augusto Nunes. São Paulo: Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), 2017. Publicado pelo canal Roda Viva (81 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwU5KNMf014>. Acesso em: 17/10/2022.

PATAXÓ, Samara. 'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças. [Entrevista concedida ao] Jornal Nacional. Jornal Nacional, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/>. Acesso em: 22 out. 2024.

PORCELLO, Flávio A. C. **Mídia e poder**: o que esconde o brilho luminoso da tela da TV? Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 31, dezembro, 2006, pp. 79-84. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2006.

PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. A invenção do outro na mídia semanal. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs)

- 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução: Denise Bottmann. – 1ª edição. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SCHMITZ, Aldo Antonio Schmitz. **Fontes de notícias**: ações estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook. 2011.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Fachada do Museu das Culturas Indígenas em São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, Gisele Veríssimo. (Des)construindo narrativas: etnomídia indígena nas redes sociais. **RCD**, ISSN2674-9246, m.12, ano 6. Jul./dez. 2024.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs) - 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Marcia Veiga da. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução Roberto G. Barbosa. – Curitiba: Ed UFPR, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORQUATO, Chalini. Minorias, lugar de fala e direito à comunicação na mídia: entre o ativismo pela cidadania e a mercadorização de pautas sociais. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 52, p.1-20, 2021.

TUCHMAN, Gaye. "A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas", in TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993, p. 74-90.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. **Etnomídia indígena: mídias, convergências e narrativas de empoderamento cultural.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 21., 2016, Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: Intercom, 2016.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. Brasil de Fato, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originaarios>. Acesso em 13 de setembro de 2024.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Yandê, etnomídia indígena e educação. Revista Cátedra Digital. Vol.4. Nº 5 Tema: Literatura infantil e juvenil de etnias indígenas brasileiras. S/D Acesso em 31 outubro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ailton Krenak durante discurso na UFMG**, 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-nao-temos-de-fazer-critica-decolonial-e-sim-contracolonia>. Acesso em: 26 jun. 2025.

URQUIZA, Moema Guedes. **Para mudar esse jeito de falar de índio: notícias jornalísticas e o olhar de educadores indígenas.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

TORRICO VILLANUEVA, E.C. **La comunicación decolonial**, perspectiva in/surgente. Disponível em: ALAIC28-v4.indd (unlp.edu.ar), 2018.

VALENÇA, André Luiz Santos et al. Educational policies and the implementation of Law 11.645/2008: Impacts on Afro-Brazilian and Indigenous education. **LUMEN ET VIRTUS**, [S. l.], v. 15, n. 39, p. 1944–1954, 2024. DOI: [10.56238/levv15n39-026](https://doi.org/10.56238/levv15n39-026). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/170>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VESSONI, Dominique Xavier. **Cartografias De Um Corpo-Território: Uma Análise Dos Afetos Produzidos Por Célia Xakriabá Na Plataforma Instagram.** Dissertação – Mestrado em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 128, 2023.

VIZEU, Alfredo. O *newsmaking* e o trabalho de campo. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs) - 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In. VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. (orgs.). Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, p. 75-96. 2009.

WAPICHANA, Joenia. Renata Lo Prete entrevista Joenia Wapichana, primeira mulher

indígena a comandar a Funai. [Entrevista concedida a] Renata Lo Prete. Jornal da Globo, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11319110/>. Acesso em: 24 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Joenia Wapichana: 'Tirar Funai do buraco será imenso desafio'. [Entrevista concedida a] Ariene Susui. Nexo, 2023. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2023/02/03/joenia-wapichana-tirar-funai-do-buraco-sera-imenso-desafio>. Acesso em: 27/11/2024.

WARIU, Cristian. **Wari'u** - Canal sobre povos Indígenas no Brasil. Youtube, 23 ago. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=unkNJF\\_mINQ](https://www.youtube.com/watch?v=unkNJF_mINQ). Acesso em: 05/09/2024

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7 ed. Lisboa: Presença, 2002.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina – 2ª Edição, 2007.

**ANEXOS**

## ANEXO A

### Roteiro de perguntas para jornalistas não Indígenas

- Sobre a vida pessoal:
  1. Gostaria que você me contasse um pouco de você, onde nasceu, estudou? Conta um pouco da sua trajetória?
  2. Onde se formou?
  
- Sobre a profissão:
  3. Qual a sua história como jornalista?
  4. Como foi o seu começo na profissão? Quantos anos trabalha com o jornalismo?
  5. Em quais lugares já trabalhou?
  6. Está trabalhando há quantos anos na afiliada da Globo?
  
- Sobre a temática Indígena e cobertura jornalística:
  7. Você já fez reportagens sobre outras culturas, distantes da sua familiaridade?
  8. Já fez coberturas de algum assunto relacionado a Indígenas? Quais, como foi a experiência?
  9. Como você se sentiu?
  10. Se lembra de alguma que tenha te marcado?
  11. Como foi essa experiência?
  12. Quais foram as dificuldades/facilidades que você encontrou?
  13. Poderia mandar pra gente essa reportagem?
  14. Como é a aproximação do veículo que você trabalha com esses Povos?
  15. Em relação a cobertura jornalística da temática Indígena, como é no seu estado?
  16. Existe algum direcionamento sobre esta temática dentro da empresa? Alguma orientação sobre como essa cobertura deve ser feita?
  17. Já teve mudanças na política da empresa em relação aos Povos Indígenas?
  18. O jornalismo é muito rápido, tem horário de fechamento das reportagens. Como você lida com essa questão quando se trata da temática Indígena?
  19. Você tem contato com fontes para cobrir temáticas relacionadas aos Indígenas?
  20. Vocês costumam entrevistar os indígenas com frequência?
  21. Como é a questão dos vocabulários, vocês têm pensado em quais palavras são melhores usar pra se referir aos Povos Indígenas?
  22. Ao longo do tempo foi mudando a sua visão em relação aos Povos Indígenas?
  23. Como é ser um jornalista não Indígena que reporta sobre assuntos dos Povos Indígenas? (Acha que as suas estratégias e práticas de trabalho são culturalmente seguras para todos – incluindo a comunidade indígena e você mesmo?)
  24. Ter jornalistas Indígenas como colegas no local de trabalho afeta a sua experiência?
  25. O que você acha da formação dos jornalistas na universidade para lidar com estas temáticas?

## ANEXO B

### Roteiro de perguntas para jornalistas Indígenas

- Sobre a vida pessoal:
  1. Gostaria que você me contasse um pouco de você, onde nasceu, estudou?
  2. Qual a sua etnia? A qual território tem pertencimento? Ele é demarcado ou não?
  3. Qual é a vivência em comunidade?
  4. Entrou na universidade por ações afirmativas ou vagas universais?
  5. Onde se formou?
  
- Sobre a profissão:
  6. Qual a sua história como jornalista?
  7. Como foi o seu começo na profissão?
  8. Quantos anos trabalha com o jornalismo? Em quais lugares já trabalhou?
  9. Está trabalhando há quantos anos na afiliada/Globo?
  10. O fato de ser Indígena influenciou em sua contratação de alguma forma?
  11. Como é ser jornalista Indígena no seu local de trabalho?
  12. Há outros jornalistas Indígenas no local de trabalho? Isso afeta a sua experiência?
  13. Como você descreveria a interação com jornalistas não Indígenas?
  14. Você percebe que os colegas da redação, não Indígenas, tem compreensão sobre a realidade dos Povos Indígenas?
  15. O que você acha do trabalho deles em relação a cobertura da temática Indígena?
  16. Pode contar uma situação desafiadora pela qual passou enquanto jornalista indígena trabalhando com um jornalista não Indígena? (Como foi isso pessoalmente para você? Como é que o jornalista não Indígena respondeu à situação? Como você gostaria que ele respondesse?)
  17. Em uma reportagem envolvendo conflitos, como você vê que os jornalistas não Indígenas administram a situação?
  18. Você tem alguma estratégia para perceber e interromper situações racistas quando elas surgem?
  19. O que você acha sobre a formação do jornalista na universidade? (Como responde à visão ocidental ensinada nos cursos de jornalismo na academia ou na formação profissional)
  20. Como pensa que as universidades e os cursos de formação profissional podem apoiar melhor a capacidade dos não Indígenas de se envolverem com os Povos Indígenas?
  21. Quais os principais desafios para você em estar num ambiente jornalístico tradicional não Indígena? (por exemplo, racismo, gestão do tempo, sub representação Indígena, nível de segurança cultural e competência cultural)
  22. Há algum conselho que gostaria de dar aos seus colegas não Indígenas que acredita que beneficiaria toda a gente no processo de reportagem sobre assuntos dos Povos Indígenas – comunidades e jornalistas?
  
- Sobre a cobertura jornalística:
  23. Em relação a cobertura jornalística da temática Indígena, como é no seu estado?

24. Como é a aproximação do veículo que você trabalha com os Povos Indígenas?
25. Existe algum direcionamento sobre esta temática dentro da empresa? Alguma orientação sobre como essa cobertura deve ser feita?
26. Você já percebeu mudanças na política da empresa em relação aos Povos Indígenas?
27. Em matérias relacionadas à temática Indígena, quais fontes vocês costumam ouvir? (Como Indígena, você acredita que a escolha das fontes é adequada?)
28. Como você a questão dos vocabulários usados pra se referir aos Povos Indígenas?